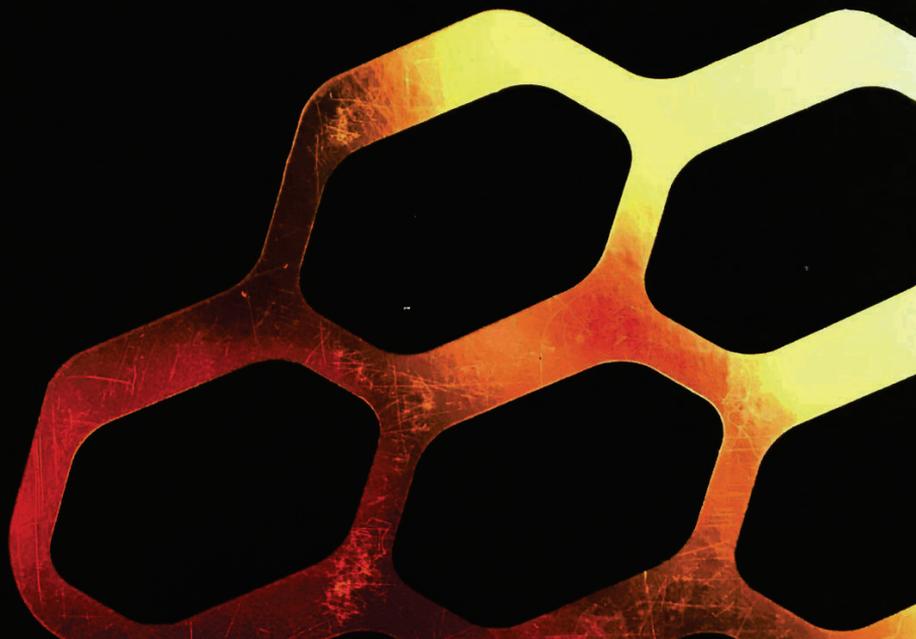


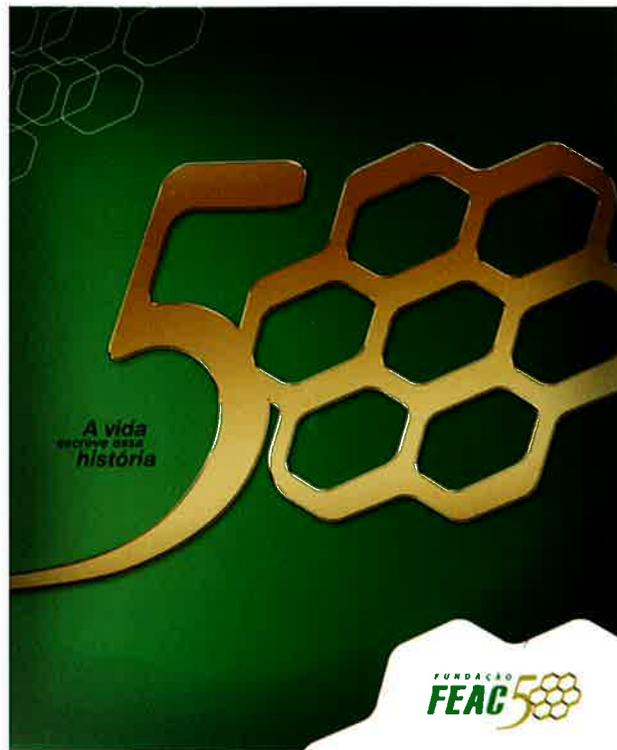


José Pedro Martins

FEAC 50 anos: uma história de inovação e solidariedade

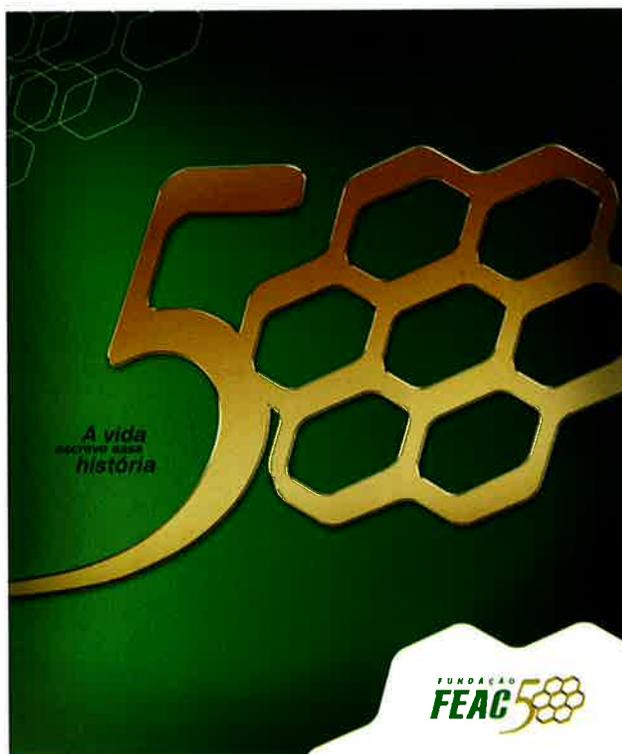


**FEAC 50 anos:
Uma história de inovação
e solidariedade**



José Pedro Soares Martins

FEAC 50 anos: Uma história de inovação e solidariedade



ARTE
Escrita
EDITORA

Editora Arte Escrita

1ª Edição

2014

Campinas/SP

Copyright by © 2014 Fundação FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

As informações contidas neste livro e sua autenticidade são de exclusiva responsabilidade do contratante.

M343f Martins, José Pedro Soares.
FEAC 50 anos: uma história de inovação e solidariedade / José Pedro Soares Martins. - Campinas, SP: Arte escrita, 2014.
224p.

Livro comemorativo dos 50 anos da FEAC.
FEAC- Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.
ISBN 978-85-64830-29-5

1. FEAC - História. I. Título.

CDD 369.981612c

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO: SONIA GOMES PEREIRA – CRB-8/7025

Rua Conceição, n.º 233, conjunto 2214, Centro
Campinas / SP – CEP 13.010-050
telefone 19 3235-3441
faleconosco@arteescrita.com.br
www.arteescrita.com.br
facebook.com/arteescritaeditora



Israel Geraldi	Diretor
Alcyr M. B. de Araújo Netto	Diretor Administrativo
César Bittar	Gerente Comercial
Simara Bussioli Manfrinatti Bittar	Preparação e Revisão de Texto
Design de Cultura Edições	Diagramação
M51 Criatividade Estratégica	Capa

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
CAPÍTULO I – Nasce a Fundação FEAC, fruto da vocação solidária de Campinas	13
CAPÍTULO II – Primeiros passos da FEAC: Sensibilização da comunidade	33
CAPÍTULO III – Os primeiros projetos sociais, gerando maior apoio da cidade	49
CAPÍTULO IV – Ações pelas crianças e sede própria nos anos 1970	69
CAPÍTULO V – A Metrópole que recebe inovações e o primeiro shopping..	97
CAPÍTULO VI – Multiplicação de desafios sociais na nova Metrópole	121
CAPÍTULO VII – FEAC intensifica ações pela educação de qualidade	137
CAPÍTULO VIII – Novos desafios no complexo século 21	147
CAPÍTULO IX – Educação dá o tom na segunda década do século 21.....	155
CAPÍTULO X – FEAC e o SUAS, nova era da ação social no Brasil	169
CAPÍTULO XI – Compromisso Campinas pela educação e a FEAC.....	179
CAPÍTULO XII – FEAC pensa o futuro, diante dos novos desafios de Campinas	199
Mesas Diretoras do Conselho Deliberativo.....	210
Diretorias Executivas	213

APRESENTAÇÃO

Antonio Carlos de Moraes Salles Filho

A Fundação FEAC completa, neste ano de 2014, uma linda trajetória de 50 anos dedicados à solidariedade e promoção humana.

Como presente de aniversário, recebe este livro, que narra, com muita propriedade, passo a passo, detalhe a detalhe, a dedicação de todos que, ao longo desse meritório caminho, somaram seus esforços, desprendimento, dedicação e amor ao próximo, na busca da inclusão e justiça social.

Destaque especial deve ser conferido a todas as Entidades e todos aqueles que, um dia, contribuíram com seu trabalho e dedicação para a transformação desse sonho em realidade.

São muitos e, por isso mesmo, impossível nomear a todos. Entretanto, como dignos representantes de toda essa legião de beneméritos, símbolos e precursores do movimento, menção honrosa se impõe ao casal Odila e Lafayette Álvaro, ao idealizador e ao incentivador da FEAC, respectivamente, Drs. Eduardo de Barros Pimentel e Darcy Paz de Pádua, estes em plena atividade, emprestando sua portentosa capacidade intelectual à Fundação.

Esses 50 anos representam história exemplar de inovação, solidariedade e muito trabalho, que merece leitura e reflexão de todos nós sobre o desenvolvimento de pessoas, pelo oferecimento de cuidados e oportunidades e o futuro que pretendemos para a Cidade e seus filhos.

O livro nos ensina, muito além da possibilidade de transformar utopia em realidade, ser o amor ao próximo o único caminho possível.

Resta muito claro, nesta caminhada, que Campinas teve o privilégio de ver formada e contar, atualmente, com uma fantástica rede de Entidades dedicadas à realização do bem e inclusão social de todos quanto necessitem, a provar a grande vocação do povo campineiro para cuidar de seu próximo.

Pela narrativa, percebe-se que essa verdadeira Rede do Bem, da qual mais de 80 Entidades, representando aproximadamente 120 pontos de atendimento, são conveniadas à Fundação, desenvolveu-se naturalmente pelo trabalho de mobilização da Sociedade Civil, do qual a FEAC foi importante instrumento.

Nunca é demais lembrar que as Entidades sempre representaram, representam e representarão a razão de ser da FEAC.

Pode-se afirmar que muito foi feito nesses 50 anos, o que, entretanto, ainda não se mostra suficiente.

Muito há a ser feito. Os primeiros 50 anos representam, para a FEAC, um divisor de águas.

Utilizando-se da experiência assimilada e vivida como um forte facho de luz a indicar o caminho de seus próximos 50 anos, a FEAC tem trabalhado com muito afinco para a manutenção e aperfeiçoamento constante do que já realiza, bem como na ampliação de seu escopo de modo a contribuir, com mais efetividade e dentro de suas possibilidades, com as políticas públicas da atividade social, cumprindo, assim, a missão para a qual foi criada: a promoção humana, com ênfase na criança e no adolescente.

Assim é que esse trabalho tem sido desenvolvido, visando, entre outras, independentemente da ordem de nomeação abaixo, mas com o mesmo entusiasmo de sempre:

- a) Dotar a Fundação de um Estatuto adequado à atual realidade da atividade social em Campinas e que possa servir efetivamente ao cumprimento da missão da FEAC nos próximos 50 anos.
- b) Organizar o desenvolvimento sustentável e responsável de seu patrimônio, por intermédio de Plano Diretor, de modo a transformá-lo em renda perene, necessária ao fomento do apoio e realização das atividades sociais a que se propõe.
- c) Promover constante, e cada vez maior, aproximação com as Entidades Sociais, a fim de prover instrumentos de profissionalização e performance adequados e conscientizá-las do real poderio transformador que representam junto às comunidades onde atuam.
- d) Promover o aumento constante de Entidades conveniadas.
- e) Promover a Educação como o único caminho possível para o futuro.
- f) Resgatar o trabalho de mobilização de toda a Sociedade Civil e dos Poderes instituídos para a causa da atividade social, responsável pela transformação da ideia pioneira em realidade: a criação da FEAC.

- g) Ampliar o escopo de seu trabalho, de modo a fomentar e contribuir ativamente, em conjunto com as Entidades, a Sociedade Civil e os Poderes instituídos, da construção de políticas públicas eficientes, que permitam a mitigação das vulnerabilidades presentes e futuras.

Certamente, a FEAC continua muito otimista em relação ao futuro, pois acredita que o mesmo é construído pela boa-fé, boa vontade, solidariedade, disposição e trabalho de todos quanto adiram a esse trabalho pelo próximo e pela causa.

A FEAC continua acreditando, firmemente, no Ser Humano, marca principal de toda sua trajetória, e que, ao final dos próximos 50 anos, possa estar motivando a edição de novo livro, contando, então, os 100 anos de solidariedade e transformação de outras tantas utopias em realidades, sempre a serviço do bem comum, da solidariedade e da promoção humana, suas razões de existir.

Recomendo a leitura atenta desta obra, a qual, seguramente, será semente transformadora em todos quantos se dispuserem a tanto.

Como já disse alguém sobre a FEAC: “Uma poesia que não se finda...”.

Antonio Carlos de Moraes Salles Filho – Tuti
Presidente da Diretoria Executiva da Fundação FEAC
Biênios 2011-2012; 2013-2014

PREFÁCIO

Saulo Monte Serrat

Vivemos hoje duros tempos. Esquecidos os princípios que dão dignidade à vida, são cometidos os atos mais torpes.

Não é de hoje que povos se lançam na procura do prazer a qualquer custo, na exacerbação da agressividade patológica, na corrupção sem limites, no individualismo como fim.

Em todas essas ocasiões, grupos de uma elite moral, guardiões do fogo sagrado, promoveram o retorno a uma vida digna de ser vivida. Hoje esse retorno é bem mais difícil.

A rapidez e a capilaridade fazem com que a comunicação chegue em tempo real até ao mais longínquo recanto. O desolador é que os fatos divulgados são, na maioria das vezes, exemplos perniciosos.

Mas, além do trabalho dos guardiões, parece que a natureza humana tem sede do transcendente e, cansada de chafurdar na lama, torna-se sensível ao apelo de voltar a ter uma existência digna.

Este livro conta a história de uma instituição que ao longo de sua existência tem sido um baluarte na defesa dos princípios que dão valor à vida.

Seu idealizador, dotado de inteligência lúcida e de grande sensibilidade em relação aos problemas sociais quando aqui chegou, soube distinguir na comunidade pessoas e instituições admiráveis dedicadas às causas sociais. Notou também que todas agiam isoladamente ou concorriam entre si e sentiu que o problema seria uni-las para um trabalho comum. Como estrategista, iniciou um processo de aglutinação e esperou o momento em que todas estivessem prontas para uma ação federada.

O trabalho desenvolvido por esta comunidade singular, que congrega Entidades, Conselhos, Diretoria e Funcionários, e que agora completa 50 anos,

tem servido de inspiração a muitas pessoas e instituições que se preocupam com a promoção humana.

Seus programas relatados neste livro têm beneficiado centenas de milhares de pessoas.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a renovação constante de seus quadros. Como numa corrida de revezamento, há a passagem dos bastões para mãos igualmente dedicadas.

Mas há corredores da primeira hora que, com o mesmo entusiasmo do início, transmitem aos mais novos o saber de sua experiência.

Atenta às mudanças vertiginosas trazidas pelos novos tempos, a FEAC planejou as sucessivas modificações que devem ser feitas para que, daqui a 30 anos, ela continue a ser um exemplo de eficiência, de solidariedade e de espírito fraterno.

**Saulo Monte Serrat Membro do Conselho Curador
Fundação FEAC**

CAPÍTULO I

NASCE A FUNDAÇÃO FEAC, FRUTO DA VOCAÇÃO SOLIDÁRIA DE CAMPINAS

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948, Artigo I).

No dia 14 de abril de 1964, Campinas amanheceu diferente e com grande expectativa. Um movimento comunitário que tinha sido deflagrado meses antes teria um momento fundamental naquela data, quando uma assembleia, na Associação Comercial e Industrial (Acic), marcaria a criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

O Dr. Eduardo de Barros Pimentel, líder do movimento comunitário que levou à criação da FEAC, estava especialmente entusiasmado e emocionado com a assembleia. E toda a cidade compareceu. As organizações mais representativas, as entidades sociais mais importantes, todos os poderes públicos estavam representados na assembleia, que consagrou o nascimento da FEAC e, ao mesmo tempo, a sua vinculação jurídica com outra instituição, a Fundação Odila e Lafayette Álvaro.

Desde então, e pelas cinco décadas seguintes, a Fundação FEAC seria a protagonista ou, no mínimo, participante ativa das principais ações sociais realizadas em Campinas. E fez isso sempre com um novo olhar, uma nova perspectiva, com uma disposição para a inovação que deu o tom ao longo de toda a sua trajetória.

De fato, a FEAC inaugurou um novo modelo de ação social em Campinas. Um modelo pioneiro até no cenário brasileiro, pelo que aponta desde o início de ação cooperativa, em rede, de união de esforços, compromissos e afetos. Na prática essa nova forma de atuar representou um salto na vocação solidária que a cidade já vinha cultivando, por vários ingredientes históricos.

Existia, portanto, um campo fértil para o florescimento dessa nova modalidade de ação social, que em sua gênese já apontava para a superação do formato filantrópico tradicional. Do mesmo modo, o modelo original que a FEAC implantou apenas foi possível pelo contexto social, político e econômico de Campinas, de certo modo singular em vários de seus aspectos.

FUNDAÇÃO FEAC, DÉCADA A DÉCADA

DÉCADA	MUNDO	BRASIL
1960	Movimentos de libertação nacional Muro de Berlim Corrida armamentista	Bicampeonato mundial Derrubada do governo João Goulart Governo militar
1970	Crise do petróleo Guerra Fria	Governo militar “Milagre” econômico Tricampeonato mundial de futebol
1980	Queda do Muro de Berlim Surgimento da Aids	Campanha pelas eleições Diretas-Já Redemocratização Inflação descontrolada
1990	Globalização Salto em novas tecnologias Fim da Guerra Fria	Plano Real e controle da inflação
2000	Perplexidade mundial diante de atentados terroristas em Nova York Avanço da Internet, modificando economia e cultura	Crescimento econômico com melhoria da renda familiar Ascensão da Classe C
2010	Crise econômica de 2008 ainda produz efeitos globais	Diminuição do ritmo do crescimento econômico, mas ainda com pleno emprego

CAMPINAS	FEAC
<p>Demolição do Teatro Municipal</p> <p>Criação da Unicamp</p> <p>Fundação da FEAC</p>	<p>Criação da FEAC, em assembleia realizada a 14 de abril de 1964</p> <p>Campanha de Erradicação da Mendicância, primeira iniciativa</p> <p>Primeiras filiações</p> <p>Contribuições financeiras da comunidade</p> <p>Clubes de Mães, primeiro projeto social de longo prazo</p> <p>Filiação ao Serviço do Voluntariado Internacional da Unesco</p>
<p>Explosão populacional</p> <p>Estruturação como polo científico e tecnológico</p> <p>Fundação do Centro Boldrini</p>	<p>Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida” para Reeducação do Menor Infrator, em 1975</p> <p>Nova sede, inaugurada a 11 de dezembro de 1976</p> <p>No final da década a FEAC tem 35 entidades filiadas</p>
<p>Fundação do Centro Corsini</p>	<p>Shopping Iguatemi é inaugurado a 6 de maio de 1980</p> <p>O Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981, fortalece muito a causa</p> <p>Cartões de Natal FEAC lançados em 1985</p> <p>Apoio ao Centro Comunitário do Santa Lúcia, de 1987</p>
<p>Apoio ao Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>Campinas no Programa Municípios Saudáveis</p>	<p>Participação na criação do ISA, a 25 de agosto de 1994</p> <p>Entre 1994 e 1998 o Projeto BID deu atendimento a 5.296 crianças e adolescentes</p> <p>Aliança de Campinas pela Educação, de 1995</p> <p>Em 1998 são 95 entidades filiadas</p>
<p>Criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC)</p> <p>Indignação diante do assassinato do prefeito Toninho</p>	<p>Profissionalização da gestão, Planejamento estratégico</p> <p>Participação no Peti e Movimento Degrau</p> <p>Adaptação das conveniadas ao Suas</p> <p>Entre 2005 e 2010, parceria no Programa pela Educação Integral</p> <p>Lançamento do FEAC na Escola, a 21 de outubro de 2010</p>
<p>Ampliação de Viracopos projeta uma nova Campinas</p>	<p>Lançamento do Compromisso Campinas pela Educação, a 27 de novembro de 2007</p> <p>Observatório da Educação, lançado a 8 de maio de 2013</p>

É essa mescla de vocação solidária e de história social, política e econômica de Campinas que permite prever novos saltos da atuação social na cidade ao longo do século 21, com ativa participação da FEAC. Aos 50 anos a FEAC continua jovem e cheia de energia, atenta às demandas de seu tempo – um tempo cada vez mais mutante – e da sociedade em que está inserida – uma sociedade crescentemente complexa e que exige inovações permanentes na forma de atuar de seus protagonistas.

CAMPINAS NA DÉCADA DE 1960

Os fios da história estavam sendo tramados. O terreno estava fértil. O acúmulo de experiências e o sentido de inovação implementado por pessoas com visão de futuro acabariam resultando na formatação de um modelo pioneiro de ação social no Brasil, catalisado pela experiência da FEAC.

O contexto social, econômico e político contribuiu. O crescimento urbano anunciado nos anos anteriores simplesmente explodiria nas décadas de 1960 e 1970. Crescimento que criou novas demandas, gerou novos desafios sociais relevantes.

Em 1960 Campinas contava com 213.558 moradores, um aumento de 65% em comparação com 1950. A taxa de urbanização, de 85, 88%, era uma das maiores do país. Durante os anos 60 a taxa anual média de crescimento populacional em Campinas seria de 5,5%, bem superior aos 3,2% no estado de São Paulo e 2,9% no Brasil.

Os sinais apontando para um crescimento ainda maior podiam ser identificados em todo lugar. A 19 de outubro de 1960 foi inaugurada a pista de 3200 metros do Aeroporto Internacional de Viracopos, com pouso de aviões da Varig e Vasp. O primeiro voo internacional foi registrado a 21 de outubro, com o pouso de um DC 8 da Pan American, procedente de Nova York. Campinas como um dos portais internacionais do Brasil, a cidade com vocação cosmopolita.

A 28 de dezembro de 1962 era criada oficialmente a Universidade de Campinas, resultante de expressiva mobilização comunitária. Mobilização, aliás, que tem muito a ver com o espírito comunitário que levou à criação da FEAC.

A mobilização foi conduzida pelo Conselho das Entidades de Campinas, que reunia representantes das organizações mais representativas da comunidade. Entre os ativos membros do Conselho estava o engenheiro Eduardo de Barros Pimentel, que seria o cocriador – com o Dr. Darcy Paz de Pádua – da FEAC.

Em 1963 foi instalada a Faculdade de Ciências Médicas, núcleo inicial da futura Unicamp. Logo a Cidade Universitária seria um novo indutor de crescimento da cidade, no sentido de Paulínia, cidade emancipada de Campinas a partir de 1964.

Os rumos do crescimento em Campinas pareciam inexoráveis, com os inevitáveis impactos positivos e negativos. Um dos desafios que mais inquietava a cidade era a

permanência da mendicância. Uma reportagem do “Correio Popular”, na edição de 17 de janeiro de 1964, foi publicada com o título “Pedintes e retirantes invadem a cidade”.

O contexto político do país era igualmente efervescente, com toda a oposição ao governo de João Goulart e que resultou no movimento militar de 31 de março de 1964. Foi neste panorama em ebulição, com cidade e população crescendo, desafios sociais emergindo e caldeirão político que nasceu a FEAC, fruto sobretudo do olhar social diferenciado do Dr. Eduardo de Barros Pimentel, que teve um grande parceiro no Dr. Darcy Paz de Pádua.

O advogado Darcy Paz de Pádua tinha sido dirigente do PDC e era professor na Faculdade de Serviço Social e da Faculdade de Direito da PUC-Campinas. Sua visão social era muito próxima, portanto, da Doutrina Social da Igreja Católica. E também era um ativo membro do Lions Club. O paulistano Pimentel era, na época, uma das principais lideranças comunitárias locais.

DR. PIMENTEL, ORGANIZADOR E MOBILIZADOR NATO



Dr. Eduardo de Barros Pimentel, em uma das muitas reuniões que participou, para apresentar os conceitos inovadores da FEAC (Foto Arquivo FEAC)

O paulistano Eduardo de Barros Pimentel chegou a Campinas em 1956, com a mulher Maria Thereza (da tradicional família campineira Ferraz de Camargo) e as filhas Thais e Maria Tereza, de cinco e quatro anos. As suas

empresas ficaram sob a direção dos sócios, mas sempre com a participação direta de Pimentel na gestão. Ele havia aceito o convite para assumir a Gerência Geral da Fábrica de Fogão Dako, dos sócios Joaquim “Joá” Gabriel Penteado e Maximiano Ferraz de Camargo. Engenheiro civil pelo Mackenzie, em 1952, e administrador de empresas pela FGV, em 1955, logo foi convidado a integrar os conselhos local e estadual do Ciesp-Fiesp – Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em 1959, um daqueles fatos que mudam a vida de uma pessoa, quando aceitou a participação no segundo clube de Rotary fundado em Campinas, o Rotary Club de Campinas Norte. A participação ativa na organização criada e mantida com o propósito do serviço, com base em atitudes éticas e valores morais, ampliou sua inserção na comunidade. Pimentel teria uma longa e brilhante trajetória na comunidade rotária, presidindo o seu clube e chegando a governador de Distrito em 1964-65.

Em 1960, outra virada do destino. Deixando a Dako, tinha o objetivo de estudar nos Estados Unidos, em Universidade parceira da FGV, mas os planos mudaram quando recebeu o convite do presidente da Bendix para permanecer em Campinas, para dirigir a fábrica de freios da empresa, recém-instalada na cidade. O argumento do presidente, para convencê-lo a ficar, foi o de que aprenderia muito mais, em termos de vivência na cultura de uma empresa internacional, se assumisse o cargo na Bendix. Quando deixou a direção, Pimentel ainda permaneceria por anos no Conselho de Administração da empresa.

Unicamp – O envolvimento no processo de criação da Unicamp foi tão expressivo como o de sua participação na fundação da FEAC. A instalação da Faculdade de Medicina de Campinas era um sonho antigo dos médicos, que desde 1946 trabalhavam com este objetivo, apoiados por deputados campineiros e pelo jornalista Luso Ventura.

Em 1958 foram criadas, no papel, faculdades de Medicina em Catanduva, São José do Rio Preto, Botucatu e Campinas. O governo Jânio Quadros também criou uma comissão para estudar as condições específicas das cidades para sediá-las. O seu presidente era Zeferino Vaz, desde 1951 fundador e diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. A escolha da comissão foi por sediar uma nova faculdade em Botucatu, em detrimento de Campinas.

A cidade reagiu. O presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, Roberto Franco do Amaral, solicitou uma reunião do Conselho de Entidades, onde seria exposta a determinação dos médicos em prosseguir a campanha pela faculdade em Campinas. Eduardo de

Barros Pimentel participou da reunião, como representante do Ciesp-Fiesp, e nela apresentou uma proposta de ação, aprovada por unanimidade.

Pimentel deixou o encontro presidindo a comissão que organizaria o movimento. Criou onze comissões de trabalho, incluindo a Comissão Organizadora, composta por ele, Roberto Franco do Amaral, Ruy Rodrigues e Ary Arruda da Veiga.

Indústria, comércio, profissionais liberais, funcionalismo público, toda cidade se mobilizou. Cada comissão tinha um plano de ação, abordando os aspectos jurídicos, financeiros, levantamento socioeconômico da cidade e atividades de mobilização geral e contatos com as lideranças políticas. Mobilização completa da comunidade, que acabou se tornando vitoriosa, com a criação de uma universidade estadual.

No final de 1962, o governador Carvalho Pinto convidou o Dr. Pimentel para uma reunião no Palácio dos Campos Elíseos. Na chegada, o governador comentou:

– Dr. Pimentel, decididamente eu não vou lhe dar uma faculdade de medicina, mas lhe dou uma universidade.

Pimentel brincou:

– Governador, eu não reclamo. Quem pede menos e recebe mais não tem por que reclamar.

O governador solicitou então que Pimentel integrasse o Conselho de Curadores, que durante o período de transição faria as vezes do Conselho Universitário. E também pediu o apoio para a escolha de um local para sediar a Faculdade de Medicina, a primeira da nova universidade.

Pois a faculdade funcionou em seus primeiros anos no novo prédio da Maternidade de Campinas, concluído após grande campanha comunitária, também liderada pelo Dr. Eduardo de Barros Pimentel. Ele conta que a direção da Maternidade aceitou a instalação provisória da Faculdade de Medicina no novo prédio, materializando a existência da nova instituição de ensino, antes que houvesse a mudança de governo. O temor era o de que, se não houvesse um local imediatamente disponível, o sonho da faculdade fosse novamente adiado. Com isso, a Maternidade continuou funcionando durante mais um tempo no prédio antigo, onde depois seria construída a rodoviária de Campinas. O primeiro diretor da Faculdade de Medicina foi o Dr. Antônio de Almeida, uma indicação do Dr. Pimentel, aceita pelo governador Carvalho Pinto.

Todas essas mobilizações, pela Maternidade e pela Faculdade de Medicina, levando à criação da própria Unicamp, foram muito importantes para a projeção do nome do Dr. Eduardo de Barros Pimentel

na comunidade. E as duas campanhas forneceram importantes subsídios, em termos de metodologia, de mobilização e organização, para o processo de criação da FEAC.

Pimentel era um dos executivos de grandes empresas que se instalaram em Campinas e região a partir da década de 1950, e que deram importante contribuição para a introdução de uma nova cultura organizacional na cidade, em termos econômicos e sociais. Tinham se instalado em Campinas a Bendix, a Singer, a Bosch, a Rhodia, entre outras, e em Sumaré a 3M e, depois, a IBM, apenas para citar algumas.

As matrizes dessas empresas, de origem sobretudo norte-americana, conviviam com outras perspectivas e práticas em termos de ação social, e essa novidade transbordou para o espaço campineiro. (Apenas para citar um outro exemplo, a presença da Bosch, sob a direção de Wolfgang Sauer, foi fundamental para a criação, na década de 1970, do Centro Médico de Campinas, sob a liderança do Dr. John Lane. E em uma área do Centro Médico seria construído o Centro Infantil Domingos Boldrini).

Em Campinas, o Dr. Eduardo Pimentel – também dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – passou a ter uma atuação igualmente expressiva no Rotary Club, na época uma das instituições com atuação social mais densa no cenário brasileiro internacional. Ele se engajou no Rotary Club Campinas-Norte, do qual se tornou presidente da Comissão de Serviços à Comunidade. Posteriormente, também seria governador de distrito rotário.

Na Comissão de Serviços à Comunidade do Rotary Campinas-Norte e, depois, na presidência do clube, Pimentel enviou correspondência a representações do Rotary em vários países, indagando sobre experiências locais em ação social. O executivo estava visivelmente insatisfeito com o jeito tradicional de fazer ação social, muito limitado à promoção de jantares para arrecadar fundos para uma obra ou projeto. Uma campanha de arrecadação de recursos para a Maternidade de Campinas, em 1962, levou-o a conhecer mais de perto as barreiras para a manutenção de uma obra social.

Do elenco de experiências que o Dr. Pimentel recebeu, em resposta a seus questionamentos, duas lhe chamaram a atenção em especial, ambas implementadas nos Estados Unidos. Eram o United Fund (Fundo Unido) e o Community Chest (Caixa Comunitária), duas modalidades que sintetizavam a longa trajetória norte-americana em ação comunitária de cunho liberal, de forma diferenciada do que acontecia por exemplo na França, onde a promoção social é canalizada pelo Estado.

O Fundo Unido recebia dos recursos destinados pelos moradores de uma determinada comunidade, e que eram repassados a organizações e projetos credenciados. Era uma dinâmica que viabilizava a destinação de verbas para projetos prioritários, prevenindo a duplicação de esforços e o desperdício.

A Caixa Comunitária, por sua vez, era representada por um pacto de reflexão e cooperação entre profissionais e lideranças comunitárias, visando identificação das melhores estratégias e formas de ação para apoio a projetos e organizações sociais.

Essas duas modalidades de intervenção, que representavam uma tecnologia social inovadora, no caso do Brasil tradicionalmente habituado com jantares e outras campanhas localizadas para arrecadação de recursos, motivaram o Dr. Pimentel a apresentar uma nova proposta para a cidade, na esfera do Conselho das Entidades de Campinas. O Dr. Pimentel comenta a ideia de unificação das duas modalidades de ação social que havia estudado:

– Entendemos que era possível combinar as duas coisas, a centralização da arrecadação de recursos e o apoio técnico, profissional, junto com o estímulo ao voluntariado. Era inédito no Brasil.

Os encontros para a discussão das propostas de Pimentel eram realizados na Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), presidida por Ruy Rodriguez, outro nome de destaque da história da ação social local. Sétimo dos onze filhos do espanhol Eleutério Rodriguez e de Maria Olímpia, Ruy Rodriguez foi um grande empreendedor na economia e na ação social.

O Conselho das Entidades de Campinas era integrado, entre outros, pelos dirigentes dos três Rotary Clubs, dois Lions Clubs, delegacia do Ciesp, Acic, Clube dos Engenheiros e entidades de agrônomos, médicos, entre outros setores, em um total de 23 instituições.

Pelo formato da proposta, ela não deixou de encontrar obstáculos entre membros da comunidade. “Isto funciona nos Estados Unidos, mas no Brasil não”, “Nós pagamos impostos e a responsabilidade da assistência e promoção social é do Estado e não nossa”, “Eu professo a religião X e não vou contribuir para um fundo unido, que vai beneficiar a entidade dirigida por membros da religião Y”, foram algumas das afirmações feitas na época. O Dr. Pimentel comenta:

– Por parte dos membros das diferentes igrejas, padres, pastores, rabinos, dirigentes de entidades espiritualistas tínhamos, de uns, estímulos e, de outros, ceticismos. E tínhamos ainda um cuidado compreensível, pela responsabilidade maior que a eles cabia no campo espiritual e religioso. Não havia naquela época o espírito ecumênico de hoje.

As ideias inovadoras de Pimentel acabaram empolgando a comunidade e ele acabou sendo convidado a assumir a presidência da representação regional em Campinas da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Já como presidente local da LBA, Eduardo Pimentel manteve na Acic o primeiro contato com Darcy Paz de Pádua.

ENFIM A CRIAÇÃO DA FEAC

Aprovada a ideia, o Dr. Pimentel e o Dr. Darcy foram encarregados de redigir uma proposta de estatuto para a nova instituição e apresentá-la em assembleia convocada para decidir a criação da instituição que congregasse as entidades sociais de Campinas. Era o início de 1964.

– Redigimos a proposta do estatuto em umas folhas amarelas pautadas que o Pimentel usava na Bendix – lembra o Dr. Darcy.

Nas primeiras discussões, a nova organização pensada para potencializar a ação social em Campinas foi denominada de Federação de Entidades Assistenciais. Também foram debatidos nomes como Associação de Entidades Assistenciais (Aeas) e União das Entidades Assistenciais.

A minuta de estatuto previa que a futura Federação seria estruturada com três conselhos. O Conselho das Entidades, denominado Conselho Administrativo, reuniria os dirigentes das entidades sociais. O Conselho de Contribuintes seria representativo dos contribuintes – do fundo unido – das entidades assistenciais. E o Conselho Deliberativo, órgão superior da Federação, seria formado por integrantes de expressão da comunidade.

Um Grupo de Trabalho do Conselho das Entidades foi montado para coordenar as discussões. Uma de suas missões era elencar as organizações que executavam ação social em Campinas. Foram identificadas 107 entidades, 58 delas recebendo subvenção municipal, anualmente aprovada pela Câmara Municipal.

Uma primeira grande reunião pública, no processo que levaria à fundação de uma Federação de Assistência Social, foi realizada a 20 de janeiro de 1964, de novo na sede da Acic. Darcy Paz de Pádua e Eduardo Pimentel apresentavam na reunião os objetivos gerais pensados para a nova instituição, que seriam os de integrar o trabalho social, articular e centralizar a arrecadação de fundos para as entidades e proporcionar orientação técnica e jurídica às entidades sociais.

A proposta de estatuto foi aprovada por unanimidade, sem alterações. E ele foi então encaminhado para registro em cartório.

No mesmo encontro de janeiro foram organizadas 14 comissões de trabalho, para realizar as ações necessárias à criação e estruturação da Federação. Uma comissão ficou encarregada dos estudos gerais e dos aspectos relacionados à arrecadação de recursos e uma quarta trataria da estratégia de relações públicas com a imprensa e a comunidade. Pimentel lembra:

– Saíamos de cada reunião com novos apoios, com novas pessoas e organizações incorporados à ideia principal. Já existia um espírito comunitário, mas ainda não se sabia como materializar uma ideia de fortalecimento dessa comunidade. Dessa forma, a FEAC não nasceu de um grupo, mas do espírito, do apoio e da comunhão com a comunidade, que nos deu muita força.

Foi no momento de trabalho intenso das comissões, e antes do registro do estatuto em cartório, que o presidente da comissão executiva provisória da Federação, Eduardo de Barros Pimentel, foi procurado por Lafayette Álvaro, que desejava expressar o seu apoio à iniciativa de articulação e integração da ação social em Campinas. Pimentel voltava de uma de suas viagens à Argentina, a serviço da Bendix, e recebeu um telefonema de Edmundo Barreto a respeito do interesse de Lafayette em uma conversa.

Dizendo-se “extremamente motivado” pela iniciativa da Federação, Lafayette indagou a respeito de possível interesse em união com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro, que tinha sido criada em 1958. A Fundação já contava com importante patrimônio – a Fazenda Vila Brandina – mas de fato funcionaria, com base na posse e uso desse patrimônio, após a morte do casal. Com a unificação das instituições, os recursos derivados do patrimônio seriam direcionados aos trabalhos de ação social de Campinas.

Lafayette Álvaro apresentou apenas uma condição, se fosse aprovada a unificação das instituições. A condição era a de que os membros da direção de sua Fundação estivessem presentes ao menos de forma provisória na direção da nova instituição, até que fosse eleita a primeira diretoria executiva.

O Dr. Pimentel levou a proposta de fusão à assembleia da Federação, no dia 5 de abril de 1964. A proposta foi aceita, sendo marcada em seguida uma nova assembleia, no dia 14 de abril, para selar a criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) – Fundação Odila e Lafayette Álvaro, com respectiva aprovação dos novos estatutos.

No mesmo dia 5 de abril, a residência de Edmundo Barreto sediou reunião do Conselho de Administração da Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Na reunião foi apresentado, por Barreto, o desejo dos patronos da Fundação de alteração dos seus estatutos, viabilizando a união com a Federação das entidades sociais em discussão avançada na comunidade. O argumento da soma de esforços foi utilizado para o convencimento dos conselheiros, mesmo os mais reticentes, como pode ser indicado pela ata da reunião: ***“Em lugar da Fundação OLA vir a se constituir em outra entidade assistencial a mais, dentre as que proliferam na cidade, passaria, desde que tal alteração fosse aprovada pelo seu Conselho Administrativo, a configurar uma organização de cúpula, uma verdadeira federação das demais entidades, no sentido de não apenas centralizar todo o trabalho de arrecadação de donativos, colaboração e fundos junto à população campineira bem como seu comércio e indústria, além de proporcionar às mesmas entidades a mais completa orientação financeira, contábil, fiscal, jurídica e social”***. Termos que sintetizam em alto nível o que seria parte importante do trabalho da FEAC ao longo de sua trajetória de cinco décadas.

Foram aprovadas as mudanças propostas pela FEAC, nos estatutos da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, e a união estava praticamente consagrada, o que ocorreu na assembleia geral de 14 de abril de 1964. A histórica reunião aconteceu de novo na sede

da Acic, com a aprovação dos novos estatutos da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas-Fundação Odila e Lafayette Álvaro. O artigo 3º dos estatutos assinalava a missão da nova instituição:

“A Fundação terá como finalidade contribuir para a mais perfeita e mais eficiente promoção da assistência social na região de Campinas, especialmente a relativa a menores, propiciando a criação, mantendo e assegurando o funcionamento da Federação das Entidades Assistenciais, com o objetivo de: a) Centralizar a arrecadação de fundos; b) Proporcionar a cada entidade federada assistência jurídica, contábil, de serviço social, de relações públicas e outros; c) Estimular a criação de obras de bem-estar social que atinjam setores da comunidade carentes de recursos”.

Os estatutos estipulavam que a FEAC atuaria preferencialmente na proteção às crianças de famílias de baixa renda. Outro item dos estatutos, que diferenciava a atuação da FEAC no campo da ação social no Brasil, era que a Federação ofereceria às entidades filiadas 20% a mais do que os recursos arrecadados por cada uma junto à comunidade. Era uma estratégia de incentivo à captação de novos sócios, mas o Dr. Pimentel e o Dr. Darcy admitem que se tratou obviamente de um grande risco, pois na prática a FEAC ainda não contava com recursos.

– Nós confiávamos no apoio da comunidade, e ele de fato veio – lembra Darcy.

Por sua vez, Eduardo Pimentel comenta como foi esse momento histórico, no qual dois projetos se encontraram:

– O Lafayette Álvaro pensava em uma obra social. Com a generosidade dele e da esposa, pensava em destinar um importante patrimônio em benefício da comunidade. Nós pensávamos não em uma obra social, mas no conagraçamento das obras sociais, uma instituição em que as obras se dedicassem à promoção humana, independente de religião. E as duas propostas acabaram se unindo.

Darcy também observa:

– Foi um grande ato de generosidade do Lafayette, e nós, por outro lado, ajudamos a colocar em prática uma intenção que ele já tinha desde 1958.

Paz de Pádua também destaca o sentido do apoio profissional que a ideia da FEAC comportava:

– De fato a proposta não era apenas colaborar financeiramente com as entidades, era oferecer orientação técnica. Nenhuma entidade tinha assistente social ou psicólogo na época. A FEAC então promoveria o apoio técnico, além de também prestar apoio jurídico e contábil, que também era um desafio para as entidades.

Nascia assim uma proposta inovadora em ação social do Brasil, na medida em que a FEAC propunha a integração e a ação solidária de todas as entidades locais. Sem dúvida um grande desafio, considerando a tradição de ações isoladas, fragmentadas, desarticuladas, na área social brasileira.

A história comprovaria que a proposta era ousada, mas absolutamente viável. E, sem dúvida, como também a história mostraria, a aliança com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro foi fundamental para consolidar o Projeto FEAC. O desprendimento do casal Odila e Lafayette Álvaro é neste contexto um exemplo, um emblema da vocação solidária de Campinas.

**ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO,
EXEMPLOS DE SOLIDARIEDADE**



Casal Odila e Lafayette Álvaro, beneméritos da Fundação FEAC (Foto Arquivo FEAC)

Um dos prefeitos nomeados de Campinas no início da década de 1940, época em que as eleições foram suspensas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, Lafayette Álvaro de Souza Camargo era um fazendeiro, proprietário de grande extensão de terras originalmente pertencentes ao Engenho do Mato Dentro, uma das primeiras fazendas a cultivar café na cidade no século 19. Nascido em Campinas a 1º de novembro de 1887, era filho de Antônio Álvaro de Souza Camargo e Olympia Lapa de Souza Camargo.

Casou-se com Odila Egídio de Sousa Santos Camargo, também de tradicional família campineira com origens no baronato do café, e o casal viveu durante algum tempo na Usina Ester, em Cosmópolis. Lafayette assumiu a gerência a convite do proprietário, Paulo de Almeida Nogueira.

Os dois eram muito amigos. “Lafayette vai à usina tomar posse na gerência”, diz Nogueira, em seu registro de 17 de janeiro de 1926, no diário em que documentou tudo sobre sua vida e o cotidiano de sua família e da sociedade de Campinas e região, entre 1893 e 1951. No mesmo diário, publicado em livro em 1955, sob o título “Minha vida”, Nogueira confessa ter ficado “muito triste” quando Lafayette ficou doente, com “febre de 40 graus e tremores”, tendo sido operado de apendicite aguda no hospital do Círculo Unitti (depois Casa de Saúde de Campinas), a 8 de dezembro de 1934, por Arlindo de Lemos.

Dois anos antes, um momento crítico, quando Paulo de Almeida Nogueira e Lafayette Álvaro chegaram a ensaiar como seria a defesa da Usina Ester, em caso de invasão pelas tropas fiéis a Getúlio Vargas, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, um acontecimento que calou fundo na consciência cívica dos paulistas e de muitos brasileiros.

Enquanto Lafayette cuidava da Usina, a esposa Odila dava aulas na Escola Feminina que funcionava na Usina desde 1916. Foi a semente do sólido trabalho social que o casal desenvolveria posteriormente. Após deixar a Usina, em 1936, Lafayette passou a se dedicar integralmente a suas propriedades em Campinas. Em 1937, ele o amigo Paulo de Almeida Nogueira comemoraram a inauguração de nova escola rural na Usina Ester e outra no Bom Retiro, além de uma biblioteca infantil e do Copo de Leite, obra social que muito influenciou Lafayette Álvaro no trabalho social que desenvolveu a partir da Fazenda Brandina.

Como meio de administrar o patrimônio destinado em especial às crianças de famílias pobres de Campinas, Lafayette Álvaro projetou a criação de uma Fundação, gerida e com a participação de nomes de destaque na comunidade. Um grande estímulo à criação da Fundação foi dado pelo Dr. Mário Altenfelder, que visitou o casal na sede da Fazenda Brandina em 1956.

Retornando a São Paulo, escreveu uma carta se dizendo impressionado com a disposição do casal em intensificar o seu trabalho social. Essa carta é considerada decisiva para o propósito de Odila e Lafayette Álvaro em criar uma instituição, para dar continuidade a sua ação social.

A criação da Fundação, com a discussão e aprovação de estatutos e eleição da primeira diretoria, aconteceu oficialmente no dia 16 de outubro de 1958, em reunião na sede do Partido Democrata Cristão (PDC), dirigido pelos advogados Carlos Foot Guimarães e Darcy Paz de Pádua, que depois seria um dos fundadores da FEAC. A sede do PDC estava localizada no edifício “Prudência”, na rua Benjamin Constant, esquina com a rua Barão de Jaguará, terceiro andar, onde hoje funciona a Rádio Globo/CBN.



Capela da Fazenda Brandina, patrimônio doado pelo casal Odila e Lafayette Álvaro para a FEAC (Foto Arquivo FEAC)

O PDC estava muito influenciado na época pela nova Doutrina Social da Igreja. No papado de João XXIII, as encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacen in Terris*, de 1963, deram o tom da nova Doutrina Social católica. A primeira alertava para os riscos derivados das desigualdades no interior dos países e em esfera internacional. A segunda evidenciava a defesa dos direitos humanos individuais e coletivos. Um dos intelectuais mais influentes no período era o francês Jacques Maritain (1882-1973), filho de protestantes liberais e republicanos e autor de obras como “Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã”, “A pessoa e o bem comum”, “Os direitos do homem e a lei natural” e “O homem e o Estado”.

As lideranças reunidas por Lafayette Álvaro para criar uma fundação tinham muita identidade com o humanismo de Maritain e outros pensadores que embasaram a Doutrina Social da Igreja. A Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Fundação Odila e Lafayette Álvaro foi convocada para “a criação dessa entidade como pessoa jurídica de direito privado, através da leitura, discussão e aprovação de seus estatutos, bem como da eleição da primeira diretoria à qual caberá lançar as bases materiais desse grande empreendimento de natureza assistencial e filantrópica que tem por nome os de seus insignes patronos, Da. Odila Souza Santos Camargo e o Dr. Lafayette Álvaro de Souza Camargo”.

Participaram da reunião 13 conselheiros: os advogados Edmundo Barreto, Carlos Foot Guimarães e Sérgio Barros Barreto, o promotor público Sylvio Amaral, os médicos Múcio Drummond Murgel, João Lech Júnior e Heitor Nascimento, o veterinário José Mércio Xavier, o lavrador Avelino Anthero de Oliveira Valente, o historiador Celso Maria de Mello Pupo, o coronel José Ferreira Penteado, o corretor de seguros Marcos Álvaro de Souza Santos e o bancário Pedro Estevam de Siqueira. Justificaram ausência os conselheiros Paulo Nogueira Neto e Guilherme Pompeu Nogueira.

Constituída como pessoa jurídica de direito privado, a Fundação Odila e Lafayette Álvaro teve como primeiro presidente Edmundo Barreto e como vice Carlos Foot Guimarães. O primeiro secretário era Sylvio do Amaral e o segundo secretário, Sérgio Barros Barreto. Todos eram homens de total confiança de Lafayette Álvaro. Foi eleito ainda um Conselho Administrativo, integrado pelos diretores e outros nove membros, basicamente os conselheiros presentes à histórica Assembleia.

Na mesma Assembleia de constituição da Fundação, foram aprovados os estatutos, cujo artigo 3º sinalizava o eixo central de atuação da futura FEAC. Por esse artigo a Fundação teria a finalidade de “dar assistência a menores abandonados, abrigando-os e mantendo os necessários cursos de instrução e oficinas, onde receberão educação moral e profissional”. A

educação, portanto, na gênese da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, que estava em sintonia com seu tempo: no ano seguinte, mais precisamente a 20 de novembro de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaria a Declaração dos Direitos da Criança, documento que abriu as portas para uma nova agenda internacional, sobre os direitos da infância, até então praticamente “invisível” e sem total cidadania assegurada.

No dia 23 de outubro de 1958, no Cartório do 1º Ofício, foi oficializada a doação da Granja Vila Brandina para a Fundação Odila e Lafayette Álvaro. O casal benemérito também doava 50 mil cruzeiros e reiterava o desejo de que a entidade fosse exercida por Conselho de Administração, tendo à frente Edmundo Barreto. E exigia que a instituição mantivesse o seu “caráter leigo, não se fazendo menor discriminação entre os menores abandonados, em razão de sua raça ou religião”. Conceito que orientaria toda a trajetória da própria Fundação FEAC.

Com a criação da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, continuou o trabalho de fornecimento de leite às crianças pobres, mas ainda demorou algum tempo para a ligação dos destinos da instituição aos da futura FEAC, criada na assembleia histórica de 14 de abril de 1964.





Sede atual da Fundação FEAC (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

CAPÍTULO II

PRIMEIROS PASSOS DA FEAC: SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

“A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços a serem estabelecidos em lei e por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.” (Declaração dos Direitos da Criança, 20 de novembro de 1959, Princípio II).

Presidente da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, Edmundo Barreto tornou-se o primeiro presidente da diretoria executiva da FEAC, conforme pedido do empreendedor benemérito. Eduardo de Barros Pimentel foi nomeado primeiro vice-presidente e Darcy Paz de Pádua, segundo vice-presidente. Os demais cargos eram ocupados por Nivaldo Novaes (primeiro tesoureiro), José Maria Xavier (segundo tesoureiro), Sérgio Barros Barreto (primeiro secretário) e Rubens Duarte Segurado (segundo secretário). Carlos Foot Guimarães foi confirmado como presidente do Conselho Deliberativo.

Todos os membros dessa primeira diretoria eram nomes de prestígio na comunidade campineira. Edmundo Barreto, praticamente um braço direito de Lafayette Álvaro, era casado com Dona Augusta, sobrinha do ex-prefeito de Campinas. Rubens Duarte Segurado era empresário na área de construção civil. O advogado Carlos Foot Guimarães foi um dos criadores da Universidade Católica de Campinas, onde foi professor por 25 anos de Direito Civil e diretor da Faculdade de Direito. (Faleceu de enfarte, aos 56 anos, a 12 de janeiro de 1981). O serviço de Assistência Judiciária da PUC-Campinas, que presta assistência gratuita a quem não pode pagar, foi batizado com o seu nome. Foot Guimarães era casado com outra sobrinha de Lafayette, Dona Dirce. Edmundo Barreto e Carlos Foot Guimarães mantinham um escritório de advocacia em sociedade com Sérgio Barros Barreto, filho de Edmundo. O escritório ficava na rua General Osório, em frente à praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), no Edifício Arruda Camargo. Sérgio Barreto foi o primeiro a falar em “FEAC”, o termo que acabou popularizado. A nova instituição era mais conhecida nos primeiros momentos como “Federação”.

Após a fase de transição, a primeira diretoria definitiva foi eleita com o Dr. Eduardo Barros Pimentel na presidência, sendo constituída, ainda, por Darcy Paz de Pádua, Antônio Orlando, Gilberto Prado, Mário Cândido Pedroso, Jorge de La Torre e José Pugliesi Filho. O primeiro Conselho Administrativo foi formado por dirigentes de 16 entidades, as primeiras filiadas à FEAC.

Da mesma forma, eram nomes de expressão na comunidade. Antônio Orlando era importante empresário, sócio-gerente da Indústria Vedatex Ltda.; Jorge de La Torre era executivo da Equipamentos Clark S/A; José Pugliesi Filho era exator federal; Mário Cândido Pedroso era comerciante.

Outro integrante, Gilberto Prado, também comerciante, sócio-gerente de Prado Porto & Cia. Ltda., teria uma atuação fundamental na história da FEAC. Ele começou sua atuação social muito jovem, como membro da diretoria do “Asilo dos Inválidos”, depois Lar dos Velinhos de Campinas, uma das mais antigas entidades sociais em atuação na cidade e que seria uma das primeiras filiadas à Fundação FEAC.

LAR DOS VELINHOS, 110 ANOS DE HISTÓRIA



No Lar dos Velinhos, vários serviços e olhar multidisciplinar (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Tendo o jornalista Antônio Sarmiento na vice-presidência, e na presidência Orosimbo Maia – que viria a ser o primeiro prefeito

eleito, em 1907 – a primeira diretoria do Asilo dos Inválidos logo conseguiu levantar recursos para a compra de um imóvel para abrigar a instituição.

Adquirida em outubro de 1905, do coronel Bento Bicudo, a chácara “República” passou a sediar o Asilo dos Inválidos a 10 de dezembro do mesmo ano. Em 1944 o Asilo passou por grande reforma. A 24 de dezembro de 1949 foi inaugurado o Pensionato Nossa Senhora das Graças, destinado a mulheres e que ajudaria a arrecadar recursos para o Asilo, transformado em 1972 no Lar dos Velhinhos de Campinas. Ele seria uma das primeiras entidades filiadas à FEAC.

Em 2014, o Lar dos Velhinhos conta com uma infraestrutura completa em um espaço com mais de 70 mil metros, em meio a natureza, onde acolhe e hospeda cerca de 150 idosos de baixa renda, de ambos os sexos. Oferece serviços de psicologia, enfermagem 24 horas, área médica, nutrição, fisioterapia e dentista. Além de cuidados médicos, procura oferecer qualidade de vida aos idosos, por intermédio de atividades recreativas, como: seções de cinema, jogos, festas, passeios semanais e terapia ocupacional. O olhar multidisciplinar da instituição, fundamentado no Estatuto do Idoso, nos termos da **Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**, está inscrito na própria missão: *“Atender o idoso carente nos aspectos bio-psico-sociais, desenvolvendo ações integradas, respeitando sua autonomia, preservando sua melhor capacitação funcional, tornando-o participativo e integrado à sociedade, garantindo-lhe uma melhor qualidade de vida e seus direitos como cidadão”*.

www.lvc.org.br

Gilberto Prado também seria membro da diretoria e do conselho da Apae e presidente do Instituto Dom Nery, onde se empenhou muito pela capacitação e iniciação profissional de jovens. Prado participou da histórica assembleia que aprovou a criação da FEAC, a 14 de abril de 1964, na Associação Comercial e Industrial de Campinas.

O escritório de Edmundo Barreto sediou as reuniões iniciais da diretoria e Conselho Deliberativo da FEAC-Fundação Odila e Lafayette Álvaro. O desafio era o desenho de uma estratégia de sensibilização da comunidade, quanto ao significado e relevância da integração das entidades de assistência social, visando assegurar maior eficiência e rapidez de resultados. Permaneciam resquícios de desconfiança particularmente entre instituições mantidas por denominações religiosas, que ainda não exerciam o ecumenismo no formato depois que seria adquirido.

COMO CONVENCER A COMUNIDADE

Em suas manifestações públicas, pela imprensa ou em conferências, Eduardo Pimentel sempre reiterava que a filiação à FEAC não representaria perda de autonomia da entidade. Ele falava na época: “As entidades assistenciais, ao se filiarem à Federação, continuarão de posse de inteira liberdade de ação e de administração. Poderão ter os seus estatutos, seu sistema de administração da maneira que entenderem”. Uma tradição de respeito à autonomia que seria de fato mantida nos 50 anos da FEAC.

E, claro, existia o dilema da própria estruturação da FEAC e da arrecadação de recursos para financiar as ações sociais. Os estudos das comissões de trabalho que foram mantidas municiaram os dirigentes e conselheiros com muitas informações preciosas, em um tempo em que havia muita escassez de dados confiáveis e bem trabalhados.

Eduardo Pimentel também tirava as dúvidas a respeito de como seria a arrecadação e destinação de recursos: “A Federação procurará arrecadar de cada indústria, de cada comerciante ou de cada indivíduo o máximo que as suas respectivas condições permitirem, desobrigando-os, através de propaganda junto à opinião pública, de qualquer outra contribuição para qualquer outra entidade assistencial, uma vez que eles já contribuam para o fundo unido da Federação. Além disso, será fornecido diploma para se fixar no quadro, dizendo que a indústria contribui para a FEAC, ficando por isso dispensada de qualquer auxílio nesse setor. Será fornecido aos contribuintes, indústria, comércio ou indivíduo, impresso apropriado para que qualquer entidade ou pessoa que vá pedir auxílio nessas fontes seja encaminhada, através desse impresso, à Federação, para que esta faça então as pesquisas e estudos para eventualmente dar o auxílio que a solicitante possa merecer”.

Uma tradução em inglês dos estatutos da FEAC foi providenciada, para facilitar o contato com as filiais de empresas multinacionais instaladas em Campinas. Pimentel sempre salientava, em suas muitas exposições, os quatro principais ganhos para a ação social em Campinas, derivados da estruturação de uma Federação de Entidades Assistenciais:

1. Incremento da arrecadação de recursos, decorrente da organização de um fundo único e da aglutinação das entidades: *“Aqueles que já contribuíam poderão fazê-lo mais. Os que não contribuíam por falta de oportunidade passarão a fazê-lo e os que tinham oportunidade de escapar a contribuições terão mais dificuldade em continuar escapando. Teremos, conseqüentemente, um volume muito maior de arrecadações e cada contribuinte terá a satisfação de estar cumprindo o seu dever de solidariedade humana e terá a certeza de que o seu concidadão também estará fazendo o mesmo com a sua mesma intensidade, guardadas as devidas proporções”.*
2. *“Passará a haver interesse real pela obtenção de fundos por contribuições mensais. Será fácil se ter um trabalho de arrecadação bom, por ser bem remunerado, e*

custará este trabalho muito pouco percentualmente. Quantas vezes uma entidade jurídica contribui pouco ou deixa de contribuir para entidade de méritos reais, porque não a conhece bem. Quantas vezes uma entidade jurídica ou indivíduo contribui para uma entidade fantasma ou entidade menos correta, ou para uma entidade mal administrada, também porque não a conhece bem”.

3. Tais riscos, obviamente, na visão dos idealizadores, seriam atenuados com a criação de uma Federação de Entidades e a constituição de um fundo único, com os critérios rígidos de distribuição dos recursos. *“Nenhuma dessas duas hipóteses ocorrerá mais, porque os departamentos jurídicos, econômicos e de assistência social farão os levantamentos e a fiscalização necessários que propiciarão o auxílio real e suficiente para a entidade que o merecer e recusará auxílios aos desonestos e aos ineficientes, estes últimos, se não quiserem receber junto como auxílio financeiro o auxílio de ordem administrativa e funcional”.*
4. A criação de uma Federação de Entidades e de um fundo único consolidariam amplo movimento comunitário, evoluindo-se da exclusiva tradicional dependência do Estado, que historicamente marcou a ação social no Brasil: *“A assistência social, muitos dizem, é função do Estado, mas num país com as nossas características, onde a falta de capital, de recursos se faz sentir em todos os setores, vemos desde logo que não podemos cruzar os braços e pensar que isto exime a nossa responsabilidade de cidadãos para com a nossa comunidade. Mas se o Estado se dispuser, sozinho, a suprir todas as necessidades da assistência social, verificaremos que terá ele que lançar mão de impostos e taxas que irão recair em nós mesmos, com o agravante de que a máquina burocrática, que será então necessária, absorverá uma parcela ponderável desses recursos. Cabe a nós este dever social e é maneira mais eficiente e mais barata de cumprirmos com este dever”.*

O trabalho de convencimento da opinião pública contou com o importante apoio da imprensa. Foram estabelecidos contatos pessoais com os diretores de reação dos principais jornais: “Correio Popular”, “Diário do Povo”, “O Jornal de Campinas”. Os jornalistas Julio Oliveira Barreto, Homero de Camargo e, principalmente, Francisco Isolino Siqueira tiveram relevante papel nos primeiros momentos da FEAC. O primeiro assessor de imprensa da Federação, atuando voluntariamente, foi José Gomes, que trabalhava no Sesi.

Um anteprojeto do Departamento de Serviço Social, idealizado para ser o órgão executivo da FEAC, foi solicitado a assistentes sociais voluntários, que o submeteram a Darcy Paz de Pádua no dia 20 de julho de 1964. Convite semelhante foi endereçado a advogados e contadores, para que ajudassem a pensar as áreas jurídica e administrativa da FEAC.

Uma primeira sede provisória da FEAC foi finalmente instalada, no prédio da rua Padre Vieira, 563, que abrigava a representação local da LBA, presidida por Eduardo de Barros Pimentel. No dia 3 de agosto de 1964, a FEAC começou a funcionar provisoriamente no pavimento principal do imóvel, enquanto a própria LBA passou a ocupar o porão.



Primeira sede provisória da FEAC, na sede da LBA, rua Ferreira Penteadado (Foto Arquivo FEAC)

A LBA tinha uma história importante de intervenção social no Brasil. Ela nasceu a 28 de agosto de 1942, como iniciativa da primeira-dama, Darcy Vargas, como uma forma de apoiar as famílias dos brasileiros que lutavam na Segunda Guerra. Desde o início contou com o apoio da Confederação Nacional da Indústria e das Associações Comerciais. Com o tempo se transformou em um dos principais braços de ação social do governo federal.

O Dr. Pimentel lembra:

– Eu havia sido convidado a dirigir a LBA em Campinas, e o propósito era que a instituição contribuísse para a profissionalização da ação social na cidade. E de fato montamos um núcleo técnico, que também contribuiu para a estruturação da FEAC.

Foi com a assessoria de Dirce Marcondes, assistente social-chefe da LBA, que o primeiro plano de trabalho efetivo da FEAC foi construído. Foram criadas uma Divisão de Serviço Social, com a participação das assistentes Maria de Lourdes Surian, Norma Damasceno e Elsie Tepedino (Sesi), e uma Divisão de Defesa Social, com Leonor Amstalden, Ondina Bordin (ligada ao Incra) e a Irmã Perolina Almeida Souza, vinculada

à Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. Foram as primeiras colaboradoras, ainda de forma voluntária, da nascente Federação.

A catalogação das entidades assistenciais de Campinas foi a primeira tarefa, ao lado de uma enquete, entre as organizações identificadas, para prospecção das prioridades do trabalho social na cidade. O resultado da pesquisa apareceu em novembro, indicando que os principais problemas sociais em Campinas, em meados da década de 60, eram, pela ordem, “menor abandonado”, “mendicância” e “habitação”.



Dr. Darcy Paz de Pádua e Dr. Eduardo Pimentel (centro), em uma das primeiras reuniões das entidades filiadas à FEAC (Foto Arquivo FEAC)

Ainda em 1964, por deliberação da comissão executiva, tomada na 6ª reunião, dia 3 de agosto, na sede da LBA, o conselheiro Pedro Estevam de Siqueira foi encarregado de obter, junto ao fisco estadual, a isenção de Sisa pela doação do patrimônio do casal Odila e Lafayette Álvaro à FEAC. A 6ª reunião, dessa maneira, foi a primeira na sede da rua Padre Vieira. Na 7ª reunião, dia 10 de agosto, o presidente do Sindicato dos Economistas de Campinas, professor José Roberto Lucas, prometeu a colaboração da categoria para o planejamento das entidades federadas.

O encontro da comissão executiva com os dirigentes de empresas estrangeiras localizadas em Campinas foi o tema da 9ª reunião, dia 14 de setembro de 1964. As empresas haviam recebido o manifesto encaminhado pela FEAC e estudavam formas de colaboração. Com o mesmo propósito, as assistentes sociais visitaram empresas de menor porte. A abertura de conta em banco e a elaboração de uma placa identificando a sede da FEAC foram outras deliberações na mesma reunião. O segundo secretário, Rubens Duarte Segurado, ficou com a responsabilidade de confeccionar a placa.

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE FUNDOS

A Comissão Coordenadora da Campanha de Arrecadação de Fundos foi constituída por Lafayette Álvaro, D. Paulo de Tarso Campos (arcebispo de Campinas), João Mendes (juiz diretor do Fórum), vereador Romeu Santini (presidente da Câmara Municipal), coronel Zimmerman (comandante do 1º BCCL), tenente-coronel Caio Campos Montes (comandante do 8º BC), Armando Bastos (gerente do Banco do Brasil), Modesto de Camargo (presidente do Centro das Indústrias), Antônio Orlando (presidente do Centro Kennedy) e Aristides Lopes Monteiro (delegado de Polícia).

O lançamento da Campanha aconteceu na residência de Lafayette Álvaro, no casarão da Fazenda Brandina. Posteriormente houve sessão solene no Clube Semanal de Cultura Artística, com a presença do Coral Pio XI.

Logo aconteceram as primeiras grandes doações empresariais. Como Eduardo Pimentel era dirigente da Fiesp, ficaram facilitados os contatos com grandes empresas, a quem eram explicitados os objetivos da FEAC e como ela trabalharia.

A primeira doação foi da própria Bendix, onde Eduardo de Barros Pimentel atuava. O presidente da Bendix do Brasil, George Philip, foi também indicado para integrar o primeiro Conselho de Contribuintes da Federação (na prática o representante seria o próprio Pimentel). Foi uma doação de 5 milhões de cruzeiros anuais, em parcelas mensais.

A segunda doação – a primeira de uma empresa campineira – foi do Curtume Cantúcio, que ofereceu 1 milhão de cruzeiros. Outras empresas também contribuíram: Merck Sharp & Dohme, 3M e Clark, localizada em Valinhos. A Merck foi a primeira a doar grande quantidade de gêneros alimentícios para repassar às entidades, através da FEAC. A doação foi no início de dezembro de 1964, antecipando o que depois seria conhecido como Natal Sem Fome. A campanha foi coordenada por José Antonio Maranhão, relações industriais da Clark. Tema Terra e Ibafe também estiveram entre as primeiras empresas contribuintes. O primeiro contador da FEAC foi Vicente Montero, que havia trabalhado com o Dr. Eduardo Pimentel na Bendix. (Em 2014, nos 50 anos da FEAC, Montero dirige o Instituto dos Cegos Trabalhadores, uma das entidades conveniadas.)

Ainda em 1964, o presidente da FEAC, Edmundo Barreto, encontrou-se no Tribunal de Justiça do Estado com o desembargador Euclides da Silveira, para tratar do Serviço de Colocação de Menores. A ideia era estruturar um espaço em Campinas para receber os menores. O desembargador prometeu visitar Campinas para continuar a conversa, o que aconteceria meses depois. Seria uma ideia recorrente nos primeiros anos de existência da FEAC.

No mesmo ano foi criado em Campinas o Conselho Municipal de Assistência ao Menor. Para representar a FEAC foi indicado o segundo secretário, Rubens Duarte Segurado. E também em 1964 a nota triste, com o falecimento de Odila Santos de Souza Camargo. Todos os integrantes da comissão executiva da Federação participaram dos

funerais. E no mesmo ano faleceram dois membros do primeiro Conselho Deliberativo, coronel José Ferreira de Camargo e João Lech Júnior.

O reconhecimento de utilidade pública pelo Município, Estado e Governo Federal foi solicitado em janeiro de 1965. Em fevereiro foram registrados os primeiros pedidos de filiação. O primeiro pedido foi do Instituto dos Cegos Trabalhadores, encaminhado oficialmente na reunião da comissão executiva de 12 de novembro de 1964. No início de 1965 solicitaram filiação a Creche “Madre Anastácia”, Creche “Bento Quirino”, Orfanato Nossa Senhora do Calvário, Federação Mariana, Asilo dos Inválidos (depois Lar dos Velhinhos), Instituto “Dom Nery”, Clube da Paz Notre Dame e Paróquia Santa Cruz.

BENTO QUIRINO, PRIMEIRA FILIADA À FEAC

A primeira entidade filiada à FEAC, a creche mantida pela Sociedade Feminina de Assistência à Infância, criada em 2 de fevereiro de 1914, foi logo batizada de Bento Quirino, em homenagem ao principal benemérito, sob a responsabilidade original da congregação Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. Elas deixariam a função em 1983, em razão de mudanças na esfera eclesiástica. Com isso, a creche passou por completa reformulação administrativa e pedagógica.

Foi justamente neste período, a primeira metade da década de 1980, que o governo de São Paulo implantou o Crecheplan, projeto apontando para um novo modelo pedagógico em creches, próximo do atendimento que seria depois consolidado pelo ECA. A difusão em Campinas dos conceitos do Crecheplan foi iniciativa da Fundação FEAC.

O esforço é citado pela coordenadora da Creche Bento Quirino, Lídia Oneida Siqueira Baida, como exemplar quanto à importância da parceria entre a instituição e a FEAC.



Prédio histórico da Creche Bento Quirino: tradição de solidariedade (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

“Neste momento foi fundamental a assessoria técnica da FEAC. Estávamos querendo imprimir novo modelo de creche, e o que a FEAC oferecia era o que queríamos”, diz Lídia.

Ela cita Maria Aparecida de Souza Pinto e Lúcia Helena Marquezi entre as profissionais da FEAC que contribuíram nessa etapa de transição. Mudança visível, segundo ela, foi a forma como o uso dos brinquedos como recursos pedagógicos passou a ser encarado.

Mas o apoio também ocorreu no âmbito estrutural. A 3 de fevereiro de 1994, exatos 80 anos após o início do funcionamento da Sociedade Feminina de Assistência à Infância, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) tombou o prédio da unidade central da Creche Bento Quirino, reconhecendo o seu valor histórico para a cidade, por suas características de *arte nouveau*. Com apoio da Fundação FEAC o prédio foi totalmente restaurado, com a instalação de equipamentos anti-incêndio, entre outros aparatos.



Educação infantil atende a dezenas de crianças (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Na década de 1990 a creche passou por novas modificações, em função da necessidade de adequação ao ECA, e de novo as alterações aconteceram com a assessoria da FEAC. A FEAC também contribuiu nas adequações do prédio da segunda unidade da Creche Bento Quirino, inaugurada no Jardim Itatinga em 1997. Em 2013 a Bento Quirino

atendia a 190 crianças na educação infantil na unidade central, além de 170 crianças de 6 a 14 anos com atividades socioeducativas. E na unidade eram 60 crianças na educação infantil e 50 na faixa de 6 a 14 anos. Também eram mantidos programas para mais de 300 famílias no centro e mais de 80 no Jardim Itatinga.

Em março de 1964 pediram filiação a Casa dos Menores de Campinas, Sanatório “Cândido Ferreira” e Fraterno Auxílio Cristão. As primeiras entidades filiadas, em maio de 1965, foram a Creche “Bento Quirino”, Creche “Madre Anastácia”, a Casa dos Menores, a Sociedade Adventista Dorcas e a Creche “Maria Luiza Hartzler”.



Uma das primeiras reuniões das entidades filiadas à FEAC: ação comunitária (Foto Arquivo FEAC)

CÂNDIDO FERREIRA, UMA RECRIAÇÃO PERMANENTE

O Cândido Ferreira nasceu após mobilização deflagrada com as denúncias dos jornalistas Leopoldo Amaral e José Vilagelin Júnior, da representação local de “O Estado de São Paulo”, sobre as péssimas condições em que se encontravam os detidos na cadeia pública local, e que esperavam vagas no Juqueri, até então único hospital psiquiátrico de São Paulo. As denúncias sensibilizaram pessoas como Sylvia Ferreira de Barros, que passou a liderar campanha comunitária pela construção de um hospital em Campinas.

Uma organização foi criada, a 6 de julho de 1919, sob o nome de Hospício para Dementes Pobres do Arraial de Sousas, mais tarde o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, homenagem ao advogado e juiz de direito, pai de Sylvia Ferreira de Barros. A inauguração dos primeiros pavilhões aconteceu a 14 de abril de 1924. Era mais uma instituição social nascida com forte impulso da imprensa, em uma característica que seria mantida em Campinas até a década de 1970. Depois disso, infelizmente, foi muito atenuada a presença da imprensa diretamente no fortalecimento da ação social.

As primeiras instalações foram construídas a cargo de Ercole Bonetti, a partir de projeto do engenheiro Bruno Simões Magro, em área de Sousas conhecida como Chácara das Palmeiras, e que pertencia originalmente à Fazenda Atibaia. No final da década de 1980, o apoio da FEAC foi importante para a manutenção dos serviços do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, que atravessava forte crise financeira.

A cogestão com o poder público municipal data de 1990. Desde o começo da década de 1990 o hospital aderiu à luta antimanicomial, sendo pioneiro na criação de novas práticas. Em 1993, a Organização Mundial da Saúde já caracterizava o Cândido como referência em saúde mental.

A criação da Rádio Maluco Beleza, do *Jornal C@ndura*, do Bloco Unidos do Candinho, do Armazém das Oficinas, do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) e a participação no gerenciamento de Centros de Convivência e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são indicativos do novo olhar que o Cândido ajudou a introduzir na área da saúde mental e que continua praticando na segunda década do século 21.

No dia 24 de abril de 2013, a exposição de fotos da oficina de trabalho “Entre fatos e fotos”, promovida no âmbito do NOT, abriu o Calendário Cultural de 2013 da Fundação FEAC. A exposição fotográfica foi uma coletiva dos fotógrafos Ricardo Lima, Henrique Lukas, Régis Moreira,

André Vanini e Denise Maher sobre o trabalho realizado pelos usuários das oficinas do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. No mesmo evento, no auditório da FEAC, foi exibido o vídeo “O Trabalho e a Economia Solidária na Saúde Mental: 20 anos do NOT”, dirigido por Bruno Fantini e com assistência de direção de Davi Matthiesen.

www.candido.org.br

Das primeiras entidades filiadas, apenas a Sociedade Adventista Dorcas não é conveniada da FEAC cinco décadas depois. As 17 primeiras entidades filiadas à FEAC, até 1966, atendiam milhares de pessoas (Quadro I).

QUADRO I. PRIMEIRAS FILIADAS À FEAC

Asilo dos Inválidos (depois Lar dos Velinhos)
Instituto D. Nery
ABC – 2000 – Assistência Médica e Farmacêutica
Hospital Álvaro Ribeiro
Casa da Criança de Sosas
Casa dos Menores
Centro Kennedy
Ambulatório São Roque – Creche Madre Anastácia
Lar Nossa Senhora do Calvário
Lar Evangélico Alice de Oliveira
Maternidade de Campinas
Serviço Cândido Ferreira
Instituto Adventista
Albergue Noturno (depois se desfilou)
Creche Bento Quirino
Apae
Sociedade Beneficente Amiga dos Pobres (depois se desfilou)

Fonte: FEAC

O processo de filiação seguia cinco passos:

- a. Requerimento dirigido à Diretoria da FEAC, em papel timbrado ou com carimbo da obra;
- b. Cópia dos estatutos em seu inteiro teor, devidamente registrada e autenticada em cartório, com prova de personalidade jurídica;
- c. Relação nominal dos sócios contribuintes, com seus endereços e respectivas contribuições (especificando se a contribuição é mensal, trimestral, semestral ou anual);
- d. Balanço patrimonial e financeiro do ano anterior;
- e. Programação do ano em curso e relatório anual de atividades realizadas;
- f. Preenchimento de questionário com dados gerais.

A documentação era completada com os pareceres dos Departamentos Técnicos da FEAC. Eram elaborados após visita à entidade e exame da documentação enviada à Federação, servindo como base para a emissão do parecer final da Diretoria Executiva.

MATERNIDADE DE CAMPINAS, OLHAR PARA OPERÁRIOS

Tomás Alves e José Barbosa de Barros tiveram o apoio de colegas de profissão como Francisco Betim Paes Leme, Celso da Silveira Resende, Francisco Pompeu de Camargo, Mário Gatti e Armando da Rocha Brito no movimento para a criação da Maternidade de Campinas, uma das primeiras entidades filiadas à FEAC.

No mesmo ano de 1910 a Câmara Municipal, sob a presidência de Álvares Lobo, votou e aprovou a doação de um terreno de 2.688 m² na avenida Andrade Neves para a nova instituição. Em 1911, era lançada a pedra fundamental e iniciada a construção do prédio. Em 12 de outubro de 1913, data oficial da fundação da Maternidade de Campinas, os organizadores realizaram Assembleia Geral para aprovação dos Estatutos Sociais da Entidade.

A inauguração da Maternidade aconteceria a 27 de fevereiro de 1916, no terreno onde permaneceu até 1965, quando se transferiu para a avenida Orosimbo Maia. A Maternidade seria outra das primeiras entidades filiadas à FEAC, quando era presidida pelo Dr. Eduardo de Almeida, responsável pela operação que resultou na transferência da instituição para a Orosimbo Maia, enquanto no terreno original, na avenida Andrade Neves, foi construída a rodoviária de Campinas.

O hospital conta atualmente com 198 leitos, 740 funcionários e 546 médicos, sendo responsável por mais de 40% dos nascimentos da cidade e região, sendo que destes nascimentos mais de 60% são pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS. Também é o Centro de referência regional em UTI Neonatal, mantendo 90% de sua capacidade com pacientes do Sistema Único de Saúde- SUS. E participa, em parceria com a Prefeitura Municipal, de vários projetos na área de saúde, mantendo em suas dependências vários serviços especializados.

www.maternidadedecampinas.com.br

Quando ocorria a filiação, estes eram os compromissos assumidos pela entidade com a FEAC:

- Participar das reuniões mensais do Conselho Administrativo, assim como colaborar com as demais entidades federadas quando necessário;
- Estabelecer contatos com os serviços colocados à disposição das entidades pela Federação (assistente social, psicóloga, advogado, contador e outros);
- No final de cada mandato da diretoria da entidade, comunicar à FEAC a composição da sucessora;
- Encaminhar ao Departamento de Serviço Social e Psicologia no período de 1 de janeiro a 31 de março de cada ano relatório de atividades realizadas no ano anterior e a programação do novo ano;
- Orientar-se pela Política do Departamento de Recursos quanto ao recebimento de mensalidades ou donativos regulares, assim como quanto à realização de campanhas de promoção.

DO CESTO DO BEBÊ À ABC

Na origem da ABC, outra das primeiras filiadas à FEAC, está o projeto Cesto do Bebê, liderado pela senhora Elizabeth Nunes. A iniciativa consistia na confecção, pelas mulheres da Igreja Metodista Central de Campinas, de enxovais de bebê, distribuídos a mulheres de baixa renda. Não demorou para o Cesto do Bebê se transformar em Dispensário Infantil, na sede da rua José Paulino, 881, no centro. A evolução foi natural até a criação de um Curso de Gestantes, com a participação de voluntários e a parceria do Centro de Saúde.

Em 1963, o Dispensário Infantil mudou o nome para Associação Beneficente Campineira. Logo o projeto tinha a participação de profissionais da área de saúde, compreendendo atendimento médico e doação de

medicamentos. O atendimento médico foi mantido até 1995, mas a distribuição de medicamentos à comunidade permanece, através da farmácia da ABC. O núcleo do Jardim São Marcos começou a funcionar em 1979, com foco na ação social e educação, na rua Dr. Luiz Aristeu Nucci, 155, nas dependências da Igreja Metodista no local.

www.abcmetodista.org.br

Por outro lado, estes eram os compromissos estabelecidos pela FEAC com as entidades filiadas:

- Centralizar a arrecadação de fundos.
- Destinar às entidades filiadas recursos financeiros mensais, nunca inferiores a 20% sobre a importância arrecadada através de seus contribuintes.
- Conceder aumentos periódicos de verbas quanto fosse necessário.
- Proporcionar a cada entidade filiada: assessoria jurídica, contábil, de psicologia, serviço social e outros que fossem necessários.
- Realizar visitas periódicas às entidades.
- Analisar e comentar a programação do ano em curso bem como os relatórios anuais de atividades.

A base inicial estava montada. A FEAC já podia caminhar para a formulação a implementação de seus primeiros projetos sociais, o que aconteceu na segunda metade da década de 1960, período em que ela começou a aprofundar o enraizamento na comunidade.

CAPÍTULO III

OS PRIMEIROS PROJETOS SOCIAIS, GERANDO MAIOR APOIO DA CIDADE

“Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade.” (Convenção sobre os Direitos da Criança, Assembleia Geral das Nações Unidas, 20 de novembro de 1989, Preâmbulo).

Em maio de 1965 começou a ser tecido o primeiro projeto social com a participação da FEAC, tendo sido uma iniciativa que, pelo envolvimento obtido, foi essencial para firmar o nome da instituição junto à comunidade. Foi a Campanha de Erradicação da Mendicância, em atendimento a um dos três grandes desafios sociais da cidade identificados na enquete do final de 1964. Projeto emblemático, sinalizando como a FEAC procuraria atuar a partir de estudos concretos, com ações planejadas e preferencialmente envolvendo diversos setores da comunidade. A responsabilidade pela organização e direção da campanha foi atribuída ao Dr. Darcy Paz de Pádua.

A decisão pela promoção da Campanha foi tomada em reunião da Comissão Executiva provisória, no dia 13 de maio de 1965. Uma semana depois, a 20 de maio, foram aprovadas as propostas da Comissão de Planejamento, incluindo um “levantamento por amostragem da situação do problema da mendicância em Campinas”.

O levantamento foi executado entre 25 e 29 de maio, por meio de ronda policial e plantão para triagem e estatística. O local utilizado foi a sede da Sociedade Campineira do Comércio e Indústria Amiga dos Pobres, sob responsabilidade de dois assistentes sociais do Sesi e dois voluntários. A Sociedade era dirigida por Maximiano Ferraz de Camargo.

Os dados levantados, entre 121 entrevistados, revelaram que 72,6% dos mendicantes tinham entre 22 e 50 anos, e 6,6% de 15 a 18 anos. Quanto à cor da pele, havia “ligeira predominância de pretos (14%) sobre os brancos”. Outros dados:

- Ligeira predominância, de 7%, de homens sobre mulheres;
- Predominância de solteiros, em 36,8%, sobre casado civil e religioso (19%);
- 47,8% estavam desempregados; 34,1% não tinham documentos;

- Seis pessoas era o tamanho médio de cada família;
- Problemas econômicos generalizados e desajustamento familiar na maioria dos casos;
- 31 profissões diferentes, predominando lavradores (24) e domésticas (28);
- Em termos educacionais, maioria de analfabetos (57,8%), 1º primário (19,8%), e apenas um entrevistado tinha ginásial.

A Campanha foi organizada a partir desses dados. Vários segmentos foram envolvidos, a exemplo do Juizado de Menores, Sociedade Amiga dos Pobres-Albergue Noturno e Polícia Feminina, acionada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Os mendigos eram abrigados no Albergue Noturno e recebiam assistência integral, antes da triagem que apontava para qual entidade ou serviço seria mais apropriado no caso. Foram organizados quatro serviços: Setor de atendimento à Família, Setor de atendimento a menores, Setor de assistência Médica e Setor de Assistência em geral.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

Muitos locais pela cidade foram utilizados para reuniões, como a Escola Erasmo Braga, da Igreja Presbiteriana, com acolhimento pelo reverendo Osmundo Afonso Miranda. Associação dos Dentistas e o Sesi foram outros dois espaços.

Como parte do processo preparatório, a voluntária Noêmia Rodrigues, que liderava um grupo de mulheres, visitou várias entidades que poderiam se integrar à Campanha. Lembrou-se ainda da necessidade de um dispensário para alcoólicos e um serviço específico de amparo à mulher. Um asilo provisório de mendigos em São Paulo, o Plade, foi visitado por membros da Campanha.

Como esforço paralelo, uma campanha foi implementada junto à população, solicitando que não fossem mais concedidas esmolas aos mendigos. Eventuais doações seriam destinadas às próprias entidades, que executariam o atendimento social apropriado.

O relatório da Campanha indicou que, entre maio e setembro de 1965, foram feitas 2914 entrevistas, com estes dados levantados:

- Procedência – Campinas (12,08%), outras cidades (63,37%), outros estados (24,17%), não declarado (0,35%);
- Situação pessoal dos entrevistados – Passes para trânsito (41,61%), pernoites (18,59%), desemprego (20,24%), doença (11,44%), velhice desamparada (1,44%), menor (1,86%), mendicância (0,56%) e outros (4,57%);
- Providências tomadas, em relação a 2370 casos – Distribuição de passes (44,93%), pernoite (15,44%), encaminhamento para emprego (13,20%), para Santa Casa (5,99%), para Juizado de Menores (1,89%), Casa de Saúde Dr. Bierrenbach de Castro (1,77%), Dispensário de Tuberculose (0,92%), Recâmbio (0,67%), outros (15,14%).

Houve portanto uma grande preparação, antes da Campanha ser oficialmente lançada, a 15 de outubro de 1965. O apoio foi maciço, com envolvimento de comércio e indústria, dos professores primários e do povo em geral. A Polícia Civil forneceu passes ferroviários, a Força Pública colaborou no policiamento do Albergue, Inspetores de Quarteirão e Guarda Civil também participaram. O Instituto dos Cegos Trabalhadores atenderia aos deficientes visuais que passassem pela triagem. As dependências do Albergue foram desinfetadas, para o melhor atendimento dos mendigos recolhidos, por equipe do secretário municipal de Saúde, Roberto Ângelo Barbosa.

Muitas doações de pessoas, empresas e entidades. Gilberto Prado obteve panos e tecidos para o Albergue. Eduardo Nunes Silva Filho, gerente do Banco Comercial, enviou circular aos clientes, pedindo colaboração. O mesmo com a Delegacia de Ensino, em relação a professores e dentistas escolares, e com o reitor da PUC-Campinas, monsenhor Emílio José Salim, em relação aos Centros Acadêmicos.

Os idosos foram atendidos pela assistente social Maria Aparecida Chaib. O Lar Nossa Senhora das Graças, de Jundiaí, recebeu um idoso paralítico. Luiz Rocato, da Cidade dos Meninos, colocou a instituição à disposição.

Fotógrafos e o Sindicato dos Cabeleireiros se comprometeram em atender os casos encaminhados, por exemplo para a confecção de documentos de identidade. A Casa de Saúde Dr. Bierrenbach de Castro e o Instituto Penido Burnier atenderam graciosamente os casos encaminhados. A Maternidade de Campinas doou maquinário de lavanderia, autoclave, camas e colchões. A Faculdade de Medicina da Unicamp, através do médico colombiano Dr. Tobar, colaborou com a doação de vacinas, através do Centro de Saúde, dirigido pelo Dr. Benjamin. O Juizado de Menores cedeu veículo para transporte de mulheres e crianças.

A imprensa deu amplo apoio. O jornal Correio Popular publicou anúncios com o *slogan* “Não dê esmolas, dê esperança” muito tempo depois de encerrada a Campanha. A Rádio Educadora também atuou de forma expressiva. Na Rádio Cultura, o cônego Geraldo Azevedo, da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, falou sobre a Campanha em várias oportunidades, no seu programa das 18 horas, a Hora de Maria.

Uma das conclusões tiradas sobre a Campanha, no começo de 1966, foi a de que havia necessidade de aprimoramento de vários serviços para real atendimento e encaminhamento digno dos mendigos e pessoas em trânsito. Dos 257 encaminhados para emprego, 57 conseguiram uma vaga. Com isso foi proposta a criação de uma Agência de Empregos, reunindo esforços do Sesi, Ciesp e Acic.

Um relatório foi enviado ao Governo Estadual. Um fato grave foi identificado: conhecendo o acolhimento, atendimento e encaminhamento oferecidos em Campinas, polícias de outras cidades remetiam mendigos para Campinas. O fato foi comunicado ao delegado regional de polícia.

Os dirigentes da Campanha reconheceram que em certos momentos faltava a retaguarda adequada para o atendimento ao grande número de mendigos que foram recolhidos. De todo modo, a Campanha foi exitosa no sentido de consolidação na

comunidade do nome da FEAC, ainda desconhecida de muitos. Os propósitos da nova instituição eram acatados e valorizados de forma crescente. Houve uma forte aproximação com a Prefeitura e a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

O nome da FEAC foi projetado fora de Campinas. O Dr. Darcy Paz de Pádua proferiu a palestra principal do V Congresso Nacional de SOS, em Piracicaba, a 25 de agosto de 1972, mostrando como os esforços da Campanha repercutiam anos depois. O Congresso teve a coordenação do Serviço Social do Centro de Obras Sociais de Piracicaba, presidido por Mario Sturion.

Um dos resultados indiretos da Campanha de Campinas foi que ela motivou a primeira-dama do Estado, Zilda Natel, a propor a criação em esfera estadual da Campanha “Um mendigo a menos, um trabalhador a mais”, proposta aceita pelo seu marido, o governador Laudo Natel.

A Campanha de Repressão à Mendicância foi, como em todas as ações da FEAC, ecumênica. Nesse caso, passagens dos Evangelhos sempre foram lembradas em reuniões de mobilização. O Dr. Darcy Paz de Pádua citava, especialmente, trechos como MT V 43-48, MT XXI 31-32 e MC II 13-17.

Com relação às outras prioridades apontadas na enquete junto às entidades sociais de Campinas na fase de organização da FEAC – “menor abandonado” e “habitação” – os encaminhamentos foram distintos. Grande parte da atuação da FEAC foi efetivamente voltada, nesses 50 anos, para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. As ações na área da habitação foram mais limitadas. Foram mantidos contatos preliminares com o Banco Nacional de Habitação (BNH), mas não houve prosseguimento. Na década de 1990 a FEAC lideraria a Aliança de Campinas da Habitação, que também não teve muitos resultados práticos por falta de apoio necessário.

MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO

Um dos efeitos da campanha exitosa foi a proliferação de pedidos de filiação de novas entidades, como da Maternidade de Campinas. Por outro lado, ecoava entre o empresariado a campanha de arrecadação de fundos, levando a importantes contribuições de marcas de peso. Dezenas de empresas e órgãos públicos e privados contribuíram em 1965 com a FEAC. (Quadro II).

QUADRO II – EMPRESAS COLABORADORAS COM A FEAC EM 1965

- **Bancos** – do Brasil (98), Brasul (29), Nacional da Lavoura e Comércio (11), Federal do Crédito de Itaú (43), Noroeste do Estado de São Paulo-Bonfim (21), Noroeste-Centro (17), Sul Americano (12),

Bradesco (44), Moreira Sales – 13 de Maio (19), Leme Ferreira (8), de Boston (23), Auxiliar de São Paulo (26), da América (19), Ítalo Belga (6), da Bahia (23), Citybank (26), Português do Brasil (30), Nacional de Minas Gerais (30), Francês e Italiano (16), Segurança-Centro (32), Libanês de Comércio (13), Comercial do Estado de São Paulo (60), Bandeirantes (31), Lar Brasileiro (19), Moreira Sales (30), Segurança-Vila Industrial (7), Segurança-Mercado (6), Cidade de Campinas (24), Crédito Real de Minas Gerais (29), Comércio e Indústria de Santa Catarina (20), Alfomares (6), Mercantil da Metrópole (3), América do Sul (18), São Paulo (3), Bandeirantes-Taquaral (14), Comércio e Indústria-Andrade Neves (13), Comércio e Indústria-13 de Maio (22), Bandeirantes-Vila Industrial (9), do Estado de São Paulo (62), da Lavoura de Minas Gerais (25), Crédito Nacional (7) e Mercantil do Estado de São Paulo (65). Total: 43 agências bancárias, com 1.088 contribuintes.

- **Indústria e Comércio** – Cervejaria Colombo (114), Cia. Antártica (97), Nativa – Construções Elétricas (68), Bebidas Vanucci (58), Casa Edson (6), Belima (10), Lix da Cunha (12), Comercial Faneli (13), Sanitária Guarani (19), Balas Aoki (5), Nestlé (9), Leão do Preço (10), Coca-Cola (97), Cia. Curtidora Campineira (139), Sonata (5), Superdoméstica (10), Supergaz (37), Curtume Cantúcio (118), Equipesca (31), R. S. Queiroz & Cia. (4), Curtume Firmino Costa (100), Peter Graber – Indústria e Mecânica de Precisão (30), Pastificio Selmi (91), Ótica Conceição (13), Olivetti (13), Capriolli (82), Lojas Nova América (35), Lojas Garbo (17). Total: 28, com 1.246 contribuintes.
- **Hospitais e clínicas** – Hospital Vera Cruz (3 médicos e 96 funcionários), Clínica Infantil (7 médicos e 16 funcionários), Clínica Santo Antônio (5 médicos e 109 funcionários), Casa de Saúde Dr. Bierrenbach de Castro (61), Clínica Eduardo Lane (16), Hospital Penido Burnier (15 médicos e 135 funcionários), Real Sociedade Beneficência Portuguesa (106), Sanatório Santa Isabel (1 médico e 28 funcionários), Clínica Dr. Pardo Melo (3), Clínica de Olhos Campinas (4), Clínica Dr. Paulo Eduardo (1), Clínica Dr. Irmo Moreli (2), Clínica Dr. Bittar (2 médicos e 3 funcionários). Total: 14 instituições, com 741 contribuintes.
- **Repartições públicas** – Instituto Adolfo Lutz (15), Caixa Econômica Estadual (26), DATE-DPA (46), Caixa Econômica Estadual-Edifício Rios (6), DER (103), Guarda Civil, Serviço Social do Estado (6), Sericultura (43). Total: 8 repartições, com 245 contribuintes.

Foi particularmente impressionante o envolvimento dos funcionários de muitas empresas, que passaram a doar horas de serviço para contribuir com a nova Federação. Não foram poucos os casos em que a redução das doações foi solicitada por dirigentes da FEAC, pois muitos funcionários passaram a se comprometer com a colaboração acima de suas possibilidades. O salto do número de contribuintes foi espetacular, de 3.320 em 1965, 5 mil em 1966 para 12 mil em 1967 e 20 mil em 1970. Foi a principal resposta em termos de apoio popular aos propósitos da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

Momento novo na trajetória da instituição, e que representou a sua consolidação de fato, deu-se com a transmissão de posse à Fundação FEAC, por Lafayette Álvaro, da Fazenda Vila Brandina. Os papéis foram a cartório no dia 26 de agosto de 1965.



Cerimônia simbólica, na sede da Fazenda Brandina, da transmissão de posse da propriedade para a Fundação FEAC (Foto Arquivo FEAC)

Mas 1965 reservava outros avanços. Em novembro a inscrição da FEAC no Serviço Social do Estado foi oficializada. Até dezembro novas filiações foram concretizadas, do Instituto “Dom Nery”, Sanatório “Cândido Ferreira”, Obra do Berço, Lar Escola Nossa Senhora do Calvário e Maternidade de Campinas. E no mesmo mês a FEAC coordenou os trabalhos de fundação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o que aconteceria em assembleia a 10 de dezembro de 1965, no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Um dia antes, 9 de dezembro, a escritura de doação à FEAC dos direitos sucessórios de Lafayette Álvaro foi lavrada em cartório.

APAE DE CAMPINAS, UMA DAS PRIMEIRAS DO BRASIL

A norte-americana Beatrice Bemis foi responsável pela criação da primeira Apae, no Rio de Janeiro, em 1954. Em 1962, quando já existiam 16 organizações semelhantes no país, foi fundada a Federação Nacional das Apaes, ação que acabou impulsionando o momento pelo Brasil. Hoje existem mais de 2 mil Apaes no território brasileiro.

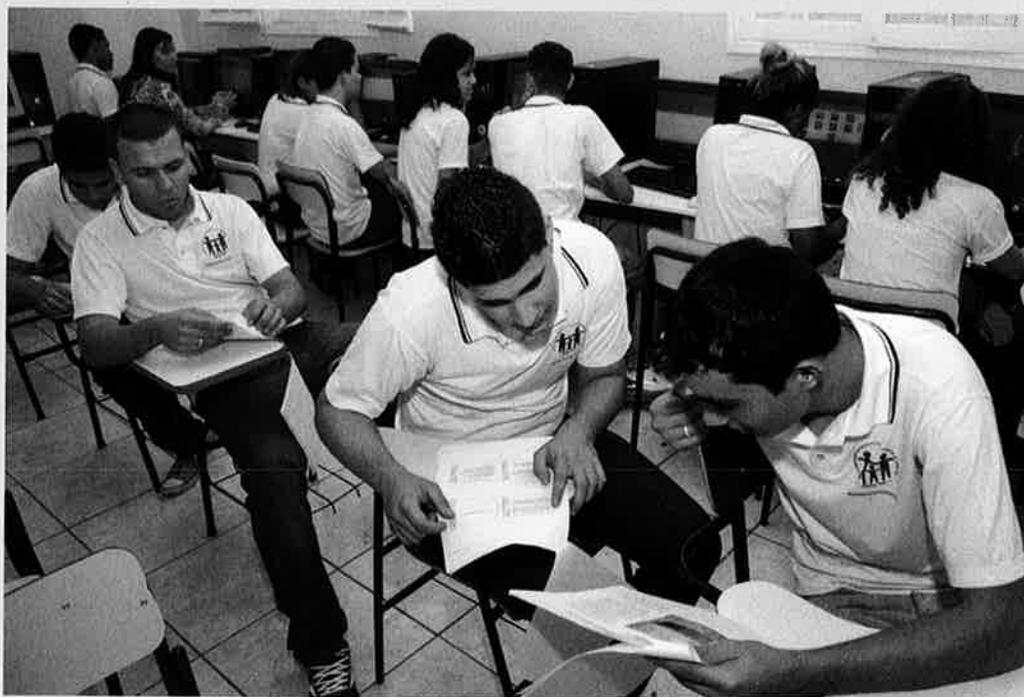
A Apae-Campinas foi fundada a 10 de dezembro de 1965, em uma assembleia realizada no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Liderada pelo Dr. Darcy Paz de Pádua, a FEAC coordenou todo o trabalho de criação da Apae. O professor Saulo Monte Serrat e o Dr. Calil Sader têm sido dois dos pilares da Apae-Campinas desde o início.

Depois de 50 anos de existência, a Apae-Campinas, instalada no terreno doado pela Casa da Criança Paralítica, consolidou-se como uma das principais entidades de inclusão de pessoas com deficiência na cidade, com serviços prestados em ambulatório, educação profissional, educação infantil e fundamental, estimulação precoce, alfabetização, oficina terapêutica e projetos culturais, entre outros. A sede própria foi inaugurada em 1977.

Ao longo de 1965, os dirigentes da FEAC participaram de palestras e conferências em várias cidades, para explicar a metodologia de funcionamento da Federação. Eles participaram de eventos em cidades no Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, ainda em 1965, Eduardo Pimentel e Darcy Paz de Pádua participaram, na residência de Ermelino Matarazzo, com o cardeal D. Agnelo Rossi e destacados membros da sociedade paulistana, de encontro para discutir a formação de trabalho semelhante à FEAC na capital paulista. Chegou a ser constituída uma comissão de sete pessoas para estudar o assunto, com a reconstituição e ampliação das funções da Federação de Obras Sociais (FOS), que tivera em sua fundação a contribuição de professores da Escola de Serviço Social de São Paulo, como José Pinheiro Cortez. A FOS havia trabalhado de forma totalmente diversa da proposta da FEAC. As entidades interessadas em se filiar pagavam para a FOS, ao contrário do que propunha a FEAC.

GUARDINHA: MAIS DE 50 MIL BENEFICIADOS



Guardinha – Cinco décadas pela capacitação da juventude (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Em 1965 a FEAC deu total apoio à criação da Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA), que ficou mais conhecida como Guardinha e que foi responsável pela formação de 50 mil jovens em suas quase cinco décadas de atuação. A Guardinha foi idealizada por Ruy Rodriguez, o mesmo impulsionador do Conselho de Entidades de Campinas, desde 1955, e que deu grande apoio à criação da FEAC em 2004. O modelo da Guardinha foi replicado em várias cidades. Rodriguez continuou atuando na FEAC até 1987, ano de seu falecimento.

Atualmente a Guardinha tem na vice-presidência Maria Helena Novaes Rodriguez, filha de Ruy Rodriguez. Ela comenta que o apoio da FEAC tem sido essencial para o fortalecimento da ação social em Campinas. Ela destaca a assessoria que a FEAC deu para as entidades se adequarem ao Suas, a partir de 2004. A FEAC também contribuiu para a transição da Guardinha, até sua adequação completa aos termos do ECA e da Lei do Aprendiz. “A FEAC presta serviços preciosos para as entidades, e tem sido fundamental na construção do Suas em Campinas”, diz Maria Helena, que foi presidente do Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS).

Hoje a Guardinha desenvolve os programas de Aprendizagem Profissional (visando a inserção no mercado de trabalho, nos termos da

Lei do Aprendiz), Acolhimento Institucional “Convívio Aparecida” (com duas unidades, oferece medida de proteção a crianças de até seis anos, encaminhadas pela Justiça e à espera de retorno à família natural ou extensa ou de ingresso em família substituta) e Programa Conviver de Acolhimento Familiar (que promove o cuidado provisório de crianças em situação de risco junto a famílias acolhedoras, enquanto promove paralelamente o cuidado da família de origem, para que possa receber sua criança de volta).
www.guardinha.org.br

A FEAC foi também copromotora do 1º Seminário Regional para o Bem-Estar do Menor em Campinas. E chegou a estabelecer uma representação no Rio de Janeiro para tratar de recebimentos e pedidos de verbas previstas em lei para as instituições filiadas.

A estruturação caminhava a passos rápidos. A contratação da assistente social Maria José Mangili, para chefiar o Departamento de Serviço Social, representou o começo da profissionalização dos quadros da FEAC, a partir de janeiro de 1966. Dirce Marcondes, da LBA, prosseguia na coordenação geral.

Ainda no primeiro mês de 1966, um evento muito simbólico sobre o que representava a FEAC, indicando como o seu espírito estava sendo assimilado pela comunidade. Ainda na sede da LBA, uma reunião foi marcada para discussão sobre a destinação de recursos provenientes da comunidade. Na reunião, a religiosa representante da Creche “Madre Anastácia” pediu empréstimo para a reforma do teto da instituição, avariado em função das fortes chuvas do período.

Foi quando “nasceu a FEAC”, como se manifestou imediatamente o Dr. Darcy Paz de Pádua. Ele se referia ao gesto da representante da Associação Beneficente Campineira (ABC), ligada à Igreja Metodista, Elisa Bittencourt, ao afirmar que era contrária ao empréstimo, sendo favorável, isto sim, à doação integral dos recursos para a Creche. O sentido ecumênico, de ação social acima de filiações religiosas ou de qualquer outra natureza, deu a tônica da reunião, estando desde então sempre presente na vida da FEAC.

Em março aconteceu o primeiro evento da FEAC para arrecadação de fundos, no Clube Semanal de Cultura Artística. No mesmo mês, foi efetuado o primeiro pagamento a obras filiadas, já obedecendo a norma de destinação de 20% a mais do que a entidade havia captado: Lar Escola N. S. Calvário (Cr\$ 122.000,00), Ambulatório São Roque (Cr\$ 88.000,00), Creche Bento Quirino (Cr\$ 180.000,00), S. A. Dorcas (Cr\$ 80.000,00), Cândido Ferreira (Cr\$ 200.000,00). Em abril foram feitos repasses a outras entidades: Instituto D. Nery, Centro Kennedy, Hospital Álvaro Ribeiro, Sociedade Protetora dos Pobres, Casa dos Menores, Maternidade de Campinas.

O trabalho de mobilização, sensibilização e profissionalização prosseguiria em 1967. O resultado dos esforços de aglutinação das ações sociais foi uma credibilidade crescente e, com isso, também houve a expansão das contribuições financeiras das empresas e da comunidade.

Na medida do aumento da arrecadação financeira – via fundo único – e da contribuição às filiadas, também evoluiu o número de pessoas atendidas pelas entidades filiadas. Eram 51.934 pessoas atendidas em 1966, e o contingente subiu para 80.114 em 1967.

O aumento progressivo do interesse pela filiação à FEAC refletia a credibilidade e o entusiasmo despertados. Entre outras organizações, chegaram a pedir filiação: Associação dos Escoteiros, Conferências Vicentinas, Posto de Saúde do Estado, Exército da Salvação, Ação Social do Colégio Notre Dame e várias Sociedades Amigas de Bairros.

NA ARGENTINA

A novidade no formato de ação da FEAC teve rápida repercussão além dos limites de Campinas e das próprias fronteiras nacionais. Em fevereiro de 1966 o trabalho de promoção social e integração da Federação foi um dos destaques de um encontro de assistência social realizado pela Unesco na Argentina.

A FEAC foi ao evento por intermédio de Maria da Glória Ferraz, presidente do Centro de Promoção e Integração do Menor (Cepim), situado em Taboão da Serra. Ela consultou a FEAC sobre o interesse em disponibilidade de representar o Brasil na 15ª Conferência Internacional da Unesco sobre Serviço Voluntário, entre os dias 20 e 27 de fevereiro, em Rosário, na Argentina.

O Dr. Darcy Paz de Pádua foi o representante da FEAC e também da LBA Campinas no evento. Como o processo de estruturação e mobilização da FEAC despertou muito interesse por sua novidade no encontro, já em março de 1966 esteve em Campinas, para conhecer de perto a Federação, o diretor do Comitê Internacional do Serviço Voluntário da Unesco, Jean Michel Bazinet.

Nesse mesmo mês de fevereiro de 1966 a diretoria da FEAC havia analisado um Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário em Trabalho de Bem-Estar Social, elaborado por comissão coordenada por Leonor Amstalden e secretariada por Elsie Tepedino e Antônio Molina Serralvo, todos assistentes sociais.

Consequência natural, a FEAC realizou a 1ª Semana do Voluntário em Campinas de 25 a 29 de abril de 1966, com a presença de 176 pessoas. O Centro de Treinamento do Voluntário (Cetrevó) nasceu deste evento.

Com toda essa atuação, a FEAC foi igualmente convidada a participar da criação da Associação Brasileira de Voluntários (Abravo). E em 1968 a FEAC tornou-se a primeira organização brasileira e segunda na América Latina a ingressar no Serviço Social Voluntário Internacional da Unesco, décadas antes, portanto, que o voluntariado ganhasse a dimensão que adquiriu, a partir dos anos 1990.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

O envolvimento da FEAC com o voluntariado foi tamanho que em julho de 1969, na sede da Fazenda Brandina, já administrada pela instituição, foi promovido um Seminário Internacional sobre a temática, e que deixou marcas profundas na Federação.

O frio era intenso em Campinas, o mundo inteiro estava com os olhares voltados para a descida dos astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin em solo lunar, o que aconteceu a 20 de julho de 1969. Justamente nos dias do fato histórico, os rumos do voluntariado e da ação social na América Latina, continente marcado por tantas desigualdades, era discutido na Fazenda Brandina por dezenas de representantes de vários países, além de participantes brasileiros de Campinas, São Paulo, Capivari, Indaiatuba, Itu, Pinhal e São José dos Campos.

Foi um Seminário longo e intenso, realizado entre 29 de junho e 30 de julho de 1969. O foco era o fomento ao voluntariado entre jovens de 18 a 25 anos, que atuassem como multiplicadores em suas comunidades. O evento contou com o apoio financeiro do governo de São Paulo, para estudos teóricos e práticos em comunidades urbana (Jardim Conceição) e rural (Fazenda São José).

No Jardim Conceição foi iniciada a construção de um centro social, com projeto oferecido voluntariamente pelo arquiteto Gilberto Pascoal. A pesquisa no Jardim Conceição, pela equipe do projeto urbano, foi realizada em local próximo à Fazenda São Quirino e Jardim Boa Esperança, ferrovia Mogiana e rodovia Campinas-Mogi. Era uma comunidade com 170 famílias, 68 das quais foram pesquisadas (40%), com 434 pessoas.

O trabalho na Chacrinha, na Fazenda São José, envolveu 16 famílias, com 81 moradores. Junto às comunidades urbana e rural foram desenvolvidas atividades educacionais, seguindo os conceitos de Paulo Freire, muito perseguido pelo governo militar na época.

Os trabalhos teóricos apresentados no Seminário foram de alta qualidade, sob o tema geral “Participação de Jovens Voluntários no Desenvolvimento e Integração na América Latina” – questão ainda cara ao continente, mais de quatro décadas depois.

Entre os trabalhos apresentados, “O desenvolvimento urbano e suas implicações: realidades urbanas da Grande São Paulo”, de Mário Laranjeira de Mendonça. Luci Montoro apresentou o trabalho “O Serviço Voluntário e a ação juvenil”. O ensaio “A Juventude e a problemática do desenvolvimento e integração na América Latina” foi apresentado por Juarez Brandão Lopes, que fez uma análise crítica sobre itens como destruição de comunidades indígenas, evolução do latifúndio, o processo de mestiçagem, as diferenças de renda per capita, a relação entre patronagem e coronelismo na política. Lopes acentuou que o “tipo de desenvolvimento em Cuba é único na América Latina, independente da ideologia que se tenha”, clara indicação do ambiente de liberdade em que o Seminário aconteceu, em plena vigência do Ato Institucional número 5, de 5 de dezembro de 1968.

Foi apresentado ainda no Seminário um Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário em Trabalhos de Bem-Estar Social, elaborado e enriquecido por assistentes sociais de Campinas, desde setembro de 1965. O Plano previa o levantamento dos voluntários de Campinas, em uma primeira etapa, e a sua capacitação, em uma segunda. A FEAC efetivamente iniciou a capacitação de voluntários no período.

O encerramento festivo do Seminário Internacional, dia 26 de julho de 1969, um sábado, foi emocionante. Na presença do prefeito Orestes Quércia (MDB), do secretário estadual da Promoção Social, José Felício Castelano, e do comandante do 5º GCAN, do Exército, coronel Cerqueira Lima, foi promovida uma homenagem especial aos voluntários e serventes da própria FEAC que trabalharam durante o evento, como a cozinheira Adelaide, que foi servida pelo próprio grupo de participantes. Adelaide Cezar de Moraes havia sido funcionária durante anos do casal Odila e Lafayette Álvaro no casarão da Fazenda Brandina. Ela continuou residindo em uma casa da Fazenda depois da morte do casal, por desejo dos próprios beneméritos.

E de fato não faltou emoção. No momento em que estava sendo servida a sobremesa, os participantes entoaram nada menos do que a canção “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, que se tornou um hino da resistência ao regime militar. O constrangimento dos militares presentes foi imediato, e posteriormente o coronel Cerqueira Lima louvou a realização do Seminário com uma ressalva, claro, em relação à música de Vandré, dizendo que o ato tinha sido “uma provocação”.

Durante muito tempo o Seminário gerou frutos, reforçando a credibilidade da FEAC. Ainda a 30 de julho, último dia do Seminário, foi promovida uma palestra sobre Serviço Voluntário na Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, com a participação de representantes da FEAC e de Guilherme Giacosa, secretário geral para a Argentina do Serviço Voluntário da Unesco, que esteve no Seminário em Campinas.

A ligação da FEAC, assim como de outras instituições da América Latina, com o Centro Regional do Serviço Voluntário da Unesco seria mantida por vários anos, até o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile, a 11 de setembro de 1973. Diversas atividades que eram realizadas a partir da capital chilena, Santiago, foram suspensas ou, geralmente, interrompidas em definitivo com o golpe militar. Caso de muitas atividades relacionadas ao trabalho das Nações Unidas, como o Centro Regional do Serviço Voluntário da Unesco.

A FEAC sempre teve, portanto, uma forte atuação na área do voluntariado. Não seria por acaso, então, a sua atuação de destaque no Ano Internacional do Voluntariado, em 2001.

No mesmo mês de julho de 1969, a FEAC passou a ter outra sede provisória, na avenida Francisco Glicério, 610, em prédio alugado. Era a primeira sede própria, depois de ter funcionado provisoriamente (de abril a agosto de 1964) no escritório de Edmundo Barreto e, a partir daí, na sede da LBA em Campinas.

CRESCIMENTO IMPORTANTE

O crescimento da FEAC era notório. Até o final da década de 1960 já estavam filiadas a Associação Beneficente Campineira, Casa da Criança de Sousas, Assistência Social São João Vianney e o Asilo dos Inválidos, Hospital “Álvaro Ribeiro”, Lar Evangélico “Alice de Oliveira” e Centro Social “Presidente Kennedy”, criado pelo padre Haroldo Rahm.

Várias entidades nasceram na década de 1960 na Campinas que crescia rapidamente. Casos do Lar Escola Jesus de Nazaré, o Grupo Espírita Irmão Vicente, o Grupo Espírita “Mãe Cristina”, a Casa da Criança Meimei (também por iniciativa de lideranças espíritas), o Centro Cultural “Louis Braille” de Campinas, a Associação Educacional Homem do Amanhã (Guardinha), Instituto de Pedagogia Terapêutica (por iniciativa do professor Norberto de Souza Pinto) e a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (Apascamp), todas depois filiadas à FEAC.

A nota mais triste no final da década, e mais precisamente em 1967, foi o falecimento no dia 13 de setembro do benemérito Lafayette Álvaro de Souza Camargo. Desde então, a data foi lembrada anualmente pela diretoria, pelos grandes serviços prestados por Lafayette para a ação social em geral em Campinas e para a Fundação FEAC e suas entidades filiadas em particular.

O IMPULSO À AÇÃO SOCIAL

Quando a Fundação FEAC nasceu, não existia Secretaria de Promoção Social no Estado e nem no município. No Estado as atividades sociais eram pulverizadas, ligadas às Secretarias da Justiça, da Saúde e da Agricultura. Esses e outros órgãos cederam profissionais para atuar nos primeiros momentos da FEAC.

O ambiente propício à ação social alimentado pela criação da FEAC em Campinas foi determinante para o Estado e o Município avançarem na estruturação de sua própria atuação no setor. E em dezembro de 1967, no governo de Roberto de Abreu Sodré, foi criada a Secretaria de Estado da Promoção Social, tendo à frente José Felício Castelano, ligado ao PDC.

O mesmo aconteceu em Campinas. A ação social era até então ligada à Secretaria de Governo, cujo titular, Cláudio de Souza Novaes, acompanhou todo o processo de criação da FEAC, sendo depois seu dirigente, cuidando da área patrimonial. Em 1966 a pasta transformou-se em Secretaria de Governo e Assistência Social, sendo a primeira secretária Enéa Caldato Raphaelli, que pediu à FEAC o apoio de um técnico para auxiliar na estruturação do novo órgão. Dirce Marcondes Pereira foi a nomeada para a tarefa.

A FEAC também colaborou na contratação das primeiras assistentes sociais do Município. Em ofício encaminhado ao vice-presidente, Darcy Paz de Pádua, o secretário municipal de Negócios Jurídicos, Elvino Silva Filho, em nome do prefeito municipal, pediu apoio para organizar o primeiro concurso público para a escolha das assistentes sociais.

ÁREA COM VOCAÇÃO PARA A VIDA

A FEAC se firmava a cada dia, pela incidência no campo da ação social em Campinas, mas o nome da instituição também está vinculado a várias iniciativas nascidas no final da década de 1960 e que acabaram adquirindo dimensão nacional e internacional. São iniciativas do padre Haroldo Rahm, religioso norte-americano nascido a 22 de fevereiro de 1919 no Texas, e que proliferaram a partir da casa sede da Fazenda Brandina, o patrimônio deixado pelo casal Odila e Lafayette Álvaro para a Federação.

Ele servia ao Exército norte-americano quando, um dia, viu um caminhão passando com uma cruz na carroceria. A imagem foi tão forte que decidiu imediatamente solicitar sua baixa ao chefe militar, para se tornar um sacerdote. E escolheu o caminho dos Jesuítas, por ter ficado impressionado com o sentido missionário da Ordem.



Padre Haroldo tornou-se um símbolo de educação (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

O padre Haroldo chegou em Campinas em 1964. Ele havia trabalhado em favelas nos Estados Unidos e foi um dos missionários enviados à América Latina. Veio para ficar algumas semanas, mas acabou permanecendo para sempre.

Em 1967 ele funda o Centro “Presidente Kennedy”, no bairro São Bernardo, visando proporcionar cursos profissionalizantes e outros serviços a jovens de famílias de baixa renda. Os religiosos Roberto Hllingsworth e Antônio Coco participaram da criação do Centro Kennedy, óbvia homenagem ao presidente norte-americano assassinado a 22 de novembro de 1963 em Dallas, no Texas do padre Haroldo.

O inquieto religioso criou no mesmo ano o Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), com a importante participação inicial de Antônio Orlando, Maria Lamego, Clarice Pires e Neli Babini, entre outros. A realidade demandava, e a 8 de dezembro de 1967 o padre Haroldo apresentava à diretoria da FEAC um plano para desenvolvimento de atividades em área da Fazenda Brandina.

O plano previa a promoção de cursos, encontros e outras atividades de capacitação na casa sede e em outra casa menor, existente na fazenda. Seriam as Casas Loyola, a maior, e a Guadalupe, a menor, esta, voltada para atividades específicas com mulheres. O espaço onde os dois imóveis estavam foi batizado de Campo Boa Nova. Loyola, claro, é uma referência ao fundador da Companhia de Jesus do padre Haroldo. Guadalupe era uma referência à padroeira da América Latina. Com estes cursos intensos nas duas casas da Fazenda Brandina, estava inaugurada a vocação da FEAC para atuar também na área educacional.

O plano de ocupação dos imóveis e do espaço foi aprovado em reunião a 5 de janeiro de 1968, com a participação de Eduardo de Barros Pimentel e Darcy Paz de Pádua (FEAC), Antônio Orlando (ABAC), Ranulpho Campos Salles (Centro Kennedy), Venâncio Pereira Dantas, Carlo Dodi, Mario Pedroso e Luiz Fausto Ferreira (TLC), Maria Lamego (Campo Boa Nova) e os religiosos Roberto, Antônio e Eduardo Dougherty. O encontro foi dirigido pelo próprio padre Haroldo.

Houve um tempo para a estruturação das instalações e preparação das atividades. A inauguração efetiva das novas instalações, para a realização das múltiplas atividades previstas na Fazenda Vila Brandina, foi a 4 de maio de 1969, com o término de um curso de dinâmica de grupo que havia sido iniciado em São Paulo. Os participantes do curso vieram a Campinas, e foram os primeiros a utilizar móveis e utensílios adquiridos em campanha liderada por Antônio Orlando e Mário Demário dos Santos.

Participaram do encontro, na sede da Fazenda, com os demais, André Franco Montoro (então na Democracia Cristã), que viria a ser senador da República e governador de São Paulo, e sua esposa, a assistente social Luci Montoro.

As ações realizadas na fazenda Brandina tiveram um impacto tremendo. Os cursos do TLC levaram a este território mais de 4 mil pessoas, em pouco mais de

três anos. O movimento cresceu tanto que foram estruturadas regionais no Paraná, Minas Gerais e Bahia.

Entre outras iniciativas nascidas em reuniões no Casarão da Fazenda Brandina, estão a Experiência de Oração no Espírito Santo (semente da Renovação Carismática Católica do Brasil), por Divino Frare e Irmã Vanira Varassin; a Associação do Senhor Jesus e Canção Nova, pelos padres Eduardo Dougherty e Jonas Abib, depois expoentes do movimento carismático; as Fazendas do Senhor Jesus, a partir de voluntários como Luiz Vitor Bezerra dos Santos; o curso Relaxamento Psicossomático e Autoconhecimento, por Núbia Maciel França; o Curso Sadhana, por Da. Lázara e Francisco Castro; o TLC para Pais, por Edésio Oliveira Neto e Maria Emília Dalprat Nery; atividades relacionadas à Campanha da Fraternidade 2001 “Vida Sim, Drogas Não”, com a participação de Luis Antônio e Dona Mônica Bortolin; o Amor Exigente, dirigido nacionalmente por Mara Silvia Menezes; a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract), com a ativa participação do professor Saulo Monte Serrat. Todas essas ações foram elencadas pelo padre Haroldo no artigo “Doação beneficia milhões de pessoas”, publicado no Boletim da FEAC, de janeiro de 2001.

Mas as ações não pararam por aí. O padre Haroldo cita a Clínica Psicológica, aberta por Laura Fracasso, Margareth Kraft Barbosa, Vera Trinkl e Tessa Draxler Rippers; a Casa do Meio, Casa Jimmy e Escola Profissional para Adolescentes e Meninos e Meninas de Rua, por Maria Lúcia Costa, Doraci Soares da Silva, Sueli Jocarrelli e Lúcia Maria Scheffer; a Casa Guadalupe para o Sexo Feminino, pela irmã Celina e Maria de Fátima P. Almeida e Márcia Coutinho. O Centro Social do Itatinga, pelas irmãs Fátima e Ana Maria.

O padre Haroldo comenta sobre a importância da Fazenda Brandina:

– O Lafayette e esposa e a FEAC já beneficiaram milhões de pessoas. Muitas pessoas que tiveram suas esperanças renovadas e muitas outras que tiveram suas vidas salvas pelas ações realizadas na Fazenda Vila Brandina.

Em todos os momentos principais das iniciativas surgidas no casarão da Fazenda Brandina, o padre Haroldo Rahm teve um grande companheiro e apoio, o do empresário Antônio Orlando, que desempenhou papel central em vários momentos cruciais para a vida da FEAC.

Nascido na Barra Funda, em São Paulo, filho de pais italianos, João e Therezza, Antônio Orlando ingressou na Aeronáutica aos 18 anos, tendo servido por seis anos no Recife, onde se formou como telegrafista e meteorologista. Trabalhou a bordo de um destróier ancorado próximo a Natal e Fernando de Noronha. Em 1950, a família mudou para Campinas, onde em 1957 Antônio se casou com Iara Contessotto. O casal teve quatro filhos.

Desde o início da década de 1960 a atuação social de Orlando foi intensa. Foi presidente do Centro Kennedy, entre 1965-66, a convite do padre Haroldo, com quem fez grande amizade. Atuaram juntos em todos os movimentos criados pelo religioso.

Era um grande leitor, admirador de escritores como Umberto Eco e pensadores cristãos de posições distintas como Tristão de Athayde e Leonardo Boff. E gostava de música, da ópera ao samba. “O batuque mexe comigo”, confessou um dia.

Com o amigo Mário Pedroso, Antônio Orlando integrou-se ao grupo que estruturou a Fundação FEAC. Orlando estava na reunião em que Lafayette Álvaro selou a doação da Fazenda Brandina como patrimônio da Fundação FEAC.

Por 12 anos, até seu falecimento, a 23 de junho de 2004, foi presidente do Conselho Diretor do Serviço de Saúde “Cândido Ferreira”. Foi uma das peças-chave do processo interno que quebrou paradigmas e tornou o Cândido uma referência internacional no tratamento de distúrbios mentais. Orlando dizia que no dia em que conheceu, a convite de Nelson Noronha, o trabalho realizado no Cândido Ferreira, com portadores de distúrbios emocionais e mentais, resolveu que seria “uma voz para essas pessoas que não têm voz na sociedade”.

Também era membro do Conselho Curador da FEAC, e participou de vários atos relacionados aos 40 primeiros anos da instituição. Em sua última entrevista, concedida para a elaboração do livro “FEAC – Biografia de um pacto social”, ele disse que “via muita poesia” na história da FEAC. “É uma história feita por pessoas que sempre pensaram em fazer o bem”, afirmou.

CLUBE DE MÃES, O PRIMEIRO PROJETO SOCIAL PERMANENTE

A Campanha da Mendicância havia sido a primeira grande iniciativa da FEAC, de caráter de mobilização e intervenção. Mas o primeiro grande projeto social, de caráter permanente e de longo prazo, foi o Clube de Mães, inspirado no Movimento Arrastão, realizado em São Paulo por Luci Montoro, Maria Tereza Coutinho Nogueira e Lúcia Vidigal. O Arrastão mobilizava voluntárias para promover ações sociais junto a mulheres da periferia paulistana.

Atividades do Arrastão foram acompanhadas por Maria Aparecida Souza Pinto, a Cidinha, uma das primeiras assistentes sociais da FEAC e que esteve à frente de seu Departamento de Serviço Social por vários anos. Entre 1967 e 1968 Cidinha idealizou com Maria José Mangili, então a chefe do Departamento, uma atividade semelhante em Campinas.

O Programa de Educação de Base – Projeto Clube de Mães considerava, entre outros, esses fundamentos que caracterizavam a realidade social na cidade, nos termos usados pelas idealizadoras:

- Marginalização de famílias de comunidades periféricas e precariedade de condições socioeconômicas das mesmas.
- Sistema assistencialista de atendimento ao usuário por parte das obras sociais.

- Subemprego e desemprego e, como consequência, nível de aspirações caracteristicamente baixo.

Os Clubes de Mães atuavam para ajudar a modificar essa realidade, pela reunião e capacitação de mulheres de baixa renda para desenvolver atividades de geração de emprego e renda, mas também para viabilizar a abertura de espaços para o debate sobre sua posição e papel na sociedade e para a discussão de temas como sexualidade, relacionamentos interpessoais e até sobre questões mais complexas do quadro político. O fortalecimento da autoestima era uma consequência natural.

A metodologia do Programa Educação de Base – Projeto Clube de Mães tinha cinco pontos principais:

1. Assessoria a cargo de assistente social do Departamento de Serviço Social – Divisão de Defesa Social da FEAC.
2. Coordenação dos núcleos de Clubes a cargo de voluntárias treinadas.
3. Supervisões individuais e grupais realizadas periodicamente.
4. Encontros mensais com voluntárias coordenadoras.
5. Contatos permanentes do assessor com os núcleos de Clubes de Mães.

O primeiro Clube de Mães criado com supervisão da FEAC, em 1967, reuniu mulheres que tinham filhos atendidos pelo Hospital Álvaro Ribeiro. O segundo, e o mais antigo em atividade no início do século 21, é o do Jardim São Vicente. O Clube começou a partir de um trabalho, que já existia no bairro, de distribuição de alimentos para famílias de baixa renda.

Da distribuição de alimentos, o Clube de Mães do Jardim São Vicente transitou para a reunião de mulheres em torno da produção de artesanato e fortalecimento da autoestima. Logo reunia 60 mulheres. Como foi o primeiro, fora de uma entidade filiada, o Clube de Mães do J. S. Vicente foi uma espécie de “laboratório” para o projeto da FEAC. O Clube chegou a ter três núcleos.

O Clube da Paróquia Santa Tereza também nasceu de atividades realizadas desde 1962, com a participação de Nair Dias Lopes Teles, Esmeralda Ramalheira e Benedita Lázara Ferreira Donadon, inicialmente como Grupo de Senhoras da Paróquia, na Vila Industrial.

Outros clubes pioneiros foram os do Ambulatório São Roque (na Vila Industrial), do Santa Mônica (criado em 1970, sob coordenação de Célia de Barros Pimentel, e que depois passou a ter apoio da União Cristã Feminina), da Apae, Castelo Branco, Sociedade

Adventista Dorcas, Posto de Puericultura Santa Odila, Creche Vila Lemos (Lions Clube) e Vila Tofanelo.

As primeiras voluntárias treinadas pela FEAC, para atuar nos Clubes de Mães, foram: Ana Lia Morais Novais, Maria Ignez Chagas Schwarzstein, Ana V. Ginefra Braz da Silva, Maria Cristina Fakiani, Lygia E. Martins, Maria Luisa P. Silva, Sônia Vicente Azevedo, Iracema Stanis Lopes, Zélia Camargo, Aparecida Sevá, Maria Luisa Sevá, Maria do Carmo Castro Andrade, Maria Alice Lacerda, Yolanda Bertolini, Iracema Damasceno, Otília Forster.

Outras voluntárias pioneiras foram Lia Munhoz Svarman, Dirce Griesi, Zélia Bueno, Anita B. Silva, Maria Elisa Focesi, Heloisa Soares de Camargo, Dolisa Pereira da Silva, Rosana Rheiboldt, Terezinha Pena, Irene Bertolini e Edna Landgraf.

Vinte e cinco Clubes de Mães foram instalados em diversos bairros em pouco tempo. Feiras de artesanato realizadas pela FEAC, com apoio da comunidade, eram o local para venda dos artesanatos produzidos. No mesmo dia em que foi inaugurada a sede própria da FEAC, em 1976, acontecia o encerramento da VII Feira de Artesanato, na avenida Francisco Glicério.

Os Clubes de Mães passaram a se chamar Grupos de Mulheres em meados da década de 1990. Em 1999 o projeto passou a ser intitulado Mulher, Arte e Cidadania, tendo como objetivo primordial ter lideranças dos grupos capacitadas a promover ações pelos direitos de cidadania.

Os Grupos de Mulheres existentes em 2004, nos 40 anos da FEAC, reunindo mais de 500 mulheres, eram:

QUADRO III – GRUPOS DE MULHERES EM 2004

Núcleo	Bairro
Andorinhas	Santa Odila
Castelo Branco/Reviver	Vila Castelo Branco
Cristo Ressuscitado	Vila Teixeira
Jardim Conceição	Jardim Conceição
Jardim Novo Maracanã	J. N. Maracanã
Jardim São Vicente	J. S. Vicente
Romilia Maria/Martas e Marias	Vila Ipê
Padre Manoel da Nóbrega	Vila P. Manoel da Nóbrega
Santa Genebra	Parque Santa Genebra

Núcleo	Bairro
Léa Duchovni	Jardim São Pedro
União Cristã Feminina	Jardim Santa Mônica
Caminhando com Jesus	Jardim Campos Elíseos
Grupo Comunitário Criança Feliz	Vila Brandina
Mulheres em Ação	Jardim Novo Campos Elíseos
Jardim Nova Mercedes	J. Nova Mercedes
Renascer	Jardim São Fernando
Jesus de Nazaré	Parque Itajaí II
Nossa Senhora Misericórdia	Mansões Santo Antônio
Paróquia Santa Tereza	Parque Industrial
São João Vianney	Jardim Cura D' Ars
Vila Perseu	Vila Perseu

Fonte: FEAC

Também é de se tornar a ausência, na terceira diretoria executiva da história da FEAC, do Dr. Eduardo de Barros Pimentel, que em 1968 fixou residência em São Paulo, onde passou a trabalhar na FOS e na Fundação de Rotarianos, que cresceu muito sob a sua direção, com forte atuação educacional e social, através das Faculdades Integradas, Colégio e Centro Profissionalizante Rio Branco e Centro de Educação para Surdos Rio Branco. Mas continuou membro ativo do Conselho Curador da FEAC e integra a Comissão dos 50 anos da instituição. Também fez os cursos de Direito na Universidade São Francisco e de Administração na Fundação Getúlio Vargas.

Em 1968 as contribuições da comunidade atingiram Cr\$ 163.182,12, enquanto as entidades filiadas receberam Cr\$ 107.647,31. As 20 entidades sociais filiadas no final de 1968 estavam realizando 120 mil atendimentos, correspondendo a quase um terço da população de Campinas. Em menos de cinco anos, indicadores evidentes do enorme impacto social da FEAC.

CAPÍTULO IV

AÇÕES PELAS CRIANÇAS E SEDE PRÓPRIA NOS ANOS 1970

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 227).

A população de Campinas havia explodido na década de 1960, indo de 213.558 para 375.864 habitantes em 1970, com uma taxa de urbanização de 89,33%, uma das maiores do país. Com o aumento da população e da mancha urbana, os desafios sociais foram multiplicados, exigindo novas formas, mais eficientes, de intervenção, o que ratificava a visão pioneira dos idealizadores da FEAC.

Pois na década de 1970 o cenário social na cidade ficou ainda mais agudo, pois a população continuou crescendo em ritmo muito superior à média brasileira e paulista: a taxa em Campinas foi de impressionantes 5,9% anuais de crescimento, em comparação com as médias de 3,6% em São Paulo e 2,5% no Brasil. Um dos efeitos do crescimento desordenado, sem planejamento, foi o incremento da população favelada, de menos de 1% da população total em 1970 para quase 10% no final da década.

Neste panorama, a FEAC sedimentou a sua inclinação para atuar no campo da defesa de direitos das crianças e adolescentes, os mais vulneráveis às rápidas mudanças sociais e urbanas em curso. Outro elemento crucial para o fortalecimento da Federação foi a construção de sua sede própria, no final da década.

INTEGRAÇÃO E AÇÃO, PELAS CRIANÇAS

A década começou com uma nova diretoria. No dia 23 de novembro de 1970, no Paço Municipal, tomava posse a nova diretoria da FEAC para o período 1970-72. Era constituída por Darcy Paz de Pádua (presidente), Sergio Barros Barreto (1º vice), Afrânio Affonso Ferreira (2º vice), Gilberto Prado (1º tesoureiro), Carlos Novaes (2º tesoureiro), Antônio Orlando (1º secretário), Mário Demário Santos (2º secretário).

O sentido de integração de esforços, para dar mais eficiência e impacto às ações sociais, conforme proposto pela FEAC, irradiou para vários segmentos no início da década de 1970. Proposta muito expressiva nesse sentido foi a da integração de ações entre o Instituto D. Nery e a Associação de Educação do Homem do Amanhã – “Guardinha”. A ideia central era a de que integração levaria ao aprimoramento dos serviços prestados e à criação de condições para “o preenchimento das lacunas que são apresentadas pelas atuais condições de funcionamento”, segundo o plano de trabalho traçado pelas duas instituições.¹

As duas diretorias seriam mantidas, mas seriam criadas comissões de trabalho para ações comuns. A FEAC continuaria cuidando da contabilidade das duas entidades, mas a aplicação dos recursos destinados a ambas “visará a obra integrada”. Seis Departamentos seriam criados para assegurar a ação integrada: Manutenção Geral, Secretaria e Contabilidade, Jurídico e Relações Públicas, Saúde, Educação e Serviço Social. As instituições continuariam fomentando o trabalho voluntário.

Essa proposta de integração não evoluiu como os interessados previam e gostariam, mas foi muito simbólica em termos da nova mentalidade de ação social que se enraizava na comunidade. Neste momento a sede da FEAC já funcionava na avenida Francisco Glicério, em espaço cedido por Raul Siqueira. Mas já germinavam nos dirigentes os pensamentos quanto à necessidade de uma sede própria.

Enquanto isso, continuavam os esforços para dar efetividade à ação social, e naquele momento o olhar estava muito voltado para a situação das crianças. Ação de destaque nesse sentido foi a Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas, realizada no anfiteatro da Prefeitura de Campinas, entre os dias 6 e 11 de abril de 1970, quase véspera, então, da histórica Copa do Mundo no México, onde o Brasil alcançou o tricampeonato, em plena ditadura militar. Note-se a terminologia da época, tratando do “Problema de Menores”, no período em que vigorava o Código dos Menores de lamentável memória.

A realização da Semana de Estudos aconteceu em Campinas, como uma prévia à Semana promovida regularmente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O evento em Campinas foi combinado e confirmado, após encontro do Desembargador do TJ-SP, Dr. João Batista de Arruda Sampaio, com o Dr. Darcy Paz de Pádua, em jantar no célebre Restaurante Armorial.

A FEAC fez parte da Comissão Organizadora, ao lado do Juizado de Menores, Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo – Divisão Regional de Campinas e Secretaria da Promoção Social de Campinas. Coca-Cola e Fanta apoiaram o evento.

Com atividades sempre noturnas, à exceção do dia de encerramento, a 11 de abril, a Semana debateu vários temas, em grupos de trabalho com coordenação “local” e “da capital”. Esta foi a programação temática:

Dia 6 – Abandono e marginalização do menor, Dona Nadir Torquatto e Dra. Zuleika Sucupira Kenworthy.

Dia 7 – Menor excepcional, professora Terezinha Von Zuben e Dona Carmelita Malheiros.

Dia 8 – Menor infrator, Dona Maria Cândida Lopes e Dr. Divaldo Azevedo Sampaio.

Dia 9 – Trabalho do menor, Dona Maria Angélica Tavares Barreto Pyles e Desembargador Dr. João Batista de Arruda Sampaio.

Dia 10 – Colocação familiar, Sr. Luiz Meirelles e Dr. José Pinheiro Cortez.

Dia 11 – Legislação do Menor, Dr. Renato Carlos Burity e Dr. Arthur de Oliveira e Costa.

Na realidade, a Semana de Campinas fez parte da preparação para um encontro estadual, entre 27 e 31 de julho de 1970, promovido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A equipe de profissionais e voluntários da FEAC ajudou a preparar um texto, “Marginalização Social e Abandono do Menor”, indicando várias preocupações latentes na época e que, mais de quatro décadas depois, ainda estão presentes na sociedade brasileira, apesar de todo os avanços decorrentes da Constituição de 1988 e do ECA de 1990.

Inicialmente o texto nota que **“a tentativa de tratar um tema como o proposto, dada a sua amplitude, nem sempre é bem-sucedida, pois existindo poucas pesquisas mais profundas sobre o assunto, temos, muitas vezes, que nos basear em dados incompletos”**, sinalizando a urgência de estudos e dados mais aprofundados sobre a questão, o que efetivamente aconteceu nos últimos 43 anos.

O texto então observava, a respeito das fontes de dados utilizadas: **“Para que não caíssemos em simples teorizações sobre o problema, computados alguns dados sobre as populações marginais de Campinas, e procuramos, em uma parte deste trabalho, situar as instituições que, no momento, dão assistência aos menores. Confessamos que mesmo esses dados são incompletos”**.

O ponto seguinte foi a caracterização do que seria esta “população marginal de Campinas” no período: **“Tomando-se o conceito de marginalização social em um sentido amplo e, de acordo com os dados do ‘Levantamento Socioeconômico das Populações Marginais’, realizado pela Fundação Plano de Amparo Social – 1969, estimou-se que a população marginal de Campinas é de 82.427, correspondendo a 31,25% da população social (263.758 habitantes)”**.

Números contundentes, e muito próximos daqueles referentes à população residente em “áreas fragilizadas” de Campinas no início do século 21, conforme estudo divulgado pela Fundação Seade, em setembro de 2003, com base no Censo 2000. Tal contingente seria de 311 mil pessoas, ou 32,7% da população total. Pouca mudança, portanto, em três décadas.

Mais dados sobre a “população marginal” de Campinas, no texto de 1970: “predominância de jovens na faixa etária de 0 a 15 anos numa proporção de 49,5% da população total”, idade média de 21,6 anos, 59,3% vivendo em casa própria e 32,7% em casa alugada, 84,67% das casas com fossas precárias, 68,2% das habitações com 1 ou 2 cômodos (“o que redundará em promiscuidade, pois 6,2 é a média de pessoas por domicílio”, afirmava o texto, em linguagem nada politicamente correta), 62% das pessoas consideradas com alguma doença, 24,5% de analfabetos e 48,3% com primário incompleto.

As “medidas de proteção adotadas pela sociedade” em relação à “população marginal” são o ponto seguinte do texto de 1970. A primeira constatação era quanto à carência da estrutura de atendimento. “Se compararmos a porcentagem de população marginal com as instituições que oferecem serviços, verificamos que são insuficientes. Do total da população marginal de 0 a 19 anos (49.756) encontramos que somente 5,5% são, no momento, atendidos por instituições tais como creches, orfanatos e outros serviços (que totalizam em Campinas 20 instituições)”, dizia o texto. A rede de 20 entidades atendia a 2.767 pessoas na ocasião.

O texto fazia na realidade uma análise do status regional, e as informações eram de que “5.914 menores” eram atendidos por 59 organizações em 14 Municípios: ***“Depreende-se que há carência de instituições em muitos municípios. Os problemas apresentados pelas instituições são de ordem econômica (falta de recursos); falta de orientação técnica, problemas quando da época do desligamento da instituição. Fato que pode ser ressaltado é a ausência da iniciativa local (município) na criação da entidade para o menor”***.

Várias sugestões foram indicadas, pelos autores do texto, e apresentadas durante a Semana de Estudos no Problema do Menor: criação de oficinas-escolas nos grupos escolares; necessidade de pessoal especializado para o trabalho; criação de um abrigo regional para o menor infrator; criação de oficina pedagógica e iniciação profissional do menor excepcional; transferência da verba destinada ao Serviço de Colocação Familiar às instituições de amparo ao menor; necessidade de se atualizar ou modernizar a legislação do menor; criação de centros comunitários; criação de uma instituição regional para menores excepcionais; organização de serviços de orientação e colocação profissional; ampliação de instituições abrangendo menores em todos os grupos de idade, enfatizando os menores de zero a 14 anos.

Note-se que muitas dessas questões foram equacionadas, ao menos em parte, em quatro décadas, sobretudo em termos da modernização da legislação que, com o ECA, passou a considerar crianças e adolescentes como cidadãos de pleno direito e que merecem a proteção integral da família e do Estado. Entretanto, muitos desafios permanecem, guardadas as devidas proporções, como no caso da necessidade de ampliação do acesso e qualificação na área do ensino profissionalizante.

O texto também apontava “Sugestões Gerais”: criação em âmbito federal de um Ministério de Promoção Social com o objetivo de traçar uma Política de Bem-Estar Social na qual o “setor de menores” tivesse um lugar de destaque; atendimento regional aos “problemas de menores”; criação de centros comunitários nas periferias das cidades,

desenvolvendo atividades educacionais, ocupacionais e recreativas; associar aos Planos Habitacionais, “planos de atendimento ao menor” de maneira a atingir populações marginalizadas.

Os relatores da Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas foram Everardo Duarte Nunes (sociólogo) e Ana Maria Canesqui (assistente social). Demais participantes: Benedito Gonçalves Nascimento, a jornalista Célia Siqueira Farjallat, Drausio Camargo, Pe. José Del Monaco, Lucio Mielo, Luiz Rocatto, Lupércio Silveira, Maria Lúcia de Souza Coelho, Mario Tamassia, Nestor Mendes Rocha e Zalmir Zimmermann. Coordenadora: Nadir Torquatto.

Muitos frutos vieram da Semana e da discussão que ela provocou, a curto e médio prazos. Entre outros resultados, a 17 de setembro de 1971 o juiz da Primeira Vara Criminal e de Menores, Roberval Baptista Sampaio, assinou a portaria 13/71, criando comissão para colaborar no planejamento de atividades voltadas para a melhoria das ações destinadas à Infância e Juventude. O juiz justificava a medida pela demanda de “preservar a infância e a juventude, na simplicidade dos nossos costumes, afastando-as nos limites das possibilidades dos desregramentos, das más influências e dos lugares nocivos à sua formação e educação, porque assim agindo estaremos defendendo a própria nacionalidade e a Pátria”, linguagem obviamente refletindo o espírito da época.

A comissão foi composta por pessoas identificadas “pela cultura e vivência no campo do menor”. Os nomes foram: Marília Amaral (da Secretaria da Promoção Social da Prefeitura, esposa do futuro prefeito Chico Amaral), Alduino Zini (presidente da Câmara Municipal), Darcy Paz de Pádua (FEAC), reverendo José Coelho Ferraz (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), Maria Angélica Barreto Pyles (Juizado de Menores), Maria Aparecida Chaib (Divisão Regional da Promoção Social do Estado) e Ruy Rodriguez, fundador e presidente da Associação de Educação do Homem do Amanhã – “Guardinha”.

Também foi de Ruy Rodriguez a ideia, no começo da década de 1970, de estruturação de uma “Cruzada” para equacionar “o problema do menor” na cidade. A referência a uma “Cruzada” revela por si mesma a visão na época sobre o “problema do menor”?

Rodriguez justificava a Cruzada no documento “Somos todos responsáveis”: “Se é verdade que a sua total solução nos parece difícil, é verdade, também, que entendemos existir possibilidade de amenizá-lo em considerável porcentagem. E é justamente por assim pensarmos, que nos ocorre a ideia de uma grande campanha em busca das melhores soluções. Cruzar os braços é que não podemos. Seria o mesmo que assistirmos indiferentes ao jogo no qual se decide o destino da Nação, uma vez que estamos conscientes de que as esperanças de desenvolvimento do país e da autodeterminação do povo repousam na infância e na juventude”.

A FEAC lideraria a Cruzada, na opinião de Rodriguez, que fez as sugestões: “Instalar um escritório com estrutura capaz de controlar todas as atividades, organizando, orientando e dirigindo as diversas equipes de trabalho. Sensibilizar a opinião pública através de propaganda nos jornais, rádios, televisões e palestras nas escolas, entidades de bairros, clubes sociais, recreativos e esportivos, entidades de classes etc., e se necessário nas praças públicas”.

E Rodriguez complementava: “Tentar conseguir os recursos financeiros junto aos poderes públicos, empresas privadas, colaboradores, ou por meio de campanhas populares, realização de jogos de futebol e outras iniciativas, transferência de verbas para melhor aplicação etc. Fazer despesas sempre de acordo com a expansão da campanha e com o disponível já obtido. Conseguir a instalação de quartéis avançados da campanha nos clubes, residências, igrejas, sociedades de bairros, escolas etc. Com o desenvolver da campanha, pensar na instalação de Centros Comunitários em todos os bairros”.

A Cruzada não foi efetivada, mas no bojo do elenco de propostas estavam ideias que de algum modo seriam materializadas depois, em função das mudanças legais e das estruturas do poder público, como a divisão da cidade em regiões, a criação de Centros Comunitários e o cadastramento das famílias. A principal questão subjacente era a necessidade de que toda a comunidade assumisse a responsabilidade pelas medidas de proteção às crianças, o que de fato é preconizado pelo ECA, de 1990.

A própria FEAC se encarregou da formulação de um Plano de Coordenação de Entidades Para Promoção do Menor, claramente decorrente do ambiente criado pelos debates naquele início da década de 1970. Uma reunião a 9 de julho de 1971, quando eram rememorados os 39 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, aprovou as linhas gerais do Plano, assinado pelos presidentes das quatro organizações envolvidas: Luiz Roccato, da Casa dos Menores de Campinas; Gilberto Prado, da Associação de Assistência e Proteção aos Menores – Instituto Dom Nery; Ruy Rodriguez, da Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”; e Darcy Paz de Pádua, da FEAC. Mais uma ação apontando para a integração, como sempre preconizou a FEAC.

O Plano seria executado “pelo espaço de dez anos”, conforme o compromisso assumido pelas entidades. O Departamento de Serviço Social da FEAC seria o encarregado de supervisionar as ações integradas. O Plano sugeria, entre outras iniciativas, a qualificação das condições de infraestrutura nas três entidades de atendimento direto, em termos físicos, ambientais, organizacionais e humanos. Muitas dessas ações foram implantadas, o sentido da integração foi observado ao longo da trajetória da FEAC, apesar naturalmente dos novos desafios e situações que surgiram.

SEDE PRÓPRIA E FORTALECIMENTO DA FEAC

O melhor uso do patrimônio da Fazenda Brandina foi procurado pela direção da FEAC desde o momento da transmissão de posse pelo casal Odila e Lafayette Álvaro. Contratos com plantadores de tomate e outros agricultores que trabalhavam na fazenda foram mantidos pela FEAC.

Entretanto, ainda não existiam recursos adequados para a viabilização de uma sede própria. Por isso a FEAC continuou funcionando em prédios alugados na avenida Francisco Glicério e ruas Ferreira Penteado e General Osório, depois de ter ocupado o principal pavimento da sede da LBA.



Sede da FEAC na rua General Osório, entre 1974 e 1976 (Foto Arquivo FEAC)

Uma Comissão de Estudos do Plano Diretor para a Fazenda Vila Brandina foi constituída a 4 de setembro de 1971, tendo sido mantidas reuniões regulares na sede do Tênis Clube de Campinas, cedida pelo seu presidente, José Roberto Magalhães Teixeira, que depois viria a ser prefeito de Campinas.

Integravam a Comissão o presidente Darcy Paz de Pádua e mais Carlos Novaes, Ruy Rodrigues, Potiguara, Daniel Jordão, José Carlos Penteado de Freitas, Raphael Souza Queiroz e Gilberto Prado, nomeado presidente da Comissão. A primeira reunião foi a 4 de dezembro, quando se discutiu a primeira iniciativa para o desenvolvimento da Fazenda Vila Brandina. Foi idealizado um posto de gasolina na Rodovia D. Pedro I, que não chegou a ser construído. Para a elaboração do Plano Diretor da Fazenda foi contratado o renomado arquiteto Fábio Penteado, nascido em Campinas e autor do projeto do Centro de Convivência Cultural. Penteado já propunha a ideia de construção e um shopping center na área, como empreendimento âncora para o desenvolvimento urbano. Depois essa ideia acabaria sendo concretizada.



Funcionários da FEAC, quando estava sendo construída a sede própria, inaugurada em 1976 (Foto Arquivo FEAC)

Mudanças começaram a ocorrer com a aquisição pela FEAC, em 1972, de um imóvel na rua Luzitana 369, que era ocupado pela Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica. Quando este imóvel foi desapropriado, na gestão do prefeito Lauro Péricles, para a construção da avenida Aquidabã, e a FEAC foi ressarcida, com estes recursos foi iniciada a construção da sede própria. A sede na rua Luzitana foi inaugurada a 14 de setembro de 1972, com uma simples cerimônia iniciada às 17h30.

PIONEIRISMO DA CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA

A Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica, depois conhecida como Casa da Criança Paralítica, foi uma das pioneiras no Brasil em seu segmento, tendo nascido como uma organização para dar assistência a crianças atingidas pela poliomielite, que ainda deixava muitas vítimas e sequelas em todo país.

O Rotary Club deu importante apoio à Casa da Criança Paralítica, sinalizando para um papel relevante na área social na cidade, inclusive na época de criação da FEAC. A Casa da Criança Paralítica também se filiará à FEAC.

A Casa da Criança Paralítica tem uma ligação histórica com a Apae Campinas, cuja criação teve a participação direta da FEAC. A Apae-Campinas foi fundada a 10 de dezembro de 1965, em uma assembleia realizada no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Foi em uma parte do terreno da Casa da Criança Paralítica, doado pelo município, que foi instalada a Apae.

Em 2002 a Casa da Criança Paralítica passou por uma crise administrativa e a superação desse momento passou por importante apoio financeiro destinado pela Fundação FEAC, que emprestou razoável quantia para que a instituição pudesse sanar sua situação e pudesse continuar prestando os seus relevantes serviços para a comunidade.

O ex-presidente da Casa, Dr. Odonel Urbano Gonçalves, afirma que a FEAC “foi muito importante para a sustentabilidade da instituição, pelo apoio especial concedido, e pelo suporte que continua dando em termos de assessoria técnica”.

www.ccp.org.br

Mas uma nova sede, nos altos da Fazenda Brandina, já estava nos planos dos dirigentes. Gilberto Prado, presidente para o período 1972-74, reeleito até 1976, assumiu o compromisso de construir a sede e alcançou esse propósito com dedicação e êxito, obtendo a colaboração de muitos.

Recursos adicionais foram recebidos pela FEAC, da desapropriação de uma faixa de terreno na fazenda pela CPFL, para instalação de uma linha de transmissão de energia. Ainda assim faltavam recursos para viabilizar a sede própria, e novamente a comunidade entrou em ação. Empresas e cidadãos ajudaram de várias formas, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF) doaram móveis. Um prédio alugado na rua General Osório foi nova sede alugada da FEAC durante as obras.



Gilberto Prado, que liderou o processo de construção da sede própria da FEAC em meados da década de 1970 (Foto Arquivo FEAC)

A inauguração da nova sede aconteceu a 11 de dezembro de 1976. O novo endereço da FEAC era na avenida José Bonifácio, 2281, no Jardim das Paineiras, bairro que ainda estava em estruturação. A via depois passou a se chamar Odila de Souza Camargo, em homenagem à benemérita.³

A cerimônia de inauguração foi emocionante. Participaram, entre outros, representantes de todas as entidades filiadas, que foram convidados a plantar uma árvore no espaço externo, onde foram projetados o estacionamento e o jardim. As árvores estão lá hoje.



Sede própria da Fundação FEAC, pouco depois da inauguração, em 11 de dezembro de 1976 (Foto Arquivo FEAC)

No momento da inauguração a FEAC somava 25 entidades filiadas, incluindo o Centro Cultural “Louis Braille”, Associação de Assistência Bem-Me-Quer, a “Guardinha”, Lar Escola Jesus de Nazaré, Associação Beneficente Salem, União Cristã Feminina, Sociedade Educacional Trabalho e Assistência (Seta) e Conselho Comunitário de Campinas, todos filiados na primeira metade da década de 1970. Já contando com as maiores e principais instituições sociais, e com sede própria, a FEAC estava consolidada em Campinas, com mais força para prosseguir sua jornada.

UNIÃO CRISTÃ FEMININA E SANTA LÚCIA

Uma iniciativa que teve o apoio da FEAC desde o início, e que resultaria em uma das principais entidades sociais da cidade, foi a que levou à criação da União Cristã Feminina (UCF) no Jardim Santa Mônica, na época um bairro que ainda não era densamente ocupado e urbanizado como depois aconteceria. Essa mobilização esteve em total sintonia com a época, em que as mulheres buscavam alternativas de participação social, naquele momento de forte restrição a atividades da sociedade civil no Brasil.

Criar e manter uma “instituição de caráter beneficente e de promoção social, sem fins lucrativos, tendo por finalidade básica o atendimento integral da família, sem distinção alguma quanto à raça, cor, condição social, credo político ou religioso, visando a promoção humana”. Esta era a missão da União Cristã Feminina, segundo os estatutos aprovados na assembleia de fundação da entidade, a 3 de outubro de 1972, com

a participação de: Norma Rubim Podolsky (presidente da assembleia), Dalva Maria de Lourdes Borghi Giordano, Othonaide Pitta Ribeiro Machado, Isa Saad Maluf, Norma Chebe Jorge, Maria da Conceição Oliveira Lima, Maria de Lourdes de Souza Campos Badaró, Virginia Perotti Raldi, Ruth da Anunciação Menegaldo Martins, Célia Webe de Magalhães Homem de Mello (secretariou a assembleia), Mariza Gerin Nassralla, Wanda Guimarães Bernardo, Maria Helena Delamain Pupo Nogueira, Amélia Ferreira Passos, Gessy Lourdes Milani Borghi, Hilda Atra Jammel, Carmen Pupo Nogueira Penteado e Susy Windford.

Eram todas mulheres de famílias de classe média e média alta, estimuladas pelo esforço de articulação de uma entidade social na região que seria muito estigmatizada em função dos índices de violência. A primeira diretoria teve a presidência de Norma Podolsky, sendo integrada ainda por Dalva Maria de Lourdes Borghi Giordano (vice), Célia Homem de Mello (1ª secretária), Gessy Lourdes Milani Borghi (2ª secretária), Isa Saad Maluf (1ª tesoureira) e Norma Chebe Jorge (2ª tesoureira).

Os estatutos indicavam como a nova organização atuaria: “Atuará junto à família de forma direta ou indireta, utilizando-se de recursos próprios e do meio, mantendo entrosamento com órgãos governamentais, visando a integração social, executando atividades diversificadas de acordo com as necessidades observadas”.

Combater a desnutrição e a mortalidade infantil era um dos focos da instituição no momento de sua criação, e para que o objetivo fosse alcançado, ela foi vinculada ao Projeto Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (Ceap). Tratava-se de uma iniciativa formulada pela Faculdade de Higiene e Saúde da Universidade de São Paulo, sob orientação e direção de médicos, nutricionistas e psicólogos, estes, da Fundação “Carlos Chagas”. O mentor do Projeto foi o médico Iaro Gandra, irmão do advogado Ives Gandra. Disseminado para várias cidades paulistas na época, o Ceap foi determinante para a redução da mortalidade infantil em território paulista na década de 1970.

A UCF foi inaugurada a 30 de novembro de 1974, com a benção do padre Chiquinho. A entidade passou a funcionar como um Centro Comunitário, onde atuavam os profissionais do Ceap e, também, um núcleo dos Clubes de Mães estimulados pela FEAC. Célia de Barros Pimentel foi uma das principais lideranças desse projeto, desde a sua participação em encontros na paróquia do Jardim Santa Mônica, sob a coordenação de assistentes sociais da FEAC. Consequência natural, Célia de Barros Pimentel seria dirigente por muitos anos da União Cristã Feminina.

Uma importante mobilização comunitária foi responsável pela viabilização da sede própria da União Cristã Feminina. A construção teve o respaldo da Barros Pimentel Engenharia e Comércio Ltda. e da BHM Nassralla. A Latinamerica Zentrum, organização alemã de apoio a projetos na América Latina, destinou importantes recursos, com a intermediação do casal Silvia e Rolf Leeven, que era dirigente da Bosch. A Pró-Vida, de Araçoiaba da Serra, também teve relevante atuação, com a destinação de mobiliário para a nova organização.

A tecnologia de atuação com as famílias sempre foi um diferencial da UCF. Com o tempo o trabalho evoluiu para várias áreas, e no início do século 21 a entidade mantinha atividades socioeducativas nas faixas de 4 a 6 e de 7 a 12 anos, o Programa de Atenção à Família, Centro de Juventude e o programa Informatizar com Consciência. O envolvimento comunitário sempre foi enorme. Muitas melhorias do Jardim Santa Mônica e bairros próximos foram obtidas a partir de reuniões e de envolvimento sobretudo das mulheres integradas ao UCF e ao seu Grupo de Mulheres, sucessor do Clube de Mães.

O espírito comunitário era muito forte, e a FEAC o alimentou. O Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia também nasceu no período, a partir do Programa de Atendimento ao Menor e Família, mantido pela Fundação FEAC, e do Pro-Nutri, desenvolvido em convênio entre a própria FEAC e a Secretaria de Estado da Promoção Social a partir de 1975.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES PELA POLÍCIA

Em meados de 1972 a Delegacia Regional da Polícia Civil de Campinas pediu informações à FEAC a respeito das atividades ligadas ao Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), mantidas na Fazenda Brandina, e ao seu responsável, o padre Haroldo J. Rahm. Era o período mais duro da repressão política, e todas as atividades da sociedade civil eram monitoradas minuciosamente pelos órgãos da chamada inteligência.

Documento apresentado em julho de 1972 ao delegado auxiliar da Delegacia Regional da Polícia, Fernando Feres Rajil, continha as explicações da direção da FEAC. O documento tinha a assinatura de Darcy Paz de Pádua, Sérgio B. Barreto e Antônio Orlando, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário da FEAC, e nele a diretoria confirmou o apoio, desde a sua origem, ao projeto do padre Haroldo de criação e implementação do TLC. O movimento de repercussão nacional teve seus primeiros realizados no casarão da Fazenda Brandina.

“Este maravilhoso movimento de engajamento da nossa juventude consciente, na redescoberta dos verdadeiros ideais da religião e da figura do Cristo, contou, desde o seu início, com o entusiasta apoio da FEAC”, assinalaram os signatários, esclarecendo que, com o crescimento do TLC, a FEAC deliberou por “fixar uma importância ‘per capita’, a título apenas da manutenção e conservação da própria sede, além das despesas decorrentes do consumo de água, luz etc”.

O trabalho do padre Haroldo pela criação do Centro Kennedy e seu apoio ao encontro latino-americano de voluntariado em Campinas, em 1969, também foram citados pelos dirigentes da FEAC. Eles complementaram, reiterando o apoio ao religioso: “Por todas estas atividades, a FEAC sempre hipotecou e continua prestigiando, com a máxima solidariedade, a pessoa humaníssima do Pe. Haroldo J. Rahm, cuja missão entre os jovens tem projetado Campinas no cenário nacional, mercê de várias reportagens da Manchete e de Fatos e Fotos. Além do mais, tornava-se absolutamente necessária a

criação de um movimento de tal envergadura e idealismo de modo a desviar a atenção dos jovens dos condenáveis excessos do álcool, sexo e tóxicos, sem prejuízo de uma motivação mais sadia para um nacionalismo autêntico, aberto e pujante de entusiasmo”.

Os dirigentes finalizaram: “Todavia, a cruzada deste pastor de almas e moldador de caracteres é toda ela baseada na Verdade dos Evangelhos e da Palavra do senhor e visa, sobretudo, despertar nos seus aliciados o sentido de responsabilidade comunitária, derrubando falsos ídolos tão próprios dos arroubos da mocidade, sacudindo-se da inércia e tirando-os de uma perigosa ociosidade, mãe de todos os vícios”. Palavras que levavam, nas entrelinhas, referências ao delicado momento político e social que o país atravessava.

E Campinas viveu intensamente o período, com prisões de lideranças críticas ao regime militar, mas, também, com muitas manifestações populares, como o Movimento contra o Custo de Vida, criado em julho de 1978, que era inspirado no Movimento contra a Carestia nascido na Grande São Paulo, com o apoio total do cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

Em 1978 nasceram a Oposição Sindical Metalúrgica e a Assembleia do Povo, que lutou sobretudo por melhores condições de moradia para os moradores de favelas e loteamentos clandestinos. Foi um movimento tão forte que o governo Francisco Amaral-José Roberto Magalhães Teixeira (que ocupou várias vezes o cargo de prefeito, na ausência do titular) criou a 8 de maio de 1980 o Fundo de Apoio à Sub-Habitação Urbana – Fundap, voltada ao financiamento de material de construção para casas populares.

TRABALHO COMUNITÁRIO

No começo da década de 1970, a FEAC intensificou seu trabalho comunitário. Entre dezembro de 1972 e fevereiro de 1973, o grupo de jovens voluntários da FEAC fez uma pesquisa socioeconômica na Vila Ipê, visando a coleta de dados para subsidiar o plano de ação social e de saúde no bairro e adjacências. A pesquisa foi coordenada pela assistente social Regina Coeli Osti, do Centro Social “Romília Maria”/FEAC.⁴

O relatório final da pesquisa, feita a partir de 117 formulários respondidos, afirmava: ***“Estatisticamente, os aspectos carenciais de maior ênfase, apontados pela população, são: asfalto, atenção médica, escolas, policiamento, lixo, transporte, prostituição e promiscuidade, esgotos e a existência em alta escala de ‘malandros’, ladrões, brigas e ‘maconheiros’ . Em tese, esses problemas podem ser evidenciados como características próprias e estruturais de uma realidade socioeconômica carente”***.

Ou seja, apesar de a maioria dos entrevistados ter casa própria, os problemas sociais existiam. 85% da mão de obra não era qualificada e 70% da população viviam com no máximo 1 salário mínimo “para uma média predominante de 6 a 8 pessoas por família”.

Em termos de instrução, 277 dos 675 moradores (41,1%) eram analfabetos, 348 (51,5%) tinham nível primário e 50 (7,4%) nível secundário. Ninguém com ensino superior.

Uma nova pesquisa, para aprofundar o diagnóstico, foi realizada a partir de 28 de março de 1973, pela Divisão de Defesa Social da FEAC. O diagnóstico permitiu o desenho de várias ações na Vila Ipê, em coordenação com o Centro Romília Maria, na linha do eixo seguido pela FEAC de fortalecimento da comunidade, o que também ocorreria com outros bairros e regiões, como Jardim Santa Mônica e Jardim Santa Lúcia.

O Centro Assistencial Romília Maria (CARM) tinha nascido em 1972, por iniciativa da Conferência de São Luiz Gonzaga, grupo de São Vicente de Paulo, liderado pelo benemérito Nelson Noronha Gustavo Filho. A intenção não era ser meramente assistencial, por isso vinculou-se à FEAC, que designou técnicos para elaboração, execução e avaliação de programas e projetos de promoção social enquanto processo de intervenção na realidade do bairro.

Em 1976 foi proposta nova pesquisa para a Vila Ipê. Alunos do 4º ano B do Instituto Superior de Psicologia da PUC-Campinas sugeriram nova pesquisa psicossocial, em área de barracos, para avaliar o impacto da introdução do asfalto, até então inexistente. Foi uma pesquisa pioneira nesse sentido em Campinas e uma cidade desse porte no Brasil.

No dia 13 de dezembro de 1972, às 20h30, no auditório do Centro de Ciências, Letras e Artes, houve reunião dos Conselhos Deliberativo, Contribuinte e Administrativo, para eleição da diretoria 1973-74 da Fundação FEAC. Foi eleito presidente do Conselho Deliberativo: Heitor Nascimento. E como membros da diretoria executiva: Gilberto Prado (presidente), Sérgio Barros Barreto, Antônio Orlando e Saulo Monte Serrat (vices), Lino Tato (secretário), Trento Coluccini (Financeiro), Hilário Vannucci Nettò (tesoureiro), Darcy Paz de Pádua (Serviço Social), Carlos Novaes (Patrimônio), Ruy Rodrigues (diretor de Relações Públicas e Divulgação).

O psicólogo Saulo Monte Serrat, pela primeira vez membro da diretoria executiva da FEAC, seria um dos pilares da instituição desde então. Ele conheceu o Dr. Darcy Paz de Pádua por meio da Escola de Cadetes, onde trabalhava e onde fez palestras sobre o trabalho da FEAC. E também era professor, como o Dr. Darcy, da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. O professor Saulo, como é conhecido, também tornou-se importante colaborador do padre Haroldo Rahm, tendo dirigido a Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas (Febract) por vários anos.



Professor Saulo Monte Serrat, um dos mais importantes colaboradores voluntários da história da FEAC (Foto Arquivo FEAC)

CENTRO DE REEDUCAÇÃO

Ao mesmo tempo a FEAC fazia gestões para aprimorar a estrutura de ação social na cidade. Ainda no dia 21 de outubro de 1971, o presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), Mário Altenfelder Silva, havia estado em Campinas, e nessa ocasião, em um encontro com lideranças da comunidade, o novo presidente da FEAC, Darcy Paz de Pádua, defendeu a necessidade de criação de uma Vara Privativa de Menores e de um Centro de Recuperação, para acolher os infratores. Altenfelder expressou o seu apoio e de fato a Vara de Menores seria criada e instalada, na metade da década de 1970, com Rubens de Andrade Noronha como primeiro juiz-titular e o Dr. Hermano Roberto Santamaria como promotor. A campanha pró-Vara Privativa de Menores também teve o apoio da organização Patrulheiros Mirins – Juizado de Menores.

O Centro de Recuperação (ou Reeducação de Menores) acabou evoluindo para um formato diferente. Na época a questão dos “menores infratores” era muito polêmica e presente, e dessa discussão nasceu o Conselho Comunitário de Campinas. O propósito era viabilizar o que hoje é denominado medida socioeducativa.

Ao deixar a presidência da Funabem, Mário Altenfelder assumiu a Secretaria da Promoção Social do Estado, no governo de Roberto Abreu Sodré. E nesta função Altenfelder assinou convênio com a FEAC, estipulando a criação e estruturação do Centro de Recuperação de Menores Infratores.

O projeto previa que uma área da Fazenda Brandina seria destinada para receber o Centro, ao passo que o Estado e o Município teriam a incumbência de instalação e manutenção. Um projeto arquitetônico para o Centro chegou a ser elaborado, incluindo a construção de dormitórios, escola, oficinas, campo de futebol e quadras poliesportivas, compondo um conjunto destinado a abrigar as atividades destinadas à recuperação e reinserção social do adolescente e criança infratores.



Centro de Reeducação do Menor Infrator, que funcionou com apoio total da FEAC, em meados dos anos 1970 (Foto Arquivo FEAC)

Era uma ideia distinta das unidades da Febem, e mesmo assim o projeto do Centro teve o apoio do Estado, sendo entretanto interrompido durante o governo de Paulo Maluf, que sucedeu a Abreu Sodré e tinha uma outra concepção da questão. Era a oportunidade perdida para Campinas ter um centro que poderia ser referência em termos de ação em relação a jovens em conflito com a lei, em formato distinto ao que assumiram as tristemente célebres unidades da Febem.

O Centro de Recuperação seria estruturado a partir dos conhecimentos acumulados em função do Centro de Reeducação do Menor Infrator (Colégio Dr. Antônio Augusto de Almeida), iniciativa com total envolvimento da FEAC. Foi um projeto pioneiro no país, inaugurado em junho de 1975, conduzido por organização privada, embora com a supervisão direta da Febem e da Funabem, por meio do seu presidente Mário Altenfelder Silva.⁵

Um conjunto de 20 jovens em conflito com a lei, em um serviço montado em chácara alugada na periferia de Campinas, com diretrizes mais ou menos próximas ao que anos depois seria determinado pelo ECA, embora sempre considerando as terminologias e condições da época. “O objetivo é retirar o menor do ambiente que lhe é nocivo, evitando as prisões sucessivas e o conseqüente aperfeiçoamento nas atividades delituosas, dando-lhe condições de se integrar na sociedade como elemento útil e capaz de se desenvolver por si próprio”, justificou a direção da FEAC em relatório sobre as atividades implementadas na cidade, relativas aos “menores infratores e carentes”. Com data de 24 de maio de 1976, e assinatura do presidente da Federação, Gilberto Prado, o documento foi encaminhado ao presidente Ernesto Geisel e ao general Gustavo de Moraes Rego Reis. O propósito do documento era solicitar maiores recursos do governo federal, visando ampliar o atendimento.

O diferencial do Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida” para Reeducação do Menor Infrator, ligado à Associação de Educação do Homem de Amanhã – “Guardinha”, criada e dirigida por Ruy Rodrigues, era as suas linhas educacionais. Em um ambiente de liberdade, sem muros e guardas armados, os jovens infratores tinham aulas com uma professora primária e eram acompanhados por psicólogo e cinco estagiários de Psicologia. Alguns jovens frequentavam o Grupo Escolar do bairro e outros a escola profissional dirigida pelos salesianos. Três deles foram inseridos no mercado de trabalho em menos de um ano de passagem pelo Colégio.

Recursos da própria FEAC, da Febem e da Prefeitura Municipal asseguravam a manutenção do Colégio. Já em 1976, porém, a Prefeitura havia comunicado a respeito do cancelamento de seu apoio, o que levou ao pedido de verbas para o Governo Federal, em função da “grande dificuldade atual de obtenção dos meios necessários à manutenção do Colégio, que pode, por isso, ver-se na contingência de encerrar as suas atividades, com evidente prejuízo para os menores infratores assistidos e para a própria sociedade”.

E de fato o Colégio teria de encerrar suas atividades, apesar da simpatia popular que alcançou, conforme pode ser verificado por uma “Relação de Doações”, de 20 de junho de 1975, assinada pela assistente social Rosimary G. L. Bueno Netto. O documento informava:

RELAÇÃO DE DOAÇÕES

- Sr. Nelson Taufic: 1 fogão a gás (4 bocas), 1 geladeira, 1 escrivaninha para máquina de escrever, 1 cadeira para escrivaninha, 37 m de tábua de pinho aparelhada, 15 m de sarrafo de pinho, 15 m de caibros de pinho (para prateleiras do almoxarifado), 2 bolas de futebol (novas).
- Sr. Vicente (FEAC): 3 toalhas de rosto, 1 toalha de banho.
- Da. Marta (D. Nery): 2 toalhas de rosto, 2 lençóis, 3 panos de prato, 1 colcha.
- Rose: 2 colchões de mola, 1 acolchoado, 1 máquina de escrever antiga, 2 jogos de jarra com 6 copos, 1 prateleira de madeira, 1 rádio, 6 cadeiras.

MATERIAL EMPRESTADO

- D. Nery: 1 botijão de gás.
- Rose: 1 máquina de somar manual, 1 mesa de fórmica, 2 consoles-fórmica, 1 prateleira (branca), 1 máquina de costura Singer antiga, 1 dicionário, 1 enceradeira, 1 quadro-negro.

Assim, pelo êxito e apoio que a iniciativa recebeu, o documento encaminhado ao presidente Geisel atentava para a ideia de construção, em área cedida pela FEAC, do Centro de Recuperação de Menores, o que infelizmente não foi materializado, da mesma forma como o Colégio “Dr. Antônio Augusto de Almeida” teve que fechar suas portas.

Outra proposta apresentada no mesmo relatório encaminhado à Presidência da República era a de construção do Centro de Educação e Profissionalização do Menor, também em área da Fazenda Brandina. “Está a FEAC consciente de que é a prevenção o melhor programa de amparo ao menor carente. E será através da educação que se há de obter o seu desenvolvimento integral, dando-se-lhe condições humanas, espirituais, morais, cívicas, profissionais, para integrá-lo na comunidade em que vive”, dizia o documento.

A intenção era que os jovens fossem atendidos durante a semana em regime de semi-internato, com os finais de semana reservados a atividades com as respectivas famílias. Centro de esporte, recreação e lazer, além de instalações para teatro, ambulatório, refeitório e outros, também eram previstos. A FEAC tinha a visão de que as entidades filiadas transferissem ao Centro “a atribuição da educação”. Com o tempo, as atividades seriam descentralizadas para os bairros.

Enfim, o projeto do Centro de Educação e Profissionalização estipulava o amplo envolvimento comunitário em sua manutenção, em outra ação muito próxima ao que depois seria consagrado na legislação decorrente da Constituição de 1988. “Recursos técnicos, humanos e materiais deverão ser obtidos dos poderes públicos, das empresas, das instituições e de toda a comunidade. Imprescindível, como é óbvio, a contribuição

das Universidades, Associações e Órgãos do Comércio e Indústria, dos profissionais e dos voluntários”, afirmava o documento assinado por Gilberto Prado. Mas a proposta que poderia ter muitos impactos positivos a curto e médio prazos acabou não saindo do papel, pela falta dos recursos adequados, e quem saiu perdendo, é claro, foram a cidade e seus jovens.

No biênio 1975-76 a diretoria executiva da FEAC era composta por Gilberto Prado (presidente), Sérgio Barros Barreto (primeiro vice), Antônio Orlando (segundo vice), Saulo Monte Serrat (terceiro vice), Trento Coluccini (diretor financeiro), Hilário Vanucci Neto (tesoureiro), Lino Tato (secretário), Ruy Rodriguez (diretor de Relações e Divulgação), Carlos Novaes (diretor de Patrimônio) e Darcy Paz de Pádua (diretor do Serviço Social).

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Marcada pela acelerada urbanização e intensificação do crescimento populacional, a segunda metade da década de 1970 foi marcada em Campinas pela criação de várias organizações sociais que se tornariam referência nacional e internacional em suas áreas. Organizações essencialmente ligadas a desafios emergentes na área da saúde, consolidando uma vocação da cidade que tanto sofreu com a febre amarela. E todas essas entidades seriam filiadas à FEAC.

É o caso da fundação, em 1978, da Associação Promocional Oração e Trabalho (Apot), nova iniciativa do padre Haroldo Rahm com a missão de recuperar e reinserir socialmente pessoas químio-dependentes.

A APOT, TAMBÉM NA FAZENDA BRANDINA

A Apot começou funcionando na Fazenda do Senhor Jesus. Em 1989 o padre Haroldo começou o Programa Meninos de Rua no terminal central de Campinas. Em 1993 o trabalho começou a atender adolescentes no modelo de comunidade terapêutica. Em 1995 foi criado o Programa de Prevenção para adolescentes, jovens e seus familiares, hoje denominado Programa Aprender Mais.

Em 1998 um passo à frente, com a abertura da clínica e o início do trabalho ambulatorial. Em 2002 foi inaugurada a Casa Guadalupe, para atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, em parceria com a Prefeitura de Campinas. Em 2003 foi inaugurado o Centro de Eventos Loyola. Em 2006 a Casa Guadalupe passou por reformulação, para atender também a familiares de crianças e adolescentes.

Em 2009, a Instituição Padre Haroldo, como a organização passou a se chamar, assumiu os trabalhos da Casa Verde, então pernoite protegido que em 2010 passa a ser uma Casa de Passagem para jovens e adolescentes em situação de rua, com atendimento 24 horas. Também em 2009 foi inaugurado o abrigo especializado para adolescentes do sexo feminino.

Em 2013 o programa Além da Rua inaugura uma casa de passagem para moradores de rua adultos, com atendimento para ambos os sexos. Também em 2013 foi iniciado o Projeto Circulando, serviço inovador de educação social, prevenção, cuidado e pesquisa, contando com equipe psicossocial, educadores e arte educadores que passaram a atuar de forma circulante em bairros de alta vulnerabilidade social.

O trabalho do padre Haroldo e equipe tornou-se uma referência nacional. Milhares de pessoas foram recuperadas ou passaram pelos cursos de capacitação oferecidos pela instituição, instalada em uma área da Fazenda Vila Brandina cedida pela Fundação FEAC.

www.padreharoldo.org.br

Em outubro de 1976 nasceu o Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala (Cadaf), prosseguindo uma linha de atendimento do qual faziam parte o Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores e o Centro Cultural “Louis Braille”. Dois anos depois, em outubro de 1978, seria criada a Sociedade Pestalozzi de Campinas, dedicada à assistência em saúde mental.

No mesmo ano, a 25 de janeiro de 1978, era criado o Centro Infantil de Investigação Hematológica “Dr. Domingos Boldrini”, que recebeu um impulso inicial da Fundação Robert Bosch do Brasil. A iniciativa do Boldrini foi do Clube da Lady, sob a presidência de Betty Abrahão. O nome do hospital faz uma homenagem ao pediatra Domingos Adhemar Boldrini, falecido em 1976, que prestou relevantes serviços na cidade de Campinas.

ESPERANÇA CONTRA O CÂNCER INFANTIL



Centro Boldrini, referência mundial no tratamento de várias patologias (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Com instalações construídas e ampliadas nos anos 80 e 90, e sob a direção da Dra. Silvia Brandalise, o Boldrini também se tornaria uma referência mundial no tratamento de diversas patologias sanguíneas (como doença falciforme, talassemia, hemofílias e anemias) e câncer em crianças. A inauguração do hospital aconteceu a 24 de maio de 1986. A área inicial de 1.500 m² de construção foi doada pelo Instituto Robert Bosch, correspondente a uma parte das terras que eram destinadas ao Centro Médico de Campinas.

No final dos anos 90 o Centro Boldrini já tinha 9.500 pacientes cadastrados, atingindo índice de cura de até 70% em alguns tipos de câncer infantil, em comparação com a média nacional de 47%. Em 1996 o Boldrini inaugurou as obras de ampliação do seu hospital, incluindo a elevação do número de leitos de 10 para 77. Cerca de 80% dos pacientes têm tratamento gratuito, via SUS.

Trata-se do maior hospital pediátrico de tratamento de câncer da América Latina. Os serviços são prestados por uma equipe multiprofissional altamente qualificada. O Boldrini compreende ainda as áreas de Ensino e Pesquisa, Voluntariado, Suporte Social, Pedagogia, Psicologia, Biblioteca, Estação Boldrini e Capital Humano. São 7 mil pacientes em tratamento

em 2014, aos quais é oferecida uma infraestrutura diagnóstica de ponta, incluindo as áreas de genética, patologia, biologia molecular e equipamentos de imagem de última geração. São cerca de 450 voluntários atuando hoje nas mais diversas áreas.

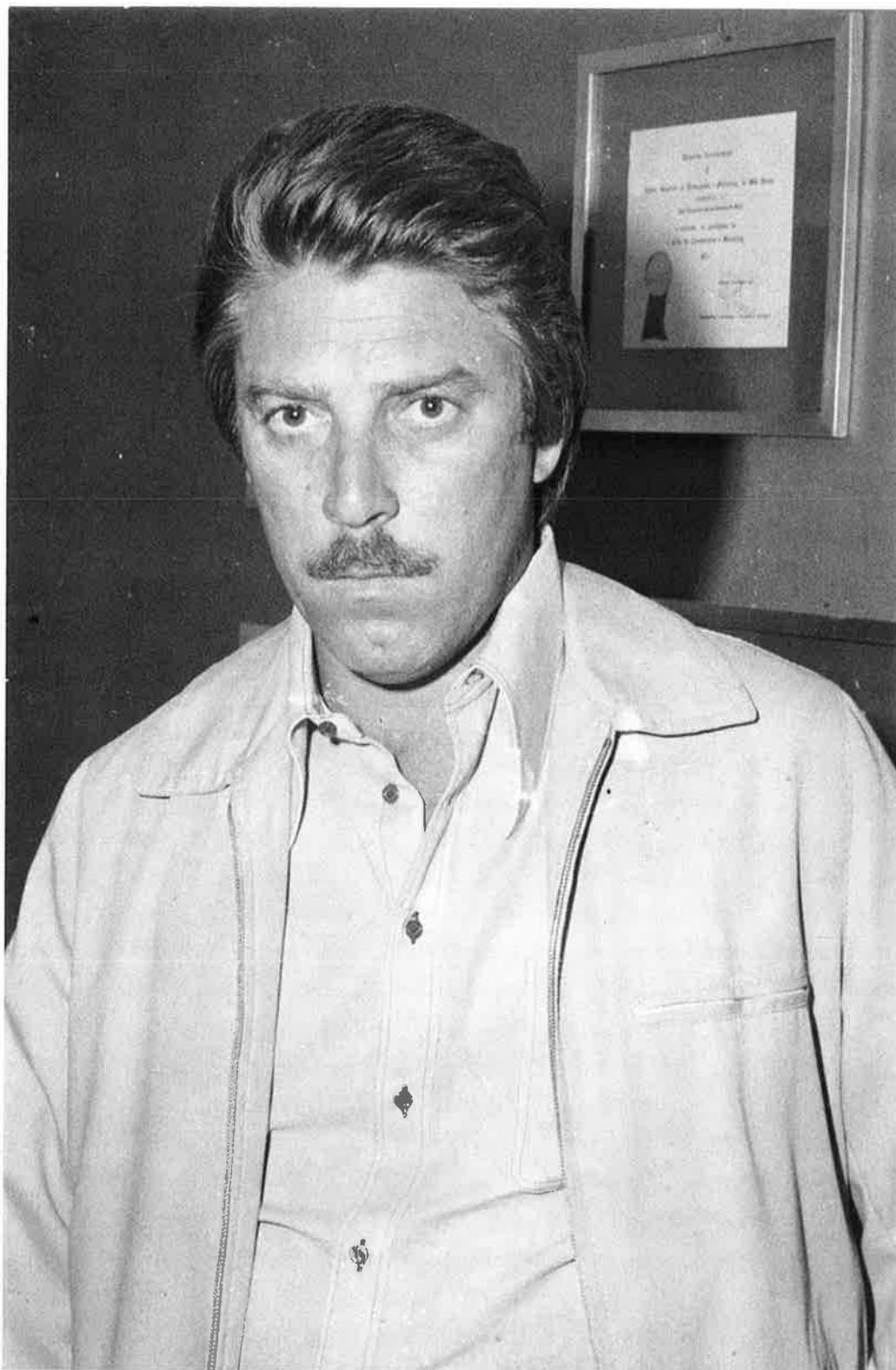
A Dra. Silvia Brandalise foi a primeira mulher a compor o Conselho da FEAC. Ela entende que a instituição presta “importantes serviços nas áreas social e educativa, em benefício das crianças e adolescentes, através de ações planejadas e mensuráveis, o que dá eficiência ao que é feito”. Para ela, a FEAC representa “um pilar de solidariedade” em Campinas.
www.boldrini.org.br

A diretoria executiva da FEAC no biênio 1977-78 era formada por José Francisco Bento Homem de Mello (presidente), Ângelo Mendes Correa (primeiro vice), Raul Guedes de Melo (segundo vice), José Carlos Valente da Cunha (terceiro vice), Osmar Gonçalves (diretor Tesoureiro), Renato Schroeder (diretor Secretário), Plínio Junqueira de Castro (diretor Financeiro), Darcy Paz de Pádua (diretor do Serviço Social e Psicologia), Sergio Barros Barreto (diretor do Departamento Jurídico), Carlos Novaes (Patrimônio) e Agostinho Toffoli Tavolaro (Relações e Divulgação)

Também foram criadas na década de 1970 outras importantes entidades, e que também seriam, em sua maioria, filiadas à FEAC. Casos do Centro Assistencial Cristo de Ama (de 1973) e da Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (Seta), de 26 de março de 1973. A Seta operava inicialmente no Taquaral, com a distribuição de roupas, alimentos, remédios e materiais escolares a cerca de 200 famílias. A filiação à FEAC aconteceu a 10 de março de 1974 e as atividades da Seta seriam depois muito ampliadas, com ações socioeducativas voltadas para crianças e adolescentes.

No final da década de 1970, e especificamente entre janeiro a março de 1979, foram filiadas à Fundação FEAC várias organizações ligadas a grupos espíritas. Era a cristalização do ideal comunitário e ecumênico que sempre regeu os destinos da FEAC. Foram elas: Grupo Espírita “Irmão Vicente”, o Centro Espírita “Allan Kardec”, a Creche “Mãe Luiza” e o Educandário Eurípedes. Antes, a 15 de março de 1977, foi fundada a Creche Mãe Cristina – Grupo Espírita Cairbar Schutel.

Em 1979 era criada a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crâniofacial (Sobrapar), por iniciativa do cirurgião-plástico Cássio Raposo do Amaral, que acabava de se especializar na França, e em pouco tempo se tornaria uma referência nacional e internacional no tratamento de deformidades da face, sendo a única instituição no país no gênero a fornecer tratamento gratuito.



José Francisco Bento Homem de Mello, presidente da Diretoria no biênio 1977-78
(Foto Arquivo FEAC)

SOBRAPAR, REFERÊNCIA INTERNACIONAL

O Dr. Cássio Raposo do Amaral teve o apoio fundamental, na fundação da Sobrapar, do professor John Marquis Converse, presidente da American Society of Facially Disfigured (hoje, National Foundation for Facial Reconstruction), ligada ao New York University Medical Center.

A Sobrapar funcionou inicialmente nas dependências do Hospital “Álvaro Ribeiro”, que atendia a população pediátrica de baixa renda de Campinas e região. De 1982 a 1990, com a colaboração do padre Santi Capriotti, a Sobrapar passou a funcionar nas Cruzadas das Senhoras Católicas.

Outro apoio determinante nos anos iniciais foi da Lateinamerika Zentrum, organização alemã com sede na cidade de Bonn, que apoia projetos de desenvolvimento humano em países da América Latina. E com uma importante colaboração do Sr. Michael Müller Habig, foi liberada a verba necessária para a construção do Hospital.

O Sr. Abraham Kasinski, presidente da Cofap, foi outra peça decisiva, pela doação de terreno ao lado do hospital das Clínicas – Unicamp e liderando um grupo de empresários para patrocinar a construção. O Hospital foi inaugurado em fevereiro de 1990 e a partir daí foi iniciado o atendimento ambulatorial. Em 1991, com o centro cirúrgico e o setor de internação devidamente equipados, passou a realizar as cirurgias de médio e grande porte. Atualmente são realizadas muitas cirurgias de alta complexidade. A proximidade com a Unicamp é um importante diferencial para a alta qualidade técnica oferecida.

A instituição é mantida com recursos oriundos do SUS, de várias organizações e contribuições pessoais e da comunidade. São mais de 25 mil prontuários de pacientes de todo Brasil, com forte presença de usuários da Região Metropolitana de Campinas e do sul de Minas Gerais.

A presidente da Sobrapar, Vera Raposo do Amaral, tornou-se a segunda mulher a integrar o Conselho da FEAC. Ela comenta:

– A parceria com a FEAC é muito importante para a Sobrapar. As capacitações técnicas, as assessorias prestadas pela FEAC, em várias áreas, contribuem para a qualificação de nossos serviços. E também temos recursos importantes como entidade conveniada. Fazer parte do Conselho da FEAC é uma honra. São pessoas preocupadas com o futuro da cidade, que estão permanentemente identificando os gargalos de desenvolvimento de Campinas e onde a instituição pode contribuir.

www.sobrapar.org.br



Raul Guedes de Melo, presidente da Diretoria Executiva no biênio 1979-80

Neste final dos anos 70, a Fundação FEAC somava 35 filiadas, incluindo Cadaf e Apot e outras organizações nascidas a partir de comunidades católicas, como o Serviço de Promoção Social da Paróquia de São Paulo Apóstolo e o Grupo de Oração e Esperança, dedicado a um trabalho de promoção social com mulheres na prostituição e respectivos filhos e famílias.

Em 1979 a FEAC ainda criou o Projeto Valorização do Idoso na Comunidade, em convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social. Encontros semanais de idosos em diversos bairros foram o foco inicial. No ano seguinte, o Projeto foi transformado no Programa de Atendimento Integrado à Terceira Idade, reunindo entidades e

serviços que trabalhavam com idosos. Não deixou de ser outra atividade pioneira, considerando o perfil demográfico brasileiro que mudaria bastante nas décadas seguintes, com aumento do número da população idosa.

Também em 1979, foi lançado outro projeto inovador, pelo Departamento de Serviço Social da FEAC, a Oficina de Brinquedos, idealizada pela pedagoga Ana Lúcia Rosseto Rocha. Instalada em casarão reformado da Fazenda, a Oficina visava construir e/ou reformar brinquedos para crianças de creches e demais entidades filiadas.

O projeto teve o apoio técnico de profissionais de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas e voluntários, basicamente jovens estudantes de segundo grau, das escolas EEPG Artur Segurado, EEPSP Dom João Nery, Colégio Notre Dame, Escola Comunitária de Campinas, Instituto Educacional Ave Maria e Colégio de Aplicação Pio XII. Os 78 voluntários jovens foram divididos em seis grupos.

A inauguração aconteceu a 6 de novembro de 1979. As doações foram tantas que foi planejado um novo salão para armazenamento. Somente nos meses finais de 1979 foram confeccionados 160 brinquedos, doados para usuários das instituições: Centro Cultural Louis Brasille, Lar dos 15 Irmãos, Casa da Criança Madre Anastácia, Convívio Aparecida e Casa da Criança de Sosas.

A diretoria executiva em 1979-80 era integrada pelo médico Raul Guedes de Melo (presidente), Gilberto Prado (vice), Saulo Monte Serrat (vice), o industrial Carlos Eduardo Müller (vice), o consultor empresarial Osmar Gonçalves (diretor financeiro), o médico Antônio Xavier de Lima Netto (diretor secretário), Renato Schroeder (diretor administrativo), o corretor de imóveis Carlos Novaes (patrimônio), o arquiteto Alberto Alexandre Nassralla (diretor de relações externas) e Darcy Paz de Pádua (Promoção Social).

NOTAS

1. MARTINS, José Pedro Soares, "FEAC – Biografia de um pacto social", Editora Átomo, Campinas, 2005, p. 100.
2. Idem, p. 101.
3. Ibidem, p. 107.
4. Ibidem, p. 112.
5. Ibidem, p. 121.

CAPITULO V

A METRÓPOLE QUE RECEBE INOVAÇÕES E O PRIMEIRO SHOPPING

“Um mundo para as crianças é aquele onde todas as crianças adquirem a melhor base possível para sua vida futura, têm acesso ao ensino básico de qualidade, incluída a educação primária obrigatória e gratuita para todos. É aquele onde todas as crianças e todos os adolescentes desfrutam de várias oportunidades para desenvolver sua capacidade individual em um meio seguro e propício.” (Um mundo para as crianças, documento resultante da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, maio de 2002).

Redemocratização em um contexto de grande crise econômica, diminuição do ritmo do crescimento populacional e urbano, emergência de novos desafios sociais e do drama representado pela Aids, aceleração dos índices de violência. Campinas sentiu todos os impactos do cenário social, político, econômico e cultural da década de 1980 no Brasil.

Diante do novo panorama, a FEAC buscou novos instrumentos de intervenção social, na década em que se fortaleceu em termos econômicos, em função da inauguração na Fazenda Brandina do primeiro shopping do interior do país, o Iguatemi. O número de entidades filiadas mais do que dobrou até o final dos anos 1980.

DEMOCRACIA E NOVA CONSTITUIÇÃO

A intensificação dos movimentos sociais, com o clímax na campanha das Diretas-Já, marcou a primeira metade da década de 1980 no Brasil, levando ao fim do regime militar. Esse espírito obviamente repercutiu em todas as ações sociais e cidades brasileiras, e não poderia ser diferente na Campinas que transitava a passos largos para ser uma das mais expressivas metrópoles desse país. Um comício no Largo do Rosário, centro de Campinas, no comecinho de 1984, aliás, foi um dos primeiros atos da grande campanha pelas Diretas-Já. Com a derrota da emenda das Diretas-Já, do deputado Dante de Oliveira, foi eleito por via indireta um novo presidente, Tancredo Neves, que não tomou posse, porque faleceu a 21 de abril de 1985. Tomou posse o seu vice, José Sarney.

Campinas tinha 665 mil moradores em 1980, o que a tornava a segunda cidade em habitantes do estado. Nessa década, o crescimento populacional na cidade seria bem

menos do que nas décadas anteriores, chegando a 2,2% ao ano, seguindo a tendência brasileira. A taxa média anual de crescimento populacional no país, que era de 2,9% nas décadas de 1960 e 70, caiu para 2,5% na década de 70 e para 1,9% nos anos 80, atingindo 1,3% no período 1991/96.

Entretanto, a crise econômica herdada do período ditatorial foi intensa no país todo, também repercutindo na Campinas já densamente povoada e urbanizada – a área urbana ocupada, de 114 milhões de m² em 1984 (cerca de oito vezes os 16,2 milhões de 1945), chegou a 129 milhões de m² em 1986. A violência cresce e aumenta o número de casos de jovens em conflito com a lei, situação que está na origem da criação, em 1980, pelo juiz Dr. Rubens de Andrade Noronha e o promotor Dr. Hermano Roberto Santamaria, do Centro de Orientação aos Menores de Campinas (Comec, depois transformado no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas).

COMEC, NOVO OLHAR PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

Depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Comec adequaria suas atividades à nova legislação, passando a oferecer dois programas, com base em sua sede na rua Abolição, no bairro Ponte Preta, bem perto do espaço onde está o primeiro reservatório de água potável de Campinas: o Liberdade Assistida (LA) e o Educação para e pelo Trabalho (ET).

O Liberdade Assistida dedica-se a receber os adolescentes infratores com Medida socioeducativa em Meio Aberto determinada pela Vara da Infância e Juventude. O Educação para e pelo Trabalho voltou-se para a capacitação de adolescentes de famílias de baixa renda, procurando inseri-los no mercado de trabalho e para isso o Comec estabeleceu parcerias e convênios com várias empresas privadas e órgãos públicos. Somente pela Bosch passaram mais de 100 jovens encaminhados pelo Comec, nos primeiros anos de existência do Programa de Educação pelo e para o Trabalho.

Na prática, e considerando o momento em que foi criado, o Comec se antecipou, portanto, à própria legislação, e desde o início sua atuação foi marcada pelo contexto geral de crise social no Brasil, com reflexos inevitáveis em Campinas. Em 2008 o Programa Educação para e pelo Trabalho se transformou no programa Aprendizagem Profissional, de modo a se adequar à Lei do Aprendiz. Em 2007 o Comec iniciou o programa de medida socioeducativa Prestação de Serviços à Comunidade. O Programa de Famílias é outra ação do Comec.

www.comec.org.br

Outras organizações nasceram em Campinas, naquele período rico de mobilizações sociais no Brasil. No mesmo ano de 1980 nasceu, no Jardim São Marcos, o Grupo Primavera, com o propósito de viabilizar atividades socioeducativas para meninas da região, que inclui os bairros Jardim Santa Mônica, Vila Esperança e Campineiro, entre outros. Com a liderança do casal John e Jane Sieh, o Primavera tornou-se uma referência nacional em seu segmento e em 1999 recebeu o Prêmio Bem Eficiente. Em 1981 foi fundado o Centro Educacional Integrado (CEI), visando possibilitar atendimento a pessoas com múltiplas deficiências, do nascimento à vida adulta.

GRUPO PRIMAVERA: NOVO TEMPO NO SÃO MARCOS

O Grupo Primavera oferece vários serviços para suas usuárias, como os programas Jovens Empreendedoras Fazendo a Diferença (construção de valores e empreendedorismo), Aquarela (desenvolvimento de linguagem, sociabilidade e personalidade), Jovens Empreendedoras no Mercado de Trabalho (iniciação ao mundo do trabalho), Pré-Primavera (fortalecer o desenvolvimento cognitivo e psicossocial) e Pacto (capacitação de jovens para ingresso em colégio técnico).

Além da função pedagógica, a Oficina de Produção Artesanal Primavera tornou-se uma importante fonte de sustentabilidade para a instituição e também de geração de renda para a comunidade. Desde o início da oficina, em 1981, quando eram utilizados apenas retalhos e recursos doados, as criações artesanais se destacam com qualidade e beleza. As bonecas confeccionadas pelo Primavera se transformaram em uma imagem importante da organização. Atualmente a entidade mantém uma Oficina de Produção com recursos tecnológicos que permitem uma organização profissional e eficiente, sem perder os aspectos singelos e criativos, marcas registradas dos produtos Primavera.



Formação para a vida, constante no Grupo Primavera
(Foto Estúdio Rildo Cundiev)

São mais de 500 jovens atendidas anualmente, mas a atuação do Grupo Primavera beneficia a mais de 2 mil moradores do Jardim São Marcos e Região. São mantidas parcerias com cerca de 20 escolas estaduais e municipais.

O presidente do Grupo Primavera, Edgar Garbade, tornou-se membro do Conselho Curador da FEAC em 2007. Desde então, estreitou os laços com a instituição, que ele já conhecia pelas parcerias com o Instituto Robert Bosch, do qual é presidente. Para ele, a FEAC “tem sido fundamental para a modernização da gestão das entidades sociais em Campinas”. Na sua opinião, a ativa participação no Compromisso Campinas pela Educação ratifica a postura da FEAC em atuar de modo proativo pelo desenvolvimento humano integral na comunidade.

www.gprimavera.org.br

Foi um período de proliferação de organizações de atendimento a crianças com deficiência, em um dos movimentos mais importantes registrados no Brasil que intensificou a luta pelos direitos de cidadania, e com grande impulso após o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981. Todas essas entidades seriam filiadas à Fundação FEAC.

Duas instituições também foram criadas para atuação na área da Síndrome de Down, e as duas com posturas inovadoras. O Centro de Educação Especial Síndrome de Down foi criado em julho de 1981 para atender aos portadores e respectivas famílias. A Fundação Síndrome de Down nasceu em 1985, desde o início com uma visão arrojada e inovadora em termos de proporcionar educação especial para os portadores durante a infância e adolescência.

FSD, PELA INCLUSÃO SOCIAL



Victor Azevedo Andreucci, exemplo de inclusão social associada à Fundação Síndrome de Down (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

A Fundação Síndrome de Down nasceu a partir da iniciativa de um grupo de médicos e outros profissionais, como o Dr. Ulysses Moraes de Oliveira, que almejavam um novo modelo de atenção e desenvolvimento para os seus filhos. A perspectiva adotada sempre foi a da inclusão plena e do desenvolvimento das capacidades dos portadores.

Um marco importante foi a realização em 2006 pela Fundação do 1º Fórum Internacional sobre Síndrome de Down – O Mundo Unido para Valorizar as Diferenças. Novas mudanças de paradigma surgiram a partir deste evento, como o encerramento das oficinas de trabalho que eram mantidas na própria instituição e a inclusão dos educandos no mercado de trabalho.

Em função do empenho pela inclusão plena na sociedade, conceito reforçado pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os direitos da pessoa com deficiência, da qual o Brasil tornou-se signatário em 2008, a Fundação passou a fortalecer a percepção de que uma das barreiras que impede a pessoa com deficiência a alcançar plena participação na sociedade está ligada à dificuldade de constituição de uma identidade própria. Com essa inquietação foi promovido em 2010 o II Fórum Internacional sobre Síndrome de Down – A Construção da Identidade na Relação com o Outro, que resultou em novos avanços na visão teórica e na prática da instituição.

Perto de completar 30 anos, a FSD mantém os serviços de Atenção às Famílias, Atenção Terapêutica, Apoio à Etapa Escolar, Apoio à Vida Adulta e Formação e Inserção no Mercado de Trabalho.

A presidente da diretoria da Fundação, Lenir dos Santos, entende que a Fundação FEAC tem sido “uma grande parceira na busca de uma cidade inclusiva”. Ela ressalta o trabalho da FEAC na capacitação das entidades conveniadas, para que elas se tornem cada vez mais “profissionalizadas em sua gestão e procedimentos”.

www.fsdown.org.br

São também deste momento a Casa de Repouso Bom Pastor (de dezembro de 1981), direcionada a atendimentos oncológicos em regime de abrigo, e a Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual (Pró-Visão), de maio de 1982, criada para possibilitar serviços à criança de famílias de baixa renda portadora de deficiência visual.

PRÓ-VISÃO, PELO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O trabalho com crianças portadoras de deficiência visual promovido por Terezinha von Zuben e Vilma Martins Machado está na origem da Pró-Visão. Uma pequena sala cedida pelo Colégio Batista foi o espaço original de atuação da Pró-Visão, enquanto uma academia localizada na vizinhança era o local das aulas de natação para os primeiros usuários. Entre eles estava a nadadora Fabiana Harumi Sugimori, que em 2000 ganharia uma

medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Sidney, na Austrália, na prova de 50 metros livres, classificada como a mais concorrida na modalidade.

A sede própria da Pró-Visão seria construída no início da década de 1990, com apoio comunitário e em terreno cedido pelo Município. Os equipamentos necessários ao desenvolvimento integral dos usuários, incluindo uma piscina, foram instalados no imóvel, localizado ao lado da sede do Centro Cultural Braille. A Lix da Cunha deu apoio à aquisição de terreno contíguo, propiciando que as vagas e serviços oferecidos fossem ampliados. A Pró-Visão oferece os serviços de Triagem, Avaliação pedagógica, Alfabetização em Braille, Reabilitação Visual, Terapia em piscina, Natação, Intervenção precoce, Atividades da vida diária, Orientação e Mobilidade, Atendimento/orientação às famílias, Acompanhamento escolar, Treinamento ocupacional – atividades profissionalizantes, Prestação de serviços a empresas (assessorias e consultorias), Impressão de material em braille e Cursos para formação de educadores e técnicos.

www.provisao.org.br

De forma geral, as organizações nascidas em meados da década de 1980 estavam direcionadas para responder aos desafios ligados à situação das crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade. E a maioria delas também seria filiada à FEAC, a exemplo das entidades do setor de atendimento a crianças especiais.

É o caso da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas (Apascamp), que nasceu em 8 de junho de 1986, por diversos profissionais com atuação voluntária como o otorrinolaringologista Luiz Miguel Chiriboga, natural de Quito, no Equador, e formado pela Unicamp.

APASCAMP, PELA VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Foi fundamental a participação, na criação da Apascamp, das famílias dos usuários do Centro de Pesquisa e Reabilitação Gabriel Porto (Cepre), vinculado à Unicamp. Os primeiros passos seguiram um roteiro de muitas organizações. Uma pequena sala, no prédio da Cruzada das Senhoras Católicas, na rua Dr. Quirino, no centro de Campinas, foi o território inicial de atuação da Apascamp, que atendia usuários diagnosticados em instituições hospitalares como Maternidade de Campinas, Hospital “Celso Pierro” da PUC-Campinas e Hospital de Clínicas da Unicamp.

Um dos serviços prestados seria a doação, quando possível, de aparelhos auditivos. A Apascamp foi depois instalada em área de 800 m² na Vila Teixeira. Em 1998 começou o serviço pedagógico, direcionado a acompanhar o usuário inserido na rede regular de ensino. Outros serviços seriam os cursos profissionalizantes, de marcenaria à informática, além do necessário curso de linguagem internacional de sinais.

Em toda sua história, a Apascamp já atendeu milhares de pessoas, com doação de aparelhos auditivos e reabilitação do deficiente auditivo. A sede própria conta com consultórios, equipamentos específicos para a área auditiva, cozinha industrial, oficina de artesanato, brinquedoteca e bazar comunitário.

São quatro programas estruturados. O Programa de Saúde Auditiva, que compõe o atendimento clínico, abrange os projetos de Audiologia Clínica e Otorrinolaringologia. O Programa de Reeducação Auditiva, que compõe o atendimento terapêutico, inclui os projetos de Audiologia Educacional, Apoio Pedagógico, Espaço Lúdico e Orientação em Libras. O Programa de Apoio Sociofamiliar e Integração Social, que compõe o atendimento à família e à comunidade, é integrado pelos projetos de Atendimento à Família, Bazar Comunitário e Oficina de Artesanato. E o Programa de Gestão Institucional, que compõe a gestão de recursos, é constituído por Telemarketing, Captação de Recursos, Captação de Voluntários e Eventos.

www.apascamp.org.br

Outra organização no mesmo segmento é a Associação de Desenvolvimento dos Autistas de Campinas (Adacamp), criada em maio de 1989 para atender crianças e adolescentes autistas, outro grupo historicamente vítima de preconceitos e que começou a sair da invisibilidade social na década.

ADACAMP, PIONEIRA NO ATENDIMENTO AO AUTISTA

A Adacamp é pioneira na região no atendimento integral ao autista e se tornou uma referência no setor. Os 180 usuários são atendidos por uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais, psiquiatras, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, educadores físicos, arte educadora e orientador musical. Uma das linhas é a inclusão no mercado de trabalho. Outra, a inclusão escolar.

O presidente da Adacamp, o cirurgião dentista Ricardo Jordão, assinala que as assessorias prestadas pela FEAC, em contabilidade e outras áreas, são fundamentais para a manutenção da entidade. Um dos dirigentes da Adacamp, Flávio Eduardo Lopes, passou a integrar a diretoria da FEAC no início do século 21, tornando-se ativo em várias iniciativas da instituição.
www.adacamp.org.br

No mesmo ano de 1984 da histórica campanha das Diretas-Já nasceu o Projeto Gente Nova (Progen), que funcionou nos primeiros tempos nos fundos da Casa das Irmãs Salesianas, no Jardim Garcia. As crianças e adolescentes que catavam sucata nas ruas dos bairros próximos foram os primeiros destinatários, e logo protagonistas, das atividades. Casa do Pãozinho era como o espaço ficou conhecido originalmente.

Um terreno na Vila Castelo Branco, da Arquidiocese de Campinas, recebido em 1985, foi o local onde se construiu a sede própria do Progen, já com uma horta comunitária. Convênios com a PUC-Campinas, Unicamp, FEAC, Centro Profissional Dom Bosco, Escola Salesiana, Senac e, depois, Petrobrás e Fundo Juntos pela Educação (Instituto Arcor Brasil e Instituto C&A), entre outras instituições, contribuíram para que o Progen se tornasse modelo em termos de promoção da cidadania e o protagonismo de crianças e adolescentes.

AIDS: NOVO DESAFIO

Em 1981, especialistas norte-americanos relataram os primeiros casos de Aids, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, doença gerada por um vírus que em pouco tempo podia ter efeitos devastadores para o sistema imunológico do paciente. Os primeiros casos conhecidos em Campinas foram diagnosticados em 1982. Os momentos iniciais foram de medo, impotência e de muito preconceito em relação aos atingidos pela doença.

Mas Campinas teria um papel importante para mudar esse olhar, com a criação do Centro de Controle e Investigação Imunológica “Dr. Antônio Carlos Corsini”. O médico homenageado pela nova organização era professor nos Departamentos de Microbiologia e Imunologia da Unicamp, e passou a coordenar um grupo pioneiro em estudar e difundir informações adequadas, despidas de preconceito, sobre a nova doença, estimulando atitudes de compreensão e cuidado com os portadores do vírus HIV.

O médico faleceu a 29 de janeiro de 1984, vítima de leucemia, mas três anos depois, a 20 de janeiro de 1987, o grupo de estudiosos que havia trabalhado com ele fundou então o Centro “Dr. Antônio Carlos Corsini”, que em função de sua atuação séria e

comprometida se tornaria referência nacional e internacional em sua área, como outras organizações nascidas na Campinas da vocação solidária.

CENTRO CORSINI, CRIANDO NOVOS PARADIGMAS



UAI, unidade do Corsini para as crianças (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Com a direção da Dra. Silvia Bellucci, o Corsini cresceu com o atendimento completo a portadores do HIV, em termos de infectologia, imunologia, psiquiatria e tratamento dentário. Campanhas preventivas de esclarecimento sobre a doença e para a superação de preconceitos, também passaram a ser promovidas pela organização, que utilizou de estratégias como um Disk-Aids.

Em julho de 1996, o Centro Corsini apresentou cinco de seus trabalhos na 11ª Conferência Internacional de Aids, no Canadá, ratificando a sua projeção internacional. Entre os projetos apresentados estava o de treinamento de dentistas para o tratamento de aidéticos e o Colmeia, de prevenção da Aids junto a mulheres pobres da periferia de Campinas e que teve grande apoio da FEAC.

A Fundação FEAC passou a patrocinar o Projeto Colmeia em 1995, depois do apoio inicial do Ministério da Saúde. Os Grupos de Mulheres vinculados às creches filiadas à rede FEAC foram os protagonistas principais do projeto. A FEAC ainda financiou a elaboração de uma cartilha com orientações sobre a Aids, e voltada para mulheres de famílias de baixa renda.

O Colmeia ganhou destaque nacional e internacional, entre outras razões porque demonstrou sua eficácia em um momento de radicais transformações no perfil da contaminação com o vírus HIV. Quando o projeto nasceu, em 1992, a contaminação de mulheres com o vírus ainda não era alarmante. Em 1991, para cada 15 homens infectados havia um caso de mulher identificada com o vírus. Entretanto, o perfil foi sendo alterado, e em 2000 já havia um caso de mulher contaminada para cada dois casos no sexo masculino, indicando a vulnerabilidade crescente no sexo feminino e ressaltando a relevância de ações como o Projeto Colmeia.

Em seus primeiros dez anos de atividades, o Projeto Colmeia beneficiou a mais de 100 mil pessoas com ações multiplicadoras de informação e formação sobre DST-Aids, nas estimativas do Corsini. Foram principalmente moradores de bairros de baixíssima renda de Campinas, sem outros recursos de informação do que as reuniões e palestras viabilizadas pelo projeto.

As crianças vítimas da Aids depois passaram a ser um dos focos prioritários do Centro Corsini. Em 1994 a organização inaugurou a sua Unidade de Apoio Infantil. Estimativas do Projeto Mundial para Órfãos, financiado pela Fundação John Snow, vinculada à Universidade de Harvard, indicaram a existência em Campinas de pelo menos três mil crianças órfãs da Aids naquele momento. O Corsini Itinerante foi outra iniciativa criada, tendo sido levada a locais como o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (março de 2001) e Creche Adélia Zornig, no Parque Valença II (setembro de 2001).

A Unidade de Apoio Infantil (UAI) foi instalada em uma área no Parque Taquaral de 3,2 mil m², cedida pelo Rotary Club de Campinas Leste e Prefeitura Municipal. Com a estrutura própria, o número de vagas na UAI, que funcionava em prédio alugado no parque São Quirino, foi ampliado imediatamente de 14 para 48. Os estudos iniciais do projeto tiveram a participação do arquiteto Antônio da Costa Santos, o prefeito de Campinas assassinado a 10 de setembro de 2001. Em homenagem a Santos a rua de acesso às casas da nova UAI receberia o nome de Rua da Pipa, o símbolo da campanha eleitoral do ex-prefeito.

“A FEAC é uma das principais parceiras da história do Centro Corsini”, afirma o seu presidente, o cirurgião dentista Luis Roberto Antunes. A Dra. Silvia Bellucci faleceu no dia 30 de dezembro de 2012, deixando um legado inestimável em termos de empenho pela criação de novos paradigmas relacionados à Aids.

O Corsini tem 7 mil usuários cadastrados. A entidade presta 11 mil atendimentos anuais, por meio de exames diagnósticos, atendimento multidisciplinar e de ações para o fortalecimento individual e familiar visando a inclusão social. E também realiza atendimento de portadores de Hepatites Virais e outras IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

www.centrocorsini.org.br

Também no terreno sensível do atendimento a vítimas da Aids, foram criadas outras organizações em Campinas, como a Casa de Apoio “Esperança e Vida” (Agaevi), fundada em fevereiro de 1990 pelo sociólogo Roberto Geraldo da Silva, o Robertinho,

no Jardim Anchieta. A Esperança e Vida manteve-se e cresceu graças ao apoio comunitário, em especial de um enorme grupo de voluntários. Em junho de 2000, a Esperança e Vida foi a única ONG brasileira que participou do seminário latino-americano Famílias Afetadas pelo HIV/Aids, em Buenos Aires, Argentina.

Esperança e Vida oferece um Centro de Atendimento, Palestras de Prevenção, Enfermagem 24 horas, Comunidade Terapêutica, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Serviços Odontológico e de Nutrição, Serviço Social, Alfabetização de Adultos, Fisioterapia e Espiritualidade. Também é conveniada à FEAC.

FEAC: DESCENTRALIZAÇÃO E CRESCIMENTO

O apoio importante ao Centro Corsini foi apenas mais um exemplo de como a FEAC procurou sempre atualizar a sua intervenção, estando atenta aos novos desafios sociais. Assim, em uma cidade pré-metrópole, a Fundação FEAC implantou nos anos 1980 um Programa de Regionalização, visando descentralizar as atividades. Polos regionais passaram a reunir as entidades filiadas, de acordo com a divisão administrativa do Município introduzida pela Prefeitura no primeiro governo de José Roberto Magalhães Teixeira.

A regionalização, visando maior enraizamento na comunidade e efetividade do trabalho social, já era um caminho trilhado pela FEAC, com o apoio a ações como a estruturação de um Centro Comunitário no Jardim Santa Lúcia. A organização derivou do núcleo implantado na esfera do Plano de Integração do Menor na Comunidade (Plimec), desenvolvido pelo Governo Estadual desde a década de 1970.

Um projeto-piloto havia sido implantado no bairro Mangabeira, em Recife (PE), pela Funabem. O Plimec visava ações educativas nos próprios bairros, além de ações com as famílias, objetivando prevenir o trabalho informal de crianças e adolescentes – já indicando, portanto, a preocupação com o trabalho infantil.

Em Campinas o contingente inicial de 960 jovens era o universo visado pelo Plimec. A FEAC foi contratada para administrar o projeto, sendo desta forma a gestora dos recursos encaminhados pelo Governo Estadual.

O Plimec era desenvolvido em três níveis: Programa de Educação Complementar para Menores (Precom), Programa de Educação Complementar para Pais (Precop) e Programa de Atuação Indireta (Prai). Inicialmente foram atendidos 400 crianças e adolescentes, com envolvimento de 30 pais. Os núcleos eram coordenados por voluntárias. A partir de 1977, o Plimec iniciou sua atuação no Jardim Santa Lúcia.

A 14 de junho de 1976 o presidente da FEAC, Gilberto Prado, enviou carta ao secretário da Promoção Social do Estado, Mário Altenfelder Silva, com informações sobre os monitores do Plimec, em fase de contratação, em regime de bolsa de estudos.

O Plimec foi desestruturado no início da década de 1980 pelo Estado, novamente no governo de Paulo Maluf, e o núcleo do Jardim Santa Lúcia passou a ser mantido integralmente pela FEAC. Foi sob este respaldo que houve a transição para a institucionalização do Centro Comunitário, em outubro de 1985. Diversas ações que resultaram em melhorias para o Jardim Santa Lúcia nasceram a partir do Centro Comunitário. Todo o processo foi acompanhado de perto pela pedagoga Maria Bernadete Gonçalves de Souza, contratada a 1º de fevereiro de 1979 pela FEAC e que já havia trabalhado no Plimec em Capivari, Rafard e Itatiba. Posteriormente Bernadete assumiria, no início do século 21, o cargo de gestora do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE) da FEAC.



Dr. Darcy Paz de Pádua preside reunião de estruturação do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (Foto Arquivo FEAC)

CC SANTA LÚCIA, A SERVIÇO DA COMUNIDADE

Em 1983 havia sido lavrada Escritura Pública de Concessão de Uso, que o Município de Campinas concedia à FEAC o direito de uso de prédio localizado no loteamento Jardim Santa Lúcia, com área de 1.030 m², com o objetivo de implantação e manutenção do Plimec.

Criado no final de 1985, o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia participou, por exemplo, do Projeto BID, coordenado pela FEAC entre 1994 e 1998, integrou-se ao Projeto Educação para o Trabalho e passou a oferecer oficinas profissionalizantes e de informática.

“A FEAC foi decisiva para a criação do Centro Comunitário e para o crescimento do trabalho”, afirma Terezinha de Fátima Carneiro da Silva. Ela é presidente do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, tendo acompanhado toda a trajetória da instituição e da própria formação do bairro.

Ela deixou o Paraná com o marido e três filhos no início da década de 1980, quando uma forte crise econômica atingiu em cheio a região de Londrina. Vieram para Campinas sem emprego ou moradia definidos, mas com muita esperança na bagagem. Instalaram-se precariamente na região do Santa Lúcia, então um bairro ainda em formação, em transição para uma zona urbana.

Terezinha tem estado presente, portanto, em toda a trajetória do Centro Comunitário, que em sua opinião foi fundamental para as melhorias que o bairro alcançou nas últimas décadas. E ela é um exemplo do sentido de cidadania que o Centro Comunitário passou a disseminar no bairro, estimulando a participação da população na construção de seu destino. Ela chegou a Campinas sem saber ler e escrever, mas se alfabetizou, fez supletivo e tornou-se Bacharel em Direito.

Hoje o Centro Comunitário oferece vários programas para crianças e adolescentes, Centro de Convivência para grupos de mulheres e idosos, artesanato, ginástica adaptada, oficinas de vôlei, futebol, handebol e judô, entre outros. O Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica, por sua vez, inclui acolhimento, atendimento psicossocial, grupos operativos, oficinas de artesanato. A Petrobrás é uma das novas parceiras, enquanto a FEAC continua em seu apoio, como acontece desde o início.

www.ccjsantalucia.org.br

Na mesma linha do apoio a ações comunitárias, a FEAC incentivou a criação nos bairros, na primeira metade dos anos 80, de Grupos de Terceira Idade, pensados para fomentar a total integração dos idosos na comunidade, em uma perspectiva crítica e ativa. Durante muitos anos o trabalho com a Terceira Idade na Fundação FEAC teve a coordenação de Jacy Padilha Accordi, uma das assistentes sociais de maior destaque na história da instituição, onde ingressou em 1975.

A Fundação FEAC também participou de forma ativa, desde 1986, do grupo de trabalho estruturado, visando a implantação de uma Central de Atendimento a Migrantes, Itinerantes e Mendicantes (Camim) em Campinas. A mendicância continuava sendo uma questão social relevante, diante do crescimento populacional expressivo das décadas anteriores e da migração intensiva (Campinas recebeu 300 mil novos moradores entre 1960 e 1990).

A Sociedade Amiga dos Pobres-Albergue Noturno foi durante muito tempo a organização que acolhia os migrantes e itinerantes, sendo mantida em função de convênio com a própria FEAC e a Prefeitura. A FEAC tinha a experiência de ter coordenado a Campanha de Erradicação da Mendicância, de meados da década de 60, e atuou diretamente no processo de criação do Camim, em 1989. Na administração municipal de 1989-92, de Jacó Bittar, o Camim foi municipalizado, mas continuou recebendo apoio da FEAC e do Estado.

Em 1986 a Fundação FEAC somava 49 entidades filiadas, incluindo aquelas filiadas na primeira metade dos anos 80, como o Centro Assistencial “Cândida P. Queiroz Martins”, Grupo de Servidoras “Lea Duchovni”, Sociedade Pestalozzi de Campinas, Casa da Criança Meimei, Centro Nossa Senhora Misericórdia-Creche Ambulatório “Cláudio Souza Novaes”, Casa de Repouso Bom Pastor, Centro de Orientação ao Menor de Campinas, Creche “Ilce da Cunha Henry”, Sobrapar, Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Parálitica, Centro Educacional de Assistência Social Meninos Jesus de Praga, Grupo Espírita C.S.-Creche Mãe Cristina, Sociedade Pró-Menor de Barão Geraldo, Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami) e Centro Infantil “Tia Nair”, creche de Valinhos, primeira filiada de cidade vizinha a Campinas.

NOVO CICLO, COM O SHOPPING IGUATEMI

Um novo ciclo na história da Fundação FEAC seria aberto com a inauguração do Shopping Center Iguatemi e do Hipermercado Eldorado na Fazenda Vila Brandina, possibilitando a ampliação e fortalecimento do trabalho social junto às entidades sociais e cidade de forma geral. Por contrato, a FEAC passou a receber um percentual do capital movimentado, procedente da implantação dos dois empreendimentos.

Desde meados da década de 1970 estava em curso um projeto de implantação de Shopping Center na área da Fazenda Brandina. Originalmente os entendimentos foram feitos entre a direção da FEAC e a Construtora Alfredo Mathias S.A., que confirmou seu interesse no empreendimento naquele local. Mathias foi apresentado à direção da FEAC por Gilberto Prado.

O lançamento do Shopping Center Iguatemi Campinas aconteceu em coquetel no dia 15 de janeiro de 1979, oferecido pela FEAC e a Construtora Alfredo Mathias. Foi às 19 horas de uma segunda-feira, no Hotel Vila Rica, rua Donato Paschoal, 100. O objetivo era começar a atrair os lojistas para o primeiro shopping do interior do Brasil.¹

A construtora passou a enfrentar dificuldades financeiras no período de implantação, e o projeto foi transferido para o Grupo La Fonte, sob a direção de Carlos Jereissati. Efetivamente inaugurado em 1980, o Shopping Center Iguatemi Campinas se tornou a principal fonte de recursos para a Fundação FEAC manter seus projetos e propiciar repasse a entidades através de convênios. Em 1988 foi inaugurado o Hipermercado Eldorado (depois Carrefour), ao lado do Iguatemi, e que também representou fonte de recursos para a FEAC. Iguatemi e Eldorado também passaram a receber as Feiras de Artesanato promovidas entre a FEAC e os Clubes de Mães.

Pela dimensão do empreendimento, a inauguração do Iguatemi Campinas, em 6 de maio de 1980, contou com a presença de grandes nomes da política nacional. O governador José Maria Marin e o senador José Sarney estiveram presentes, assim como o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

A instalação do Iguatemi na Fazenda Brandina provocou muitas mudanças na estrutura de funcionamento da FEAC, com amplo impacto na sua atuação social. Foram promovidos seminários internos, para avaliar esse impacto e projetar o futuro. O Jornal da FEAC foi totalmente reformulado, sob a supervisão da empresa Brésia & Castanho.

Em 1980, ano da inauguração do Shopping, a FEAC arrecadou Cr\$ 8,3 milhões, dos quais Cr\$ 7,8 milhões foram destinados às entidades filiadas, cerca de 40 na época. Também neste ano foi encerrado o prazo de concessão de área da FEAC para construção de unidades da Febem. O acordo caducou por decurso de prazo.



Dr. Nelson Noronha Gustavo Filho, que redigiu novos contratos do Shopping Iguatemi com o Grupo Jereissatti em 1979 (Foto arquivo FEAC)

ANO DO DEFICIENTE

1981 foi o Ano Internacional do Deficiente, proposto pela ONU. Foi um marco em termos de sensibilização e mobilização para a inclusão das pessoas com deficiência. Até então o tema era tabu, o deficiente era praticamente confinado no interior de suas casas. O Ano colocou o tema da inclusão da pessoa com deficiência na ordem do dia.

A FEAC integrou a Comissão Municipal do Ano Internacional, e promoveu várias atividades como a doação de 1000 cartazes de divulgação. A grande atividade foi a produção, com financiamento pela FEAC, do filme “Um raio de luz”, com roteiro e apresentação pela professora Marilda Novaes Lipp, coordenadora dos cursos de Pós-Graduação em Psicologia na PUC-Campinas.

Ao longo de seus 50 anos, a FEAC dedicou olhar especial para a inclusão das pessoas com deficiência. As principais organizações do setor em Campinas se filiaram à Federação, constituindo uma rede e, na prática, fórum importante de reflexão e ação.

APOIO AO HOSPITAL ÁLVARO RIBEIRO

A FEAC fez um investimento importante em 1981. Adquiriu o imóvel (por Cr\$ 24 milhões) onde estava a unidade anterior, na rua José Paulino, e ainda destinou Cr\$ 4,2 milhões para a conclusão das obras da nova unidade do Hospital Álvaro Ribeiro. A Prefeitura havia prometido doar Cr\$ 10 milhões para o novo hospital, mas só tinha destinado R\$ 2 milhões. As obras do novo Hospital Álvaro Ribeiro, a cargo da Construtora Penteado de Freitas, estavam estimadas em Cr\$ 33 milhões. Com a operação conduzida pela FEAC, o novo hospital pôde ser inaugurado. Foi ainda concedido em 1981 um empréstimo para a construção da nova panificadora do Educandário Eurípedes.

Uma grande campanha de divulgação da FEAC foi desencadeada em 1981, elaborada pela empresa Bréscia & Castanho e que contou com o apoio da mídia local e regional. A TV Campinas abriu vários espaços. O jornal cinematográfico “Gente”, contando o trabalho da FEAC e filiadas, foi exibido em todos os cinemas de Campinas por 90 dias. Mala direta e outros recursos foram utilizados.

A campanha repercutiu em novo incremento na arrecadação. Apenas a IBM doou Cr\$ 603 mil, uma das maiores doações feitas de uma só vez para a FEAC. De emendas do Legislativo Federal foram recebidos Cr\$ 45 mil, pelos deputados Natal Gale, Herbert Levy e Carlos Nelson Bueno. Outros que colaboraram, com versas, móveis e outros itens, foram: Banco Bozano Simonsen, Equipav, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Antônio Soares, Banco Itaú, Tubella S.A e Refrigerantes Campinas.

O número de filiadas também cresceu. Filiaram-se nesse ano ou entraram em processo de filiação o Centro Assistencial Cândida Penteado Queiroz Martins, Centro Espírita “Cairbar Schutel”, Instituto de Pedagogia Terapêutica “Norberto de Souza Pinto”, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Casa da Criança Meimei, Creche Ilce da Cunha Henry e Creche Lar Ternura.

Finalmente foi publicado no Diário Oficial da União, de 31 de julho de 1981, o Decreto Lei 86.238/81, declarando a FEAC “Órgão de utilidade pública federal”. Era o reconhecimento de luta iniciada em 1969, quando o pedido foi feito. Do mesmo modo, no dia 12 de novembro foi expedido pelo Ministério da Educação e Cultura o Certificado de Fins Filantrópicos à FEAC. O certificado facilitava os convênios com o poder público.

Para divulgação dos produtos confeccionados pelos Clubes de Mães, além da divulgação da FEAC e filiadas, foi cedida pelo Grupo Jereissati uma loja no Shopping Iguatemi. A Feira de Artesanato foi realizada a 13 de novembro, na “loja da FEAC”.

A Fazenda Brandina continuava produtiva. Somente em 1981 ela produziu 54 toneladas de algodão, resultando em Cr\$ 1,6 milhão. O rebanho bovino era de 85 cabeças, entre adultos e bezerros.

Para ocupar a gerência administrativa da FEAC foi contratado, em 1981, Cleso Dias. Com isso, o funcionário Pedro Zaghi assumiu a gerência de recursos externos, que abrangia campanha de divulgação e arrecadação de fundos. O advogado Elias Antônio de Oliveira também foi contratado para o Departamento Jurídico, para auxiliar Edda R. Alguin Liffiton. O jornalista Adir Gigliotti foi contratado para a Assessoria de Imprensa.

A assistente social Jacy Padrilha Accordi foi indicada em 1981 como membro permanente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Ela era responsável pelas ações com idosos na FEAC e em julho participou da 4ª Jornada Médico-Social da Terceira Idade, proferindo conferência a convite do Movimento Pró-Idoso.

A diretoria executiva para 1981-1982 era composta por Gilberto Prado (presidente), Saulo Monte Serrat (1º vice), Carlos Eduardo Muller (2º vice), depois substituído por José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho), João Baptista Calixto (3º vice), Osmar Gonçalves (Finanças), Maria do Carmo de Arruda Toledo (secretária), Darcy Paz de Pádua (Serviço Social), Emilio Fernandez Olmos (Divulgação e Campanhas), Carlos Novaes (Patrimônio) e Renato Schroeder (Administração).

O conselheiro Carlos Foot Guimarães, um dos pioneiros da constituição da FEAC, faleceu nesse ano. O seu nome, por iniciativa da instituição, foi dado a uma praça na Vila Brandina, conforme aprovação pela Câmara Municipal.

CARTÕES DE NATAL

A Campanha Cartões de Natal FEAC também se tornou, a partir de sua implantação em 1984, outra importante fonte de recursos de final de ano, período crítico para a gestão financeira das entidades sociais. Inspirada em um trabalho da Children's Aid, a Campanha Cartões de Natal FEAC foi inicialmente coordenada pela jornalista Joana Ballis.²

Houve importante envolvimento de artistas plásticos de várias cidades na campanha, por meio de um concurso anual realizado pela FEAC. Os cartões escolhidos eram então comercializados nos finais de ano, em benefício das entidades filiadas. Em 25 anos, foram mais de 10 milhões de cartões comercializados. O projeto foi interrompido, em função das transformações sociais promovidas pela Internet.

No biênio 1983/84, quando começou a Campanha de Cartões de Natal FEAC, a diretoria era composta por Gilberto Prado (presidente), Saulo Monte Serrat (1º vice), Osmar Gonçalves (2º vice), Sérgio Barros (3º vice), João Batista Calixto (Diretor Administrativo), Darcy Paz de Pádua (Promoção Social), Leonardo Goldstein (Financeiro), Paulo Abreu Ribeiro (Patrimonial), Luis Norberto Pascoal (Relações Externas e Divulgação) e Renato Schroeder (Diretor Secretário).

A Campanha de Cartões de Natal foi consolidada, a partir do biênio 1985/86, quando a diretoria executiva da FEAC era composta por Osmar Gonçalves (presidente), Darcy Paz de Pádua (1º vice), Sérgio Barreto (2º vice, depois substituído por Nelson Noronha Gustavo Filho), Paulo Abreu Ribeiro (Diretor Financeiro), Lino Tatto (Assuntos Externos), Saulo Monte Serrat (Promoção Social), Luiz José de Carvalho de M. Matos (Patrimonial), João Batista Calixto (Administrativo) e Renato Schroeder (Diretor Secretário).

CRIANÇAS E A VIOLÊNCIA

A preocupação com a violência contra crianças marcou a segunda metade dos anos 1980 em Campinas. Várias iniciativas nasceram para enfrentar o desafio, em consonância com o avanço do debate sobre crianças e adolescentes associado à elaboração da Constituição de 1988.

Outra organização pioneira em Campinas, criada já em 1980, era a Associação Beneficente 13 Pais-Lar Criança Feliz. A entidade estaria voltada para o atendimento a crianças vítimas de maus tratos.

Outra ação pioneira partida de Campinas foi a criação, em 1985, do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami), voltado para atender as crianças vítimas das diversas modalidades de violência doméstica.

CRAMI, VISIBILIDADE PARA UM TEMA TABU

A dimensão do drama da violência doméstica, até então um tabu na sociedade brasileira, pode ser ratificada pelos números registrados pelo Crami. Somente nos 10 primeiros anos de atividades foram atendidos mais de 5 mil casos de violências domésticas cometidas contra crianças. E desde o início o Crami afirmava que esta era apenas a ponta do iceberg.

Entre 6 a 8% eram de casos de abusos sexuais. Os próprios pais foram citados como responsáveis por 27% dos casos de abuso sexual contra os filhos. Com seu prestígio, o Crami passaria a coordenar, no início do século 21, uma rede nacional de organizações que lutam contra a violência a crianças e adolescentes. O modelo do Crami de Campinas foi seguido em várias cidades.

A FEAC sempre deu apoio integral ao Crami. A sua sede própria foi construída em terreno cedido pela FEAC por comodato, na Fazenda Vila Brandina. “Além do apoio técnico, sempre essencial, os recursos financeiros derivados da FEAC são muito importantes para a sustentabilidade da entidade”, diz a coordenadora do Crami, Suely Guirado.

Através de sua equipe multidisciplinar altamente qualificada, o Crami avalia casos de violência doméstica encaminhados pelo Conselho Tutelar. Os profissionais promovem um diagnóstico da situação da família e da criança ou adolescente. A equipe realiza então um acompanhamento sociofamiliar, com atendimento psicossocial. Atualmente são atendidas cerca de 170 famílias e aproximadamente 400 crianças ou adolescentes, de até 18 anos incompletos.

www.cramicampinas.org.br

Em 1988 começou a funcionar a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas. Mais um indicativo de como a questão da infância e da juventude assumia papel protagonista, naquela fase de redemocratização do país, e a FEAC não ficou de fora, pelo contrário, dessa discussão que resultaria no ECA, de 1990.

ECA E LEI ORGÂNICA

A FEAC participou intensamente de todas as discussões relacionadas à formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que efetivamente tornou as crianças e adolescentes sujeitos de direitos, depois de cinco séculos de Brasil.

Em Campinas, o debate para elaboração da Lei Orgânica do Município também contribuiu para nutrir a reflexão coletiva sobre o estado da infância e juventude na cidade.³

Neste biênio, 1987-88, a diretoria executiva da FEAC era presidida por Luis Norberto Pascoal, tendo ainda como componentes Darcy Paz de Pádua (1º vice), Edwards de Oliveira Demarco (2º vice), José Carlos Tannuri Veloso (3º vice), Paulo de Abreu Ribeiro (Diretor Financeiro), Augusto Fernando de Barros Pimentel Filho (Patrimonial), Tadeu Silva Gama (Administrativo), João Loureiro (Relações e Divulgação), Antônio Orlando (Promoção Social) e Renato Schroeder (Secretário).

A elaboração do ECA derivou da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Em função do empenho de organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), e de especialistas como o educador Antônio Carlos Gomes da Costa, os juristas Edson Seda, Antônio Fernando do Amaral e Silva e Benedito Rodrigues dos Santos, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Constituição de 1988 já incluía, de forma pioneira, as diretrizes da Doutrina da Proteção Integral, que seria consolidada em esfera mundial com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

O histórico artigo 227 da Constituição brasileira, de 5 de outubro de 1988, antecipou portanto a própria Convenção ao estabelecer: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Como Antônio Carlos Gomes da Costa revelou ao autor deste livro, em entrevista no seu escritório em Belo Horizonte, essa ampla expressão, “quase um poema” segundo o educador mineiro, foi formulada com a participação do escritor Deodato Rivera.

E foi a partir da formulação do artigo 227 que foi construída a espinha dorsal do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto seria elaborado para regulamentar os termos da Constituição relativos à Criança e Adolescência. O mesmo aconteceria com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de fevereiro de 1993.

Grupos de reflexão foram criados nas principais cidades do país, para apresentar sugestões ao ECA. O Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente (Geca) foi implantado em Campinas a 6 de abril de 1988, antes portanto da promulgação da Constituição, mas já tendo como horizonte a estruturação do ECA.

O ECA foi efetivamente promulgado em outubro de 1990, pelo presidente Fernando Collor de Mello, e a partir de sua publicação ele teria que ser regulamentado por leis específicas em nível municipal. Um projeto de regulamentação do ECA no município de Campinas foi discutido em 1991, prevendo, entre outros pontos, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de fato implantado na cidade em 1994.

Em novembro de 1991 foi igualmente criado o Fórum Municipal Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acompanhar a atuação do CMDCA e a execução das políticas públicas do setor foram as motivações para a criação do Fórum Municipal, formado por representantes de várias organizações ligadas à questão da infância e juventude.

Foi neste contexto que nasceu a Fundação Educar DPaschoal, criada em 1989, e que seria grande parceira da FEAC em ações educacionais. Apenas em seus primeiros dez anos de atividades, a Fundação Educar DPaschoal apoiou mais de 320 organizações da sociedade civil em suas regiões de atuação, incluindo hospitais, asilos, clínicas de reabilitação física e mental e instituições diversas de educação e amparo à criança. Milhares de livros de cunho educativo, disseminados em todo país, também foram publicados pela Fundação Educar DPaschoal, igualmente incentivadora do trabalho voluntário e do Trote Cidadão, que passou a ser observado em todo território nacional.

Outra organização criada em 1989 foi o Grupo Comunitário Criança Feliz, por iniciativa dos próprios moradores da Vila Brandina. Sempre com apoio da FEAC, o Grupo desenvolveria múltiplas atividades, sobretudo em termos de ações socioeducativas para crianças e adolescentes do bairro onde está a sede da FEAC.

No final da década de 1980 a FEAC contabilizava 53 entidades filiadas, incluindo o Centro Educacional Integrado, o Centro Boldrini, o Centro Assistencial “Romília Maria” e o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

25 ANOS DA FEAC

Os 25 anos da FEAC foram comemorados em grande estilo em 1989. Na sessão de 23 de abril, a Câmara Municipal de Campinas aprovou voto de congratulações da vereadora Arita Damasceno Pettená. Na Assembleia Legislativa de São Paulo foi aprovado requerimento do deputado Luiz Máximo, com voto de congratulações. Nos dias 1 e 2 de dezembro houve uma grande Reunião de Federações de Obras Sociais no auditório da FEAC. Muitas delas haviam sido criadas por inspiração da própria FEAC.

A diretoria executiva da FEAC no biênio 1989-90 era composta por Luis Norberto Pascoal (presidente), Antônio Leite Carvalhaes (1º vice), Lino Tatto

(2º vice), Saulo Monte Serrat (3º vice), Antônio Fernando Barros Pimentel Filho (Diretor Patrimonial), Paulo Abreu Ribeiro (Financeiro), Edwards de Oliveira Demarco (Administrativo), Antônio Orlando (Promoção Social), João Loureiro (Relações e Divulgação), Renato Schroeder e Pedro Francisco de Abreu Filho (Diretores Secretários).

NOTAS

1. MARTINS, José Pedro S., “FEAC – Biografia de um pacto social”, op. cit, p. 138
2. Idem, p. 157.
3. Ibidem, p. 163.

CAPÍTULO VI

MULTIPLICAÇÃO DE DESAFIOS SOCIAIS NA NOVA METRÓPOLE

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, artigo IV).

A edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deflagrou uma nova dinâmica em termos da mobilização da sociedade brasileira em favor dos direitos da infância e juventude. Se o artigo 227 da Constituição de 1988 finalmente considerava crianças, adolescentes e jovens como cidadãos de direitos, o ECA propiciou o roteiro para que organizações não-governamentais e empresariais, Conselhos de Direitos e Tutelares (novidades absolutas na legislação brasileira), juizados e promotorias da infância e juventude, e também o próprio poder público, passassem a olhar de outra forma a situação da infância e juventude, tomando medidas na linha da estruturação e manutenção de uma rede de proteção na esfera dos municípios.

Neste cenário, a FEAC também modificou de modo significativo a sua forma de atuação, em função dos novos horizontes abertos pela Constituição Cidadã e pelo ECA. Se a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas já tinha assumido, desde o início, a prioridade de atuação em defesa de crianças, adolescentes e jovens, com o ECA os caminhos a seguir estavam muito mais claros. E a FEAC pôde buscar a implementação de projetos próprios e em parceria para que, no território de Campinas, os direitos finalmente consagrados em lei fossem de fato respeitados. Foi a década da infância e juventude, e como sempre ocorreu em sua trajetória a FEAC buscou se adaptar para atuar de forma adequada na nova realidade social e política brasileira.

CIDADE METROPOLITANA

O próprio cenário urbano de Campinas, no início da década de 1990, ensejava a necessidade de uma remodelação das ferramentas de atuação da FEAC e de todo o conjunto das forças sociais locais. Em 1991 Campinas somava 833 mil moradores, apontando claramente para uma cidade em vias de metropolização, pelo seu porte e pela integração efetiva com cidades vizinhas, como Hortolândia, Paulínia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Se a Região Metropolitana de Campinas (RMC) viria a ser consagrada em lei somente em 2000, ao longo da década de 1990 a metropolização já existia de fato, com milhares de pessoas transitando diariamente entre as cidades conurbadas, em função do trabalho, de questões educacionais ou de saúde.

Muitos municípios procuraram inovar em termos de gestão, em sintonia com a nova realidade social e política aberta com a Constituição de 1988. Campinas foi um deles, com a criação, na administração 1993-96, do Programa de Renda Mínima, direcionada à complementação da renda de famílias carentes. Pelo seu pioneirismo, esse Programa é apontado por muitos estudiosos como a origem da polêmica Bolsa-Família, um dos principais programas sociais do Governo Federal nos últimos 20 anos.

O Programa de Renda Mínima foi um dos efeitos da determinação do governo de José Roberto Magalhães Teixeira-Edivaldo Orsi em transformar Campinas em um dos primeiros municípios brasileiros a aderir ao Programa Município Saudável, iniciativa da Organização Panamericana da Saúde (Opas) e Organização Mundial da Saúde (OMS). O Programa indicava um conjunto de ações, em diferentes áreas, como Educação, Saúde, Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, para que um Município pudesse ser efetivamente classificado como saudável.

As crianças, os adolescentes e os jovens representavam a missão assumida por muitas organizações criadas na década de 1990, a primeira década dos direitos da infância e juventude efetivamente assegurados no Brasil.

Entre outras instituições, foram criados o Núcleo Assistencial Educacional da Criança e Adolescente (Naëca), o Serviço Social Nova Jerusalém (atendimento a criança e adolescente, pré-escola, reforço escolar e alimentar) e o Centro Promocional Tia Ileide de Assistência à Criança e à Família (CPTI), que se tornaria, pela excelência de seus trabalhos, referência na região do distrito de Nova Aparecida.

CPTI, PELO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL



No Centro Tia Ileide, contato com a música é permanente (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

Em 1990, em uma área de ocupação no distrito de Nova Aparecida, região Norte de Campinas, a moradora Maria Ileide Martins idealizou um local onde as mães pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Era a semente do Centro Promocional Tia Ileide (CPTI), que se tornaria uma referência para a comunidade local e na área social na cidade.

A data oficial de fundação é 27 de junho de 1992, poucos dias depois, portanto, da histórica Conferência Eco-92, no Rio de Janeiro, onde foram renovados os sonhos de um mundo novo, de justiça e real qualidade de vida. O CPTI se estruturou e cresceu, sob a direção de Sylvia Leeven, em cuja casa trabalhava a Tia Ileide – homenageada com o nome da nova entidade. Ela teve o apoio fundamental do marido, Rolf Leeven, dirigente da Bosch.

Atualmente o CPTI mantém um Programa Sociofamiliar, que atende diretamente 434 famílias da região, nos serviços de Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional e, de forma associada ao SUAS em Campinas, de Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Programa Socioeducativo, por sua vez, atende no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a 525 crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos e suas famílias. O Serviço é mantido nas unidades do CPTI da Vila Mendonça, Shalon e Vila Francisca. O CPTI também mantém os projetos Allegro – Música e Cidadania, Movimento e Cidadania – Esportes, Metamorfose – Preparo para a Vida Profissional, Do Palco para a Vida – Teatro, Dança e Cidadania – Balé e – homenageando a primeira dirigente e impulsionadora - Nas Asas da Leitura – Biblioteca Interativa e Comunitária Sylvia Leeven, todos em parceria com organizações sociais e empresas e participação de Leis de Incentivo Fiscal.



Movimento e Cidadania é um dos projetos do CPTI (Foto Estúdio Rildo Cundiev)

O voluntariado sempre foi muito importante na história do CPTI e foi através da atuação voluntária que chegou à instituição o engenheiro de alimentos Rodrigo Otávio Teixeira Neto. Ele trabalhou por muitos anos como pesquisador no Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), onde foi diretor geral, e tornou-se voluntário do CPTI, onde a esposa, Lúcia Teixeira, coordena o projeto de balé.

Atual presidente do CPTI, Rodrigo afirma que tem sido fundamental a parceria com a FEAC, pelo apoio técnico e financeiro que esta instituição proporciona. É o atual presidente do Conselho de Entidades Conveniadas da FEAC, que considera “um importante espaço de conversa e troca de experiências”.

www.cpti.org.br

O Serviço Social Nova Jerusalém nasceu em julho de 1991, a partir de um programa de perfil socioeducativo, o Centro Educacional de Assistência Beneficente (Ceab), direcionado para crianças de 3 a 6 anos, filhas de famílias de baixa renda e muitas delas em situação de risco social. O Ceab atuou originalmente em regime de espaço meio aberto, com um grupo de 60 usuários.

Depois o Nova Jerusalém expandiu seu atendimento, com ações como o Projeto Reforço Escolar, inaugurado em fevereiro de 1992, com atividades complementares à escola para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, e o Mais que Vencedores, de 2004, direcionado para estimular o protagonismo juvenil na faixa de 12 a 18 anos. Moradores do Núcleo do Jardim Novo Flamboyant, Jardim Vila Vitória e bairros adjacentes, como Parque Brasília, Jardim Boa Esperança e Vila Lafayette, são os usuários do Nova Jerusalém.

Outras organizações criadas na primeira metade dos anos 1990 foram a Associação “Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg” (atendimento na área de saúde mental), a Associação Beneficente Assistencial “Madre Cândida” (Abamac, de atendimento a crianças de 0 a 4 anos) e o Centro Comunitário e da Criança Parque Itajaí I e Região.

Foi criado igualmente, em 1992, o SOS Adolescente, em 1992, a partir de um grupo de sete profissionais que atuavam no SOS Ação Mulher. Eram profissionais com formação em filosofia, pedagogia, medicina e psicologia, que idealizaram uma organização para fomentar o protagonismo juvenil, em um cenário favorável após a edição do ECA. O SOS Adolescente foi originalmente estruturado com base em dois núcleos, o de Formação de Adolescentes para o Exercício da Cidadania e o Núcleo de Jovens Protagonistas.

Em função do Labirinto, ferramenta lúdica de prevenção à Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, formulado e executado em parceria com o Ministério da Saúde, o SOS Adolescente foi convidado a participar de duas conferências internacionais sobre Aids, em Durban, África do Sul (XIII Conferência, em 2000), e Barcelona, Espanha (XIV Conferência, em 2002).

A Associação Beneficente da Boa Amizade (Abba) também nasceu nesta época, com atuação na área do Jardim Eulina. Projetos de educação complementar à escola, para crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, eram o foco inicial, e depois cursos de profissionalização e até um de capacitação e noções básicas do jogo de xadrez passariam a ser oferecidos pela Abba.

O Projeto “Preciso Urgente de Mais Corações” marcou uma parceria entre a Abba e o Centro Infantil Boldrini, visando aproximar crianças e adolescentes usuários das duas organizações, através de correspondências e encontros presenciais. O projeto foi idealizado pelas pedagogas Paula Palermo – funcionária do Boldrini – e Graça Coutinho, responsável pelo trabalho socioeducacional da Abba, quando cursavam a pós-graduação em educação social da Unisal.

ECA E A FEAC

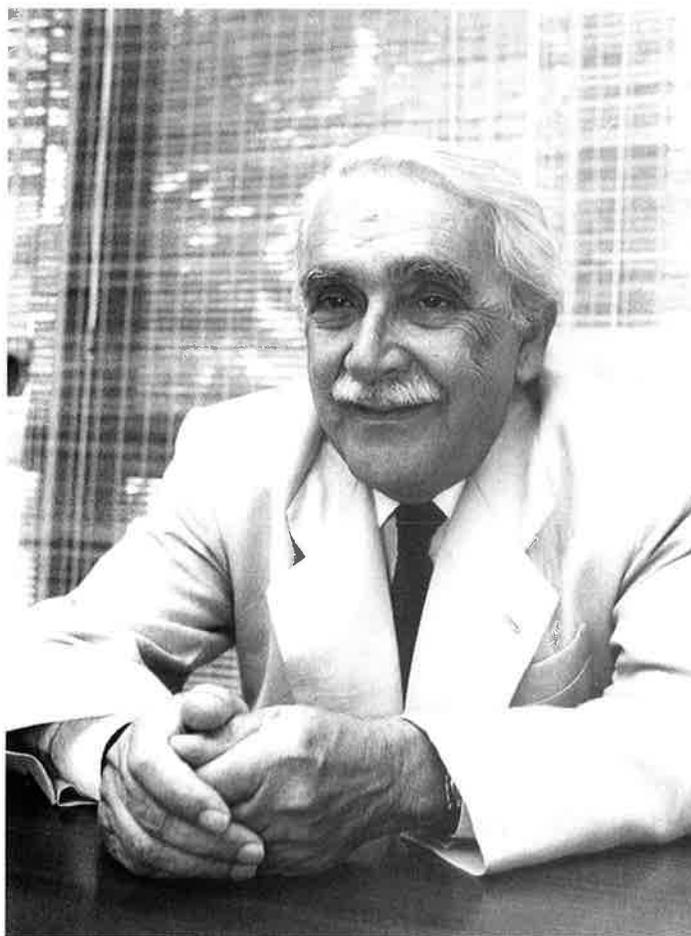
Muitas adequações e mudanças derivaram da edição do ECA, em termos do olhar e das ações da sociedade brasileira em relação à infância e juventude. Mudou a perspectiva da postura filantrópica, caritativa, para aquela relacionada à defesa dos direitos finalmente garantidos pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Criança e adolescente como cidadãos plenos de direitos, e não mais somente como objeto de ações filantrópicas ou de caridade. Isso representou uma grande revolução no setor, e os reflexos foram imediatos em Campinas e na ação da FEAC.

Já em 1990 foi promovido um levantamento sobre os bairros com solicitação para instalação de creches, sem prazo previsto, na época, de atendimento pela municipalidade. O trabalho foi conduzido pela assistente social Rosângela Fiorelli.

Em 1991 continuavam os estudos visando a melhoria do atendimento às crianças, nos marcos estabelecidos pelo ECA. Em fevereiro a FEAC elaborou um *Estudo de custos para manutenção de equipamentos sociais destinados ao atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 4 anos e de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, bem como dos locais com solicitação e/ou demanda para instalação dos mesmos.*

Em 1992, foi amplamente divulgado outro documento, intitulado *O que somos e o que queremos*, indicando o compromisso da FEAC com a superação dos desafios dos novos tempos, nas vésperas de mudança de século e milênio. No mesmo ano foram promovidas várias palestras, na sede da FEAC, com nomes de destaque no cenário social brasileiro, na linha de responder aos desafios dos anos 1990. Participaram, entre outros, o carnavalesco Joãozinho Trinta, o juiz Liborni Siqueira, o jornalista Gilberto Dimenstein, o publicitário Alex Periscinotto. Nesse ano foi lançado o Projeto Carnê Social – loteria social.

A diretoria executiva da FEAC no biênio 1991-92 era composta por Antônio Leite Carvalhaes (presidente), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (vice Patrimonial), Darcy Paz de Pádua (vice Social), Saulo Monte Serrat (Diretor de Promoção Social), Lúcio Bento (Promoção Social), Edwards de Oliveira Demarco (Administrativo), Joel Nogueira de Sá (Patrimonial), Peter Graber (Financeiro), João Loureiro (Relações e Divulgação), Luis Norberto Pascoal (Eventos).



Antônio Leite Carvalhaes, presidente no biênio 1991-92
(Foto Arquivo FEAC)

FEAC E O PROJETO BID

Como era esperado, a implementação de todos os dispositivos previstos no ECA não ocorreu de forma imediata. A sociedade ainda estava discutindo e assimilando a verdadeira revolução cultural deflagrada pelo ECA, que modificou uma visão arraigada de séculos sobre a infância e a juventude.

Uma das principais inovações introduzidas pelo ECA, o Conselho Tutelar, por exemplo, apenas foi implantado pelo poder público municipal em Campinas em agosto de 1996, pela Lei Municipal 8484/95.

Entre 1988 e 1998 foram assassinados 200 jovens e adolescentes em Campinas, em sua maioria em função da guerra do narcotráfico. Neste crítico panorama, foi implementado um dos principais exemplos de cooperação entre o setor público e as organizações da sociedade civil em Campinas. Com o suporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi implantado em 1994 um projeto totalmente voltado à promoção social das crianças em situação de vulnerabilidade social, prevenindo a sua migração para as ruas do Centro e inserção em situações de trabalho infantil. A FEAC foi encarregada da coordenação do programa, que contou ainda com a parceria de oito de suas entidades filiadas e da Casa Amarela, criada pela Prefeitura para atuação junto a meninos e meninas de rua.¹

Em 1993, ano em que foi registrado um número recorde de homicídios de crianças e adolescentes em Campinas, o padre Haroldo Rahm e o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira estiveram em Washington para discutir um projeto com o BID para a infância e juventude. Os dois estiveram no BID em ocasiões diferentes, e um não sabia da iniciativa do outro.

Mas as duas iniciativas acabaram sendo unificadas em um grande projeto, na realidade denominado Programa de Apoio a Crianças e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas. O Projeto BID, como ficou conhecido, foi então formatado para Campinas, única cidade do interior contemplada com um programa semelhante desenvolvido na época com a participação do banco. Outras cidades eram capitais estaduais: Rio de Janeiro (RJ), São Luiz (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

O BID impôs como condição para implementação do programa em Campinas, em parceria com a Prefeitura, que a FEAC fosse o órgão executor, coordenando a implantação das ações previstas e recebendo os recursos investidos pelo banco, para o repasse às organizações responsáveis pelos projetos aprovados.

Para participar de modo adequado, a FEAC criou departamento próprio, com a contratação de dois profissionais, o engenheiro Henrique Oppermann, que teria a função de coordenador assistente, e José Fernandes Braga, com a função de controlador financeiro. Para atuar na coordenação geral, Darcy Paz de Pádua foi admitido como consultor pelo Banco Interamericano, para garantir a consecução das metas estabelecidas e monitorar a aplicação da metodologia indicada pelos técnicos do BID envolvidos.

A fase de preparação constou de várias reuniões, no Rio de Janeiro e Campinas, com a técnica do BID designada para acompanhar o projeto. Era Beatriz Harretch, que se encontrou

várias vezes com todos os envolvidos, inclusive o prefeito Magalhães Teixeira e a secretária de Promoção Social, Laura Contador.

Os custos totais do Projeto BID foram estimados em US\$ 6 milhões, sendo US\$ 4,487 milhões investidos pelo BID (74% do investimento total) e US\$ 1,580 milhão como contrapartida local (26%). Foram nove projetos apoiados, dentro do Programa de Apoio a Crianças e Adolescentes em Circunstâncias Especialmente Difíceis na Cidade de Campinas, ou Projeto BID:

1. **Projeto de atendimento a meninos e meninas de rua**, tendo como executora a Associação Promocional Oração e Trabalho (Apot), criada e dirigida pelo padre Haroldo Rahm.
2. **Projeto Casa Amarela**. Mantido pela Prefeitura de Campinas, visando desenvolver ações de proteção às crianças e adolescentes vivendo nas ruas e expostos a exploração, violência, abandono e discriminação.
3. **Centro Profissional Dom Bosco**. Visou aumentar em pelo menos 100 o número de vagas gratuitas oferecidas para jovens em cursos profissionalizantes.
4. **Cidade dos Meninos**. Objetivando ampliar o atendimento oferecido pela instituição do mesmo nome.
5. **Lar Caminho da Verdade**. Mantido pela organização do mesmo nome, visava oferecer atenção integral a crianças, adolescentes e prováveis filhos. Saúde e educação eram as duas áreas de atenção prioritária.
6. **Projeto Centro Salesiano de Atenção ao Menor**. Teve o Externato São João como executor, também voltado para jovens em situação de risco nas ruas.
7. **Projeto Gente Nova**. Mantido pela organização do mesmo nome na região da Vila Castelo Brando e Jardim Campos Elíseos. Visava o fortalecimento do trabalho da ong, de incentivo à autoestima e defesa da cidade dos jovens daquela região.
8. **Associação Beneficente Salem**. Mantido pela organização do mesmo nome, visando atender integralmente a jovens e suas famílias.
9. **Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia**. Também mantido pela organização homônima. O objetivo era desenvolver atividades socioeducativas e recreativas para jovens e adolescentes, em horários alternativos aos da escola, permitindo a educação integral.

O Projeto BID tinha, portanto, incidência na área central e em várias regiões da cidade, o que configurava uma importante abrangência territorial. Somente três das nove organizações envolvidas não eram filiadas à FEAC: Casa Amarela, Centro Dom Bosco e Externato São João. A metodologia seguia um trabalho sistêmico e em rede. O monitoramento contínuo foi fundamental para o sucesso da iniciativa. Teve papel importante nesse sentido a técnica do BID, Ana Lúcia

Paiva Dezolt, do escritório de Brasília. Ela viajava mensalmente a Campinas para acompanhar a execução do projeto, em cooperação com o coordenador local, Darcy Paz de Pádua.

As metas foram estabelecidas a partir do diagnóstico feito em julho de 1993 pela Assistência Técnica de Estudos e Projetos (Atep), criada pelo prefeito Magalhães Teixeira no início de seu segundo governo municipal, com a secretária Laura Contador. O diagnóstico havia apontado a existência de 30.397 crianças e adolescentes morando em favelas e outras áreas de pobreza extrema em Campinas, configurando um quadro de risco social.

A Casa Amarela, por sua vez, havia identificado 250 meninos e meninas de rua no centro da cidade. Eram 75% meninos e 25% meninas. O objetivo do Projeto BID era que fosse atendida, nas nove organizações em rede, uma média mensal de 1.698 crianças e adolescentes. Nos momentos de pico, em 1998, foram atendidas 2.081 crianças e adolescentes, 383 a mais que a meta estabelecida.

Entre 1994 e 1998 o Projeto BID deu atendimento a 5.296 crianças e adolescentes de famílias de baixa renda em Campinas. Destes, 4.483 encontravam-se em 1998 em situação considerada “Positiva”, ou seja, voltaram a viver ou estavam vivendo com as famílias, estudando ou foram emancipados, foram adotados ou abrigados em instituições de assistência nos termos do ECA. Os demais 13% prosseguiram em situação de risco ou tiveram o paradeiro ignorado – podem ter mudado de cidade ou até sido mortos na guerra das drogas nas ruas de Campinas.

Foi estudada a continuidade do projeto, visando erradicar ou, ao menos, atenuar o risco social para a imensa maioria das crianças e adolescentes de família em situação de pobreza. Uma reunião foi mantida em Washington, na sede do BID, em setembro de 1997, com a participação do presidente da diretoria executiva da FEAC, Luis Norberto Pascoal, e o vice da Área Social, Darcy Paz de Pádua. Mas o BID já tinha decidido que novos investimentos no setor não seriam feitos no Brasil. O BID se disponibilizou a manter o apoio técnico, caso a iniciativa perdurasse.



Luis Norberto Pascoal, presidente da FEAC, no IV Encontro Ibero-americano do Terceiro Setor, em Buenos Aires, em 1998 (Foto José Pedro Martins/Arquivo FEAC)

Em 1999 uma reunião com esse propósito foi realizada na FEAC, com participação do novo prefeito, Francisco Amaral, de técnicos do BID e da FEAC, sem resultados práticos, apesar de cada instituição envolvida continuar seus trabalhos, de modo individual. Perdeu-se uma grande oportunidade de prosseguimento de um trabalho sistêmico, em rede, voltado para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes em Campinas.

Mas o Projeto BID teve outros impactos. O Departamento de Planejamento e Projetos da FEAC, por exemplo, com o *know how* adquirido durante a execução do Projeto BID, seria responsável pela coelaboração de um programa em parceria com o fundo Vitae, que beneficiou 19 entidades filiadas à FEAC, para financiamento de equipamentos e de construções/reformas, algumas delas como parcelas de contrapartida ao próprio programa aplicado em Campinas.

Neste mesmo cenário, de busca de soluções para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, emergiu uma parceria visando a criação e estruturação da Unidade de Atendimento Provisório para Crianças e Adolescentes (UAP). A UAP foi instalada em 1995, como fruto de parceria entre a Fundação FEAC, Fundação Educar DPaschoal, o Juizado da Infância e da Juventude, Prefeitura, Polícia Civil, Febem e CMDCA. Era uma solução provisória para abrigar os adolescentes e crianças infratores, enquanto não fosse construída em Campinas uma unidade regional de abrigo, no formato previsto pelo ECA.

Outra iniciativa da Fundação FEAC nesse momento, com o propósito de incidir diretamente nas causas do agravamento da crise social e da violência em Campinas, foi o projeto de estruturação da Fundação Pró-Morada. A ideia era que famílias de baixa renda pudessem ter condições de comprar lotes e materiais de construção. Seriam estudados, do mesmo jeito, caminhos para a geração de renda e emprego em benefício dos moradores. A proposta não prosperou, pela falta de vontade política e apoio de vários setores da comunidade. Se a ideia tivesse saído do papel, poderia ter sido evitada ou atenuada a onda de ocupações ocorridas na cidade na segunda metade da década de 1990, que levaram a situações de baixa qualidade de vida para os próprios protagonistas.

CASA DOS MENORES E HOPE

As transformações ocorridas na antiga Casa dos Menores de Campinas, depois Cidade dos Meninos, são exemplares em termos das mudanças decorrentes da implementação do ECA. Em razão do que dispõe o artigo 90 do ECA, o trabalho de internamento de crianças e adolescentes, como era realizado pela Casa dos Menores, havia deixado de ser prioridade. Deveria ser então modificada a sistemática de trabalho da Casa dos Menores. E efetivamente muitos entendimentos

foram mantidos, tendo sido decisivo um encontro ocorrido na sede da FEAC, a 26 de novembro de 1990.

Estiveram na reunião José Sérgio Bressan e Wilson Krudsfeldt, respectivamente presidente e tesoureiro da Casa dos Menores de Campinas, a coordenadora de Assistência Social da FEAC, Maria Aparecida Souza Pinto, e as assistentes sociais Elizabete Teresinha da Costa, Maria José Moraes Galeta e Ana Maria Machado da Luz, respectivamente da Secretaria da Promoção do Estado, Juizado de Menores e Prefeitura de Campinas.

Uma proposta debatida na reunião foi a da transferência dos internos na Casa dos Menores para respectivas famílias ou famílias substitutas. Aqueles que não pudessem ser transferidos nestes termos seriam encaminhados a outra organização, mediante convênio com a Casa dos Menores. Esta instituição buscaria outras modalidades de atuação, em conformidade com o que prevê o ECA.

Reunido a 12 de dezembro, o Conselho Deliberativo da Casa dos Menores aprovou a proposta debatida a 26 de novembro. Alguns internos da Casa dos Menores foram transferidos para o Instituto Dom Nery.

Em razão de outras dificuldades, a Casa dos Menores teve que interromper suas atividades. O trabalho foi retomado em 1992 pela Associação Hope Unlimited, sediada em San Diego, na Califórnia, e que já atuava em outros países e no Brasil na área social. As mudanças estipuladas no ECA foram processadas, também foi criada uma Cidade das Meninas e em 1997 e 2000 o esforço da Hope foi reconhecido pelo Prêmio Bem Eficiente.

CAMPANHA CONTRA A FOME E ISA

Outro ingrediente para a reflexão nacional sobre a situação das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade marcou a primeira metade da década de 1990. Dez anos depois da histórica campanha das diretas-já, 1994 foi marcado pela grande mobilização gerada em todo país pela Campanha contra a Fome e pela Cidadania, sob a liderança espiritual do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Como ocorreu em muitas cidades, foram criados em Campinas diversos Comitês contra a Fome e pela Cidadania.

Iniciativa especial com a participação direta da FEAC, impulsionada pela Campanha Nacional contra a Fome e pela Cidadania, foi a criação e estruturação do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA). Era mais uma iniciativa comunitária com a participação ativa da FEAC.²

ISA, CONTRA A FOME E O DESPERDÍCIO



No ISA, preparação dos alimentos cedidos pelos permissionários da Ceasa-Campinas (Foto estúdio Rildo Cundiev)

O ISA foi fundado a 25 de agosto de 1994, como fruto da parceria entre a FEAC, Fundação Educar Dpaschoal, Ceasa-Campinas, Prefeitura Municipal, Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), Instituto Credicard/Fundação Abrasso e Associação dos Permissionários da Ceasa-Campinas (Assoceasa).

Darcy Paz de Pádua, da FEAC, e Luis Norberto Pascoal, da FEAC e Fundação Educar, foram alguns dos principais idealizadores, com o incentivo inicial de Sady Santos Dalmas, da Abrasso.

A ideia era simples. Tratava-se de organizar as toneladas de alimentos que eram descartadas na Ceasa-Campinas, e de distribuí-

las, após devido processamento, para famílias de baixa renda e entidades sociais. A instalação do ISA aconteceria a 27 de outubro de 1995, com a presença da presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, e da presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Paulo, Lila Covas.

Na prática o ISA veio ampliar e qualificar o trabalho social que já era executado pelos permissionários da Ceasa-Campinas. O ISA aconteceu no momento em que os permissionários “estavam maduros para um projeto desse tipo”, afirma José Antônio Fernandes da Silva, o José Mineiro, um dos permissionários que já eram ativos na área social e participou diretamente da criação e estruturação do ISA, acompanhando toda a sua trajetória de 20 anos.

Logo no primeiro ano de operação, 1996, o ISA distribuiu 1.290 toneladas de alimentos. Logo nesse ano ele foi reconhecido como um dos principais projetos sociais do Brasil, o que lhe valeu o Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio. Até 2002, ou seja, em sete anos de

atividades, o ISA distribuiu 26.435 toneladas de alimentos, com mais de 220 mil pessoas atendidas.

Mais de 50 mil pessoas passaram a ser atendidas mensalmente, através das mais de 200 entidades cadastradas ou em dias especiais de distribuição direta. A FEAC e a Fundação Educar foram fundamentais para a manutenção do Instituto no período, ao lado dos permissionários da Ceasa.



Nos bairros, distribuição de alimentos sempre encontra grandes filas (Foto Estudio Rildo Cundiev)

O Projeto ISA tornou-se inovador não somente pela organização racional da distribuição de alimentos que seriam descartados. Desde o início, o projeto teve a participação ativa de voluntários e, também, de pessoas com deficiência (usuários da Apae, atuando como aprendizes), ex-drogaditos indicados pelo projeto do padre Haroldo Rahm e reeducandos, cidadãos que cumprem pena em regime semiaberto.

O ISA se filiou à FEAC a 22 de setembro de 1994, um mês depois de sua fundação oficial. Jairo Pereira Leite foi o coordenador do ISA durante grande parte de sua trajetória.

Na mesma linha da segurança alimentar, a FEAC criou, na segunda metade da década de 1990, o Projeto Nutrição, Saúde e Equilíbrio. O objetivo era capacitar as entidades filiadas no sentido de fornecer alimento de qualidade para os seus usuários. O Projeto capacitou profissionais de mais de 80 entidades filiadas, que atendem a mais de 10 mil pessoas como usuários na área da alimentação.

CONVÊNIO COM FILIADAS

Na primeira metade da década de 1990, como decorrência da própria edição do ECA e do avanço dos conceitos de responsabilidade social e Terceiro Setor, aumentou a discussão na FEAC sobre a qualificação dos serviços prestados pelas entidades e pela própria Fundação. Nesse cenário, o Conselho Deliberativo e a diretoria executiva aprovaram o estabelecimento de convênios com as entidades filiadas. O convênio tinha como finalidade aperfeiçoar os critérios de destinação de recursos, e também melhorando o relacionamento com as entidades. A decisão foi resultado de amplos debates com os órgãos que compõem a FEAC. O convênio teria 12 meses, com alguns critérios principais.³

Para melhor detalhamento das mudanças, foi realizado um seminário interno com entidades, no dia 27 de novembro de 1993, coordenado pelo professor e diretor Saulo Monte Serrat, do qual resultou um documento indicando desafios e propostas a serem executados pela FEAC e entidades, relacionados aos desafios dos novos tempos e nos marcos dos convênios que seriam estabelecidos.

A diretoria executiva no biênio 1993-94 era composta por Antônio Leite Carvalhaes (presidente), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (vice Patrimonial), Darcy Paz de Pádua (vice Social), Edwards de Oliveira Demarco (Diretor Administrativo), Luis Norberto Pascoal (Eventos), Antônio Orlando (Promoção Social), Saulo Monte Serrat (Promoção Social), Hélio Silva de Carvalho (Patrimonial) e Peter Gabrer (Financeiro).

QUALIDADE TOTAL

Em 1994, ano em que completava três décadas de atuação, a FEAC incrementou os debates visando a sua reestruturação interna, pela melhoria da ação social em Campinas e região, à luz dos novos desafios suscitados pela globalização e pela própria mudança do cenário político, social e econômico brasileiro. 1994 foi o ano da edição do Plano Real, que mudou para sempre o panorama da economia brasileira, com o controle da inflação e maior responsabilidade no controle das contas públicas.

Neste contexto, o Departamento de Promoção Social procurou ampliar a discussão interna sobre a incorporação dos princípios da Qualidade Total nos serviços oferecidos pela FEAC e entidades filiadas. O Departamento circulou, em junho, um documento com *Os sete mandamentos da qualidade* para subsidiar as discussões. Os sete mandamentos eram:

- Total satisfação dos usuários/entidades
- Gerência participativa
- Desenvolvimento de RH
- Constância de propósitos
- Aperfeiçoamento contínuo
- Delegação
- Disseminação de informações.

Fica evidente, pelas afirmações contidas no documento, a preocupação da equipe técnica do Departamento de Promoção Social da FEAC com um processo participativo e democrático de gestão da instituição e entidades filiadas, com transparência, delegação de responsabilidades e fluxo permanente de informações.

Nesse mesmo contexto, de busca da qualidade total, foi elaborada uma minuta do que seria a “ISO 9000” das entidades assistenciais, enfatizando a qualidade na liderança, ética, administração e aspectos técnicos, envolvendo mecanismos como auditorias e a emissão de certificados.

TRÊS DÉCADAS E FESTA DAS NAÇÕES

Mas 1994 também foi um ano festivo. Nos 30 anos de atividades da FEAC, a reflexão se aliou à celebração.

Como parte das atividades foi contratada uma *expert* em consultoria na área da filantropia, dos Estados Unidos. Veio a Campinas Sally Ver Schave Iberg, representante da Alford, Ver Schave & Associates Inc, empresa sediada em Chicago e especializada em assessoria às instituições sem fins lucrativos. Sally ministrou conferências e participou de extensa programação, junto a funcionários da FEAC, dirigentes de entidades e empresas.

A principal atividade de celebração foi a promoção da I Festa das Nações, na Escola de Cadetes. Sob o *slogan* “Você está colaborando com 74 entidades assistenciais de Campinas”, foi realizada de 27 a 29 de junho, com pavilhões Alemão, Americano, Argentino, Espanhol, Holandês, Italiano, Japonês, Português e Suíço. As entidades sociais também montaram barracas, e o Grupo Vita, de voluntários, teve intensa participação.⁴

Encerrando o ano das três décadas, foi promovido um seminário interno em dezembro de 1994, quando identificou-se que, “para redefinir sua função e papel social, ampliando assim sua ação para além das entidades sociais, concluiu-se como prioridade que a ação social da FEAC se desenvolva na macroestrutura, entendendo-se esta como a cidade de Campinas”.

NOTAS

1. MARTINS, José Pedro Soares, “FEAC, Biografia de um pacto social”, op. cit., p. 191.
2. Idem, p. 185.
3. Ibidem, p. 172.
4. Ibidem, p. 178.

CAPÍTULO VII

FEAC INTENSIFICA AÇÕES PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

“Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.” (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Conferência de Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março – 1990).

Se o ECA deflagrou uma nova dinâmica em termos do olhar da sociedade brasileira para os direitos da criança e do adolescente, um evento internacional também teve grande repercussão no cenário social brasileiro na década de 1990. Foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia.

A Conferência foi convocada sob a chancela da Unesco, do Banco Mundial e do Unicef, e teve a participação de mais de 1500 representantes de dezenas de países. Dois textos fundamentais foram deliberados, a Declaração Mundial de Educação para Todos e o Plano de Ação.

As discussões provocadas pela Conferência de Jomtien alimentaram os esforços promovidos em vários países pela universalização e qualificação da educação, e no Brasil não foi diferente. O governo brasileiro, como resposta às demandas sociais emergentes no período da redemocratização, de fato implementou várias medidas voltadas para a universalização da educação no país e, também, para a erradicação do analfabetismo, um dos grandes males nacionais há séculos.

Entre outras ações, foi elaborado um Plano Decenal Educação para Todos 1993-2002. Como resultado das ações governamentais, em conjunto com a sociedade, a taxa de analfabetismo caiu de 20% em 1991 para 14,7% em 1997, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) desse ano. A escolarização do ensino fundamental, por sua vez, cresceu de pouco mais de 80% em 1992 para 96% em 2000, apesar das disparidades regionais, com muitos desafios nas regiões Norte e Nordeste.

Outro feito no período foi a publicação em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com importantes avanços como a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica. A última LDB datava de 1971, com as distorções típicas do governo militar. Em 1998 o governo criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), voltado para propiciar uma radiografia do ensino médio, visando sua constante qualificação.

PROJETOS EDUCACIONAIS

Muitos projetos de cunho educacional tiveram a participação direta da FEAC na década de 1990. Em parceria com o Dom Bosco e 12 entidades filiadas à Federação, foi implementado um programa de profissionalização que beneficiou, até 1996, 3.257 adolescentes, além de ter propiciado a reciclagem de 157 instrutores.

Entre 1995 e 1996 também foram criados o Projeto Brinquedoteca, implantado em 32 entidades filiadas à Fundação FEAC, e o Projeto Biblioteca Viva, realizado em parceria entre a FEAC e a Fundação Abrinq e que em 1996 já incluía o financiamento a quatro bibliotecas, que atendiam 400 jovens.

Uma das mais consistentes iniciativas educacionais em Campinas, na segunda metade da década de 1990 e primeira metade da década de 2000, teve a participação da FEAC e várias de suas entidades filiadas. Foi o Programa de Apoio a Projetos de Educação Complementar para Crianças e Adolescentes de 7 a 16 anos, ou Programa Vitae, como ficou conhecido.

O nome é derivado do Fundo Vitae, constituído em 1985, como braço brasileiro de Lampadia, uma organização filantrópica financiada com recursos provenientes do grupo Hoschschild e sediada em Liechtenstein.

Com a edição do ECA e os impactos da Conferência Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, o olhar de Vitae foi voltado cada vez mais para a área educacional e para o segmento de crianças e adolescentes. Foi natural, então, a evolução até a formulação em 1996 do Programa de Apoio a Projetos de Educação Complementar para Crianças e Adolescentes de 7 a 16 anos, ou Programa Vitae.

A ideia era apoiar projetos que estipulassem a parceria entre escolas e uma organização comunitária, de modo que no contraturno escolar os alunos pudessem desenvolver atividades socioeducativas complementares, nessas instituições identificadas nas comunidades. O Programa Vitae teve sete edições, com apoio a 94 projetos, somando 24.800 beneficiários.

Na primeira edição, aquela que representava enormes desafios, justamente por ser a primeira, em 1997, foram apoiados dez projetos, todos na Grande São Paulo. Na quinta edição, de 2001, a Fundação FEAC passou a atuar no comitê de análise dos projetos candidatos a apoio. E na sexta edição, de 2002, a FEAC tornou-se efetivamente uma parceira do Programa Vitae.

Nesta sexta edição, que marca o ingresso do Programa Vitae na Região Metropolitana de Campinas, seis entidades filiadas à FEAC tiveram projetos apoiados: Seara Espírita Joanna de Angelis (Teclas, notas e letras – construindo o saber), Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – Seta (Seta na escola – novos rumos para todos), Grupo Primavera (Empreendedorismo em rede), Associação Beneficente Assistencial Madre Cândida – Abamac (A informática auxiliando na educação), Sociedade Pró-Menor de

Barão Geraldo (A leitura nas vozes que cantam e encantam) e Associação Beneficente Campineira – Núcleo São Marcos (Reconstruindo o Saber).

Na sétima e última edição, em 2003, cinco entidades filiadas à FEAC tiveram seus projetos contemplados: Centro Promocional Tia Ileide (Superação – Biblioteca interativa), Centro Comunitário Irmão André – Cecoia (Escola Tomás Alves: percorrendo a história, imprimindo emoções), Grupo Comunitário Criança Feliz (Aventura com as letras e as teclas), Associação de Assistência Social São João Vianney (Leitura de mundo nas diferentes linguagens) e Serviço Social Nova Jerusalém (Turma da Magrela).

No total, o Programa Vitae promoveu a instalação de equipamentos lúdico-pedagógicos em 11 entidades filiadas à FEAC, propiciando novos sistemas integrados de serviços para crianças e adolescentes. E a participação no Programa Vitae foi fundamental para que depois a FEAC viesse a ser parceira técnica de um programa educacional inovador desenvolvido em Campinas entre 2006 e 2010, o Programa pela Educação em Tempo Integral, do Fundo Juntos pela Educação (constituído por Instituto Arcor Brasil, Instituto C&A e o próprio fundo Vitae).

ALIANÇA DE CAMPINAS PELA EDUCAÇÃO

A principal iniciativa da FEAC até então na área educacional, em sintonia com o cenário mundial e brasileiro totalmente favorável e estimulante para o tema, foi a Aliança de Campinas pela Educação, resultado de seminário interno em 1995. O seminário reafirmou a educação como prioridade máxima para a instituição nos anos seguintes.

No biênio 1995-96 a diretoria executiva da FEAC era integrada por Luis Norberto Pascoal (presidente), Darcy Paz de Pádua (vice-presidente Área Social), José Carlos Vanucchi (vice Área Administrativa), Augusto Fernando Barros Pimentel Filho (vice Patrimonial) e Peter Graber (vice Relações Externas).

Impulso importante foi dado em conversa entre técnicos e dirigentes da FEAC, em Belo Horizonte, com o educador Antônio Carlos Gomes da Costa, que havia sido um dos idealizadores e principais protagonistas do Pacto de Minas pela Educação. Evoluiu então a ideia de iniciativa semelhante em Campinas, visando a garantia de vagas para todas as crianças na escola e uma educação de qualidade.

Como subsídio às discussões internas na FEAC, Gomes da Costa preparou um documento, intitulado *Infância, Juventude, Estado e Sociedade no Brasil – na Antessala do ano 2000*.¹ O educador situava a importância estratégica do investimento maciço em Educação no Brasil perante o cenário internacional, caracterizando-o pelos impressionantes avanços tecnológicos; novas modalidades de organização do trabalho; emergência da economia do conhecimento; prevalência da qualificação do capital humano sobre outros fatores produtivos de bens e serviços; surgimento de um mercado global de capitais; e emergência e expansão dos blocos econômicos internacionais.

Nesse contexto, Gomes da Costa sublinhava o imperativo do envolvimento integral das comunidades em um projeto de fomento à Educação e de qualidade para todos. O texto concluía com as *Dez razões para que a FEAC faça da Educação o eixo estruturador de sua atuação*. Seriam essas, em síntese:

1. É necessário introduzir mudanças radicais nas estratégias de educação básica, de modo a responder às necessidades do processo de transformação econômica, de equidade social e democratização política em que está imersa nossa sociedade.
2. É preciso converter as políticas de Educação em políticas de Estado e, não, em políticas de governo. A experiência das últimas décadas nos ensina que uma das garantias de êxito na política educacional é a continuidade. Para que haja continuidade, é preciso que os compromissos com Educação sejam assumidos não apenas pelo governo, mas pelo conjunto das forças vivas da sociedade;
3. É importante reconhecer que o requisito fundamental da nova estratégia educacional é fazer com que o sistema de ensino atenda às demandas da sociedade e, não, do aparato administrativo que o controla;
4. A nova estratégia, baseada nos princípios da descentralização, da participação e da mobilização, exige uma nova divisão do trabalho educacional entre a União, os Estados e os Municípios e uma nova postura por parte da sociedade, convocada a participar na formulação das políticas e no controle das ações governamentais nos diversos níveis;
5. A responsabilidade de compartilhar com a sociedade não significa diminuir a responsabilidade do Estado em garantir a universalização de um ensino fundamental de boa qualidade.
6. As novas estratégias devem enfatizar a autonomia dos estabelecimentos escolares e a maior responsabilidade da família e da comunidade local nos resultados, acompanhados por mecanismos de avaliação externa e de controle social dos resultados.
7. É preciso ainda sustentar o princípio de que o importante é que os alunos aprendam e, não, os anos de escolaridade ou os certificados que conseguirem. O objetivo é que os alunos tenham sucesso na sala de aula e na vida. Isso só poderá ocorrer pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem requerida pelos novos tempos:
 - a. Domínio da lecto-escritura;
 - b. Capacidade de calcular e de resolver problemas;
 - c. Capacidade de descrever, analisar, compreender e sintetizar dados, informações e situações;
 - d. Capacidade de receber criticamente os meios de comunicação;
 - e. Capacidade de compreender e operar o seu entorno social;

- f. Capacidade de acessar informações;
 - g. Capacidade de trabalhar em grupo.
8. Estes objetivos não devem ser perseguidos apenas pela escola. Com base no conceito integrador de educação para a vida, preparar as novas gerações para dominar esse conjunto de conhecimentos e habilidades é responsabilidade da família, da escola e das organizações sociais;
 9. É como Fundação Social mobilizada pela educação que a FEAC decidiu dizer sim ao desafio de trabalhar e lutar pela melhoria da qualidade do ensino fundamental no Brasil, atuando de forma solidária com o governo e outros atores sociais;
 10. É importante reconhecer que o futuro coloca ao Brasil o desafio de inovar em termos de educação, implantando tendências irreversíveis na direção pretendida e realizando ações de médio e longo prazos.

Com este texto e com presenças constantes na FEAC, Antônio Carlos Gomes da Costa foi um dos pilares da Aliança de Campinas pela Educação, ao lado do empresário Luis Norberto Pascoal, então presidente da FEAC e também criador e presidente da Fundação Educar DPaschoal.

O seminário *Educação para a Vida* promovido pela FEAC foi realizado nos dias 6 e 7 de outubro de 1995, no Novotel Campinas-Norte. Com ativa participação de dirigentes e funcionários da FEAC, e voluntários do Grupo Vita, o seminário teve coordenação do próprio Gomes da Costa. A lista de 54 convidados a participar incluía desde o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, o presidente da Câmara Municipal, Romeu Santini, secretários municipais e autoridades militares, até os reitores da Unicamp, José Martins Filho, e PUC-Campinas, Gilberto de Luiz de Moraes Selber, e representantes dos diversos segmentos da sociedade de Campinas, como centrais sindicais, Sistema S, religiosos e representantes de organizações, como a dra. Silvia Brandalise, do Centro Boldrini, e a dra. Silvia Bellucci, do Centro Corsini.

Os participantes foram divididos em grupos. Em uma folha deveriam colocar suas impressões sobre as perguntas: Por que fazer um pacto pela Educação em Campinas? Quais os problemas que nos levar a fazer um pacto pela Educação em Campinas?

A decisão principal do seminário foi pelo empenho de todos os segmentos na criação da Aliança de Campinas pela Educação, visando mobilizar a comunidade em várias ações para a conquista da educação para todos e de qualidade. E foi constituída uma Comissão Executiva para coordenar a Aliança. O lema escolhido foi: Campinas pela Educação – Todo mundo na escola. As palavras chave: Ingresso, Regresso, Permanência e Sucesso (IRPS) da Criança na Escola.

O lançamento oficial aconteceu no dia 7 de dezembro de 1995, na sede da FEAC, onde os representantes dos diversos segmentos assinaram um termo de compromisso.

No mesmo dia foram apresentadas duas pesquisas encomendadas pela FEAC à Fundação Getúlio Vargas: *Um estudo sobre jovens de cinco núcleos residenciais da periferia pobre de Campinas* e *Estratégias de vida e aspirações da população de baixa renda de Campinas*.

A Escola 31 de Março, no Jardim Santa Mônica, um dos bairros de maior índice de vulnerabilidade social em Campinas, foi escolhida para ser sede de um projeto piloto da Aliança de Campinas pela Educação. Durante um final de semana de abril de 1996, jovens voluntários entrevistaram 2.238 pessoas, morando em 554 residências, basicamente em núcleos de favela. Foram identificados 501 crianças e adolescentes, e 29 deles estavam fora da escola. Os jovens e técnicos da FEAC, União Cristã Feminina e Escola 31 de Março trabalharam então pelo retorno das crianças à escola, e somente em um caso houve necessidade de se recorrer ao Conselho Tutelar.

Várias ações foram realizadas. Os jovens do Santa Mônica criaram uma entidade, a Agentes em Busca de Alunos Evadidos (Abae), para garantir a presença de todas as crianças na escola. Como reforço escolar, foi criado no bairro o projeto *Lição de Casa*, que teve o apoio de uma minibiblioteca. A escola recebeu um Plantão de Dúvidas.

Uma pesquisa também foi realizada no Parque Itajaí, um dos bairros mais distantes do centro de Campinas na época. Foram identificados 24 crianças e adolescentes fora da escola. Inspiradas pela Aliança, outras ações movimentaram outros bairros. No Distrito de Barão Geraldo, nasceu um movimento local. Na Vila Lafayette Álvaro, houve mobilização semelhante à do Jardim Santa Mônica pela presença de todas as crianças na escola, e o resultado foi o retorno de 31 das 39 que estavam fora. No Novo Flamboyant, houve intensa participação do Serviço Social Nova Jerusalém e Creche Semente da Vida. Nos bairros da Conquista e Vitória, atuaram o Centro Assistencial Romília Maria, a Associação São João Vianney e o Núcleo de Crianças da Vila Ipê.

Várias empresas e organizações empresariais se mobilizaram e se envolveram em ações da Aliança. A Fundação Educar DPaschoal lançou em 1998 o Selo Educação.

Uma das ações mais importantes foi o estabelecimento de ampla coalizão pelo avanço da educação de qualidade na região do Campo Grande, uma das mais populosas de Campinas. Foram estabelecidas várias parcerias, com empresas e organizações como o Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo) e o Conselho Regional das Associações Comunitárias da Região Campo Grande (Coregran).

O propósito era realizar um Censo Escolar na Região do Campo Grande, para identificar quantas crianças estavam fora da escola e quais as causas da ausência. Foram formados grupos de trabalho, houve um detalhado planejamento e processo de captação de recursos.

O Censo começou no dia 25 de maio de 1998 e foi realizado aos sábados e domingos, terminando a 6 de dezembro. Houve muito envolvimento comunitário e de empresas situadas ou atuando na região Campo Grande.

No biênio 1997-98 a diretoria executiva da FEAC era composta por Luis Norberto Pascoal (presidente), Darcy Paz de Pádua (vice Área Social), Peter Graber (vice Relações Externas), Leôncio Menezes (vice Patrimonial), José Carlos Vanucchi (vice área Administrativo-Financeira).

PQE E AME A VIDA

Iniciado em 1999 pela FEAC, o Programa Qualidade na Escola (PQE) foi um dos frutos da mobilização derivada da Aliança de Campinas pela Educação. A ação resultou de parceria com o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) da Câmara Americana de Comércio, Inter American Foundation (IAF) e várias empresas da região. A qualificação do ensino em Português e Matemática, por meio da capacitação de professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, era o objetivo central do PQE, que antecipou portanto em quase duas décadas uma discussão presente na segunda década do século 21, em termos do imperativo da formação continuada de professores.²

Quatro escolas da rede estadual, somando 3.500 alunos e 200 professores, participaram de projeto piloto do PQE. Um Conselho Gestor tinha a participação dos



O engenheiro José Luiz Camargo Guazzelli, superintendente executivo da FEAC no final dos anos 1990 (Foto Arquivo FEAC)

empresários envolvidos. Havia também um Conselho Consultivo, formado por técnicos das organizações parceiras e empresários. E também foi estruturado um Comitê de Marketing, visando a mobilização da comunidade. A fase piloto foi encerrada no primeiro semestre de 2003, com resultados considerados satisfatórios. O PQE também possibilitou a implementação de múltiplas atividades nas escolas envolvidas, como projetos de leitura, salas de Informática, Clube da Árvore e qualificação da infraestrutura das unidades escolares.

O Projeto Ame a Vida Sem Drogas, desenvolvido desde 1998 entre FEAC, Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Grupo de Empresários Amigos da Criança (Geac), foi outra iniciativa resultante da mobilização associada à Aliança de Campinas pela Educação.³ Nesta época a FEAC tinha como superintendente executivo o engenheiro José Luiz Camargo Guazzelli.

O Ame a Vida chegou a envolver 25 escolas, sendo 23 estaduais e duas municipais, com 15 mil alunos e 14 entidades, atingindo 200 usuários. A metodologia utilizada, visando o fortalecimento da autoestima e do protagonismo juvenil, estava baseada em oficinas ministradas em capoeira, ballet, teatro de mamulengos, meio ambiente, leitura e contação de histórias, entre outras.

Outra iniciativa no mesmo território educacional foi o Programa Cuidar, implantado em setembro de 2000 e que buscava uma educação para valores e a internalização da ética biofílica (amor à vida), com base em uma metodologia desenvolvida pelo educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, da Modus Faciendi, que havia assessorado a Aliança de Campinas pela Educação. Em 2002 o Programa passou a contar com o apoio do Instituto Souza Cruz. O fomento ao protagonismo juvenil também foi o cerne do Programa Cuidar, como estratégia para que crianças e adolescentes pudessem responder, de forma mais qualificada e adequada, aos desafios do complexo século 21.

Visíveis metamorfoses na Escola Estadual “José Maria Matosinho”, no bairro São Bernardo, foram consequência de seu envolvimento no Programa Cuidar. O Programa Cuidar acabou levando ao Projeto Novos Rumos, criado pela FEAC para disseminar os princípios da educação para valores e ética biofílica junto às entidades sociais filiadas. Em 2002 foi criado o Prêmio Novos Rumos, com o objetivo de incentivar os usuários das entidades a produzir obras nas áreas de música, autobiografia e poesia.

Ainda como resultado do espírito que norteou a Aliança de Campinas pela Educação, a FEAC estabeleceu parcerias com várias instituições, sempre com a educação como eixo condutor. O Projeto Educação para o Trabalho, por exemplo, foi implementado com o Serviço Nacional do Comércio (Senac), orientado para a capacitação do adolescente para um mercado cada vez mais competitivo.

O Projeto Esporte Solidário, por sua vez, foi desenvolvido com o Serviço Social da Indústria (Sesi), visando o protagonismo juvenil e fortalecimento da autoestima de crianças e adolescentes através de uma programação de vivências. E com o Serviço Social

do Comércio (Sesc) foi implantado o Programa de Iniciação Esportiva, voltado para a educação complementar de crianças em situação de risco social.

No dia 9 de setembro de 1997 foi fundado o Centro Sócio Educativo Semente Esperança, sucessor do Lar Pequeno Paraíso e voltado para atividades socioeducativas e culturais para crianças e adolescentes. A 6 de abril de 1998 foi criada a Casa dos Anjos, Unidade I da Casa de Maria de Nazaré. A entidade nasceu com o objetivo de oferecer atividades socioeducativas e culturais a crianças e adolescentes. A Unidade II – Casa Betel foi fundada em fevereiro de 2000. Em 1999 foi criada a Associação dos Benfeitores de Meninos Bailarinos Atores (Abamba), iniciativa do bailarino e diretor José Roberto Queiroz Regina.

A década de 1990 terminou, desta maneira, com a clareza para a FEAC em termos da urgência de conquista de uma educação de qualidade, como único roteiro adequado para o desenvolvimento humano integral no cenário do complexo século 21 que se aproximava.

No biênio 1999-2000, com reeleição para o período 2001-2002, a diretoria executiva era formada por Leôncio Menezes (presidente), Darcy Paz de Pádua (vice Área Social), Peter Graber (vice área Administrativo-Financeira), Edmir Bertolaccini (Patrimonial), Luis Norberto Pascoal (Relações Externas) e Flávio Eduardo Lopes (vice Entidades Filiadas).



Leôncio Menezes, presidente da Diretoria Executiva no biênio 2001-2002
(Foto Arquivo FEAC)

Em junho de 1998 a FEAC contava com 95 filiações, saltando para mais de 100 no início do século 21. Filiaram-se a Creche Lar Ternura, Instituto “Norberto Souza Pinto”, Centro Comunitário Irmão André (Cecoa), Centro Promocional “Tia Ileine” (CPTI), Instituto Assistencial “Dias da Cruz”, Associação Beneficente Assistencial “Madre Cândida” (Abamac), Associação Beneficente da Boa Amizade (Abba), Associação “Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg”, Associação de Apoio a Portadores de Aids Esperança e Vida (Agaevi), Associação Evangélica Assistencial, Casa da Criança Vovô Nestor, Associação Beneficente 13 Pais/Lar da Criança Feliz, Núcleo Calvariano, Associação Espírita Lar Caminho da Verdade, Centro Comunitá-

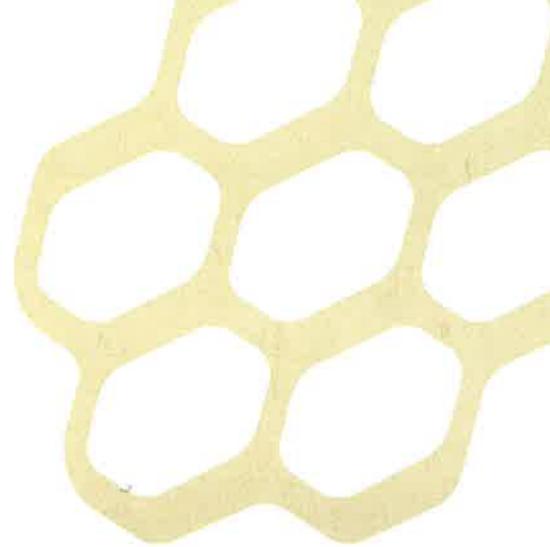
rio da Criança Parque Itajaí I e Região, SOS Ação Mulher e Família, SOS Adolescente, Centro de Formação Semente da Vida, Fundação Gerações, Creche “Adélia Correa Hoog Zornig”, Instituto de Educação Especial Recriar, Serviço Social Nova Jerusalém, Creche Santa Genebra, Núcleo de Ação Social (NAS), Associação São João Vianney, Seara Espírita “Joana de Ângelis”, Creche “Mãe Cristina”, Instituto Souza Novaes, Associação Beneficente Direito de Ser, Associação dos Benfeitores e Amigos de Meninos Bailarinos Atores (Abamba), Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa, Centro Sócio Educativo Semente Esperança, Associação Casa de Apoio Santa Clara, Centro de Estudos e Promoção da Mulher (Cepromm).

NOTAS

1. MARTINS, José Pedro S., “FEAC, Biografia de um Pacto Social”, op. cit., p. 207.
2. Idem, p. 217.
3. Ibidem, p. 220.

CAPÍTULO VIII

NOVOS DESAFIOS NO COMPLEXO SÉCULO 21



“Porque a redução da pobreza começa com as crianças. Ajudar a criança a desenvolver todo o seu potencial significa um investimento no progresso da humanidade. Isso porque, nesses primeiros e fundamentais anos de vida, toda assistência que se possa dar à criança faz uma enorme diferença em seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. E, quando se investe na infância, os ODM são conquistados mais rapidamente, já que as crianças constituem uma grande porcentagem dos pobres em todo o mundo.” (Unicef, sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs, Cúpula do Milênio, setembro de 2000).

Em 19 de junho de 2000 o governador Mario Covas editou a Lei Complementar Estadual 870, criando a Região Metropolitana de Campinas (RMC), formada por 19 municípios. Era a consagração em lei de uma realidade já antiga, caracterizada pela conturbação de Campinas com várias cidades. A RMC era a terceira região metropolitana criada em território paulista, depois das regiões de São Paulo e da Baixada Santista.

Ao se tornar sede de uma das mais dinâmicas regiões metropolitanas brasileiras, Campinas tinha ratificado o seu status de cidade de porte metropolitano. Em 2000 Campinas chegava aos 969.386 moradores. O simbólico 1 milhão de habitantes estava próximo, de novo indicando os múltiplos dilemas sociais que deveriam ser enfrentados pelo conjunto da comunidade, e a FEAC participou ativamente de muitas discussões e ações efetivas na primeira década do complexo século 21.

TERCEIRO SETOR

Para qualificar a reflexão sobre o tema, que crescia em importância na transição dos séculos 20 e 21, a FEAC criou em 2000 o Fórum Permanente do Terceiro Setor, iniciativa em parceria com a Fundação Educar DPaschoal e Senac-Campinas. Passaram a ser realizados encontros mensais no auditório da FEAC para a discussão sobre os principais temas ligados ao Terceiro Setor. O Fórum do Terceiro Setor evoluiu depois para o conceito de Fórum de Entidades Sociais, ação em parceria com a Facamp (Faculdades de Campinas) e Oficina 3, no auditório do Sesc-Campinas.

Ainda em 2000, entre 16 e 18 de novembro, a experiência da FEAC de promover ações integradas com o conjunto de suas entidades filiadas foi apresentada na 29ª Conferência Anual da Arnova (Associação de Pesquisas sobre Organizações Não-Governamentais e Ação Voluntária), em New Orleans, nos Estados Unidos.

Também em 2000 a FEAC publicou o Glossário do Terceiro Setor. Elaborado pelo Núcleo de Imprensa da instituição, o Glossário reunia os principais termos, expressões e siglas do universo do Terceiro Setor.

Outra publicação no período, sob responsabilidade do Núcleo de Imprensa, foi a Revista FEAC, com entrevistas, debates e artigos abordando vários temas da área social e do Terceiro Setor.

PRÊMIOS PARA A AÇÃO SOCIAL

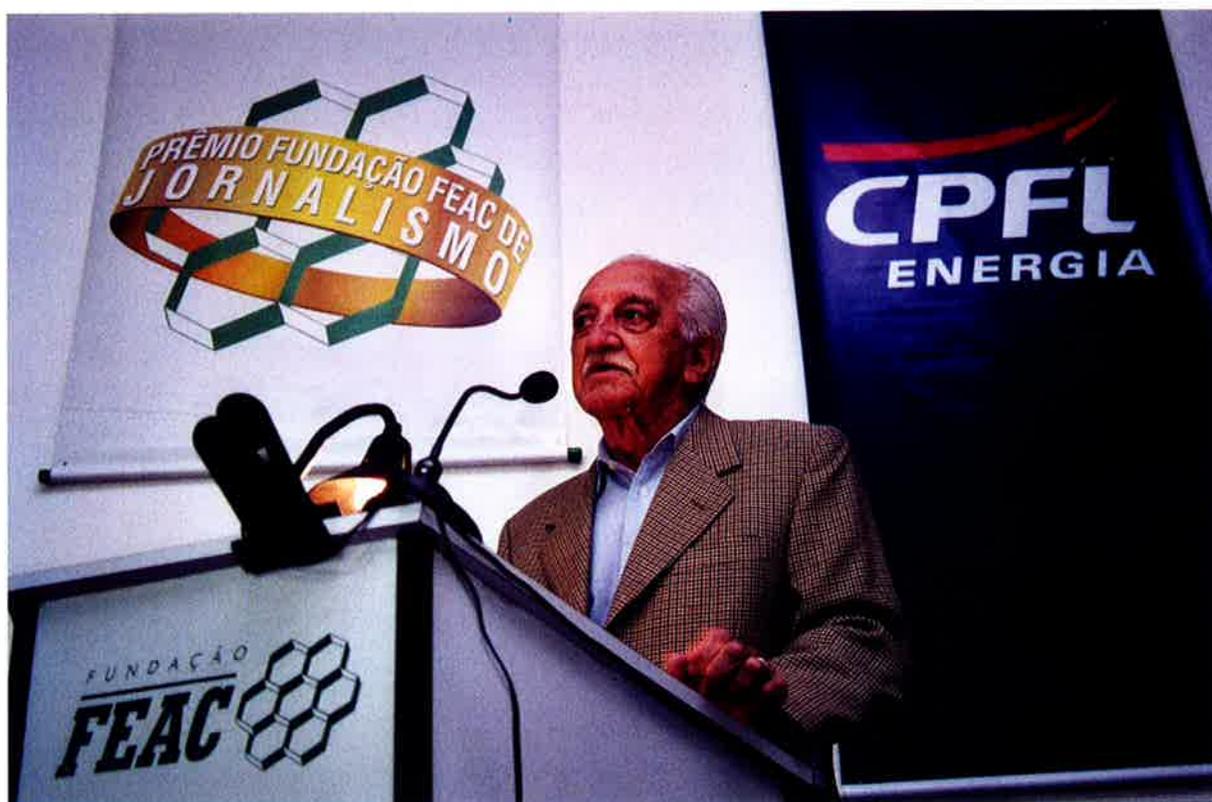
Muitos prêmios de abrangência nacional foram lançados nas décadas de 1990 e 2000, visando reconhecer as iniciativas vinculadas ao cumprimento do ECA, ao voluntariado e a outros segmentos da ação social.



Primeiros premiados do Prêmio FEAC de Jornalismo, em 1998 (Foto Arquivo FEAC)

E foi da própria FEAC uma das primeiras dessas iniciativas: Noite da Solidariedade, desenvolvida a partir de 1993, visando arrecadação de fundos para as entidades participantes. E nas primeiras edições da Noite da Solidariedade foi entregue a Medalha da Ordem do Mérito FEAC a vários cidadãos e organizações da sociedade civil.

Em 1998 foi criado o Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, com o propósito de incentivar a imprensa de Campinas e região a publicar reportagens qualificadas sobre temas sociais. A cada ano o Prêmio FEAC de Jornalismo teria um tema, sobre o qual as reportagens deveriam tratar. No mesmo ano foi criado o Troféu Jornalista Solidário, dedicado a reconhecer a trajetória de algum profissional de imprensa com marcada atuação na área social.



Dr. Darcy Paz de Pádua, na primeira cerimônia de premiação do Prêmio FEAC de Jornalismo, em dezembro de 1998 (Foto Arquivo FEAC)

Em 1997 foi criado o Prêmio Bem Eficiente, direcionado a evidenciar os 50 melhores trabalhos sociais do país, segundo critérios como os de eficiência administrativa, eficiência no uso de recursos, transparência etc. Promovido em parceria entre a Kanitz & Associados e várias empresas e organizações apoiadoras, o Prêmio Bem Eficiente tornou-se uma referência e estímulo a novas ações, no período em que ele existiu.

Nas sete primeiras edições do Bem Eficiente, Campinas foi uma das cinco cidades com maior número de premiações no Brasil, essencialmente pela ação da FEAC e suas filiadas.

A FEAC ganhou o Prêmio Bem Eficiente em 2003 pela terceira vez, quando completou 39 anos de atividades. No biênio 2003-2004, a diretoria executiva era composta por Edmir Bertolaccini (presidente), Leôncio Menezes (vice Patrimonial), Flávio Lopes (vice Social), Peter Graber (vice Administrativo Financeiro), Luis Norberto Pascoal (vice Relações Externas) e Renê Fiker (vice Relações com Entidades). A mesa do Conselho Curador era composta por Darcy Paz de Pádua (presidente), Rubens Andrade de Noronha (primeiro secretário) e João Loureiro (segundo secretário).

FEAC NA AMPLIAÇÃO DO SHOPPING IGUATEMI

O presidente da diretoria executiva da FEAC no biênio 2003-2004, com recondução no biênio seguinte, Edmir Bertolaccini, foi presidente da Pró-Visão por seis anos. Engenheiro e professor da Faculdade de Engenharia da Unicamp, ele foi presidente da Clark, empresa que tem sido uma das principais parceiras históricas da FEAC.



Edmir Bertolaccini, na Diretoria Patrimonial e, depois, na presidência da Diretoria Executiva (Foto Ricardo Lima)

Como responsável na diretoria executiva na FEAC pela área patrimonial, no período 1999-2002, ele foi o condutor das negociações sobre a participação da instituição na ampliação do Shopping Iguatemi Campinas, na transição para o século 21. Foram conduzidas negociações com o Iguatemi e o BNDES, para assegurar a continuidade da participação proporcional da FEAC no Iguatemi, principal fonte de recursos para a instituição e sua rede de entidades conveniadas.

As negociações foram um êxito, e a FEAC continuou mantendo sua participação importante no Shopping Iguatemi Campinas. A atuação nesse processo credenciou Edmir a assumir a presidência da diretoria executiva entre 2003 e 2006.

Ele considera que o desenvolvimento do patrimônio da FEAC, na Fazenda Brandina, é estratégico para o futuro da instituição, das entidades conveniadas e da própria ação social em Campinas. “Esse desenvolvimento patrimonial é essencial para que a FEAC continue prestando os seus serviços, agora com o foco importante na educação”, comenta Edmir Bertolaccini.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Na linha da responsabilidade social empresarial foi criado em Campinas, em agosto de 1997, o Grupo de Empresários Amigos da Criança (Geac). Entre outras ações, o Geac passou a divulgar, entre o empresariado, o mecanismo de destinação de parte do Imposto de Renda devido para o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Em Campinas o Fundo atendia, no início do século 21, mais de 100 entidades, em benefício de mais de 40 mil crianças e adolescentes.

Em 2001, Pascoal foi um dos principais dirigentes do Comitê Brasileiro do Ano Internacional do Voluntário, promovido pela ONU. O empenho do Comitê Brasileiro, integrado também por Milu Vilella e outros empresários e profissionais de várias áreas, foi reconhecido pela ONU como o responsável pelo melhor projeto de voluntariado em escala nacional em todo mundo. Pascoal foi um dos mentores do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário, criado para dar continuidade aos esforços do Ano Internacional do Voluntário.

Sob o espírito da responsabilidade social corporativa a Fundação FEAC e o Grupo Vita passaram a realizar, a partir de 1999, a Noite Especial, nos salões do The Royal Palm Plaza Hotel, com o objetivo de arrecadar recursos para entidades filiadas. A Noite Especial contaria com o apoio de diversas empresas de Campinas e região.



Primeira Noite Especial da FEAC, no The Royal Palm Plaza, em 1999 (Foto Arquivo FEAC)

Iniciativas como a Noite Especial foram pensadas exatamente com o objetivo de ampliar os recursos destinados pela FEAC às entidades sociais de Campinas, em um cenário de desafios cada vez mais crescentes. Entre 1995 e 2003 a FEAC destinou mais de R\$ 50 milhões à ação social.

Em junho de 1998 a Fundação FEAC já contava com 95 entidades filiadas, incluindo CEI, Centro Boldrini, Centro “Romília Maria”, CC Jardim Santa Lúcia, CC Criança Feliz, Apae, Apascamp, Centro Educação Especial Síndrome de Down, Pró-Visão, Sorri Campinas, Centro Corsini, Centro de Promoção Nossa Senhora da Visitação, Naeca, Grupo Primavera, Adacamp, Casa de Maria de Nazaré, Fundação Síndrome de Down, Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores e Projeto Gente Nova, todos filiados entre 1987 e 1993.

A partir de 1994 filiaram-se a Creche Lar Ternura, Instituto “Norberto Souza Pinto”, CC “Irmão André Cecoia”, Centro de Promoção Tia Ileide, Instituto de Assistência “Dias da Cruz”, Abamac, Associação “Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg”, Agaevi, Associação Evangélica Assistencial, Casa da Criança Vovô Nestor, Associação Beneficente 13 Pais Lar Criança Feliz, Associação Espírita Caminho da Verdade, CC Parque Itajaí, Fundação Gerações, Creche “Adélia Corrêa Hoog Zornig”, Serviço Social Nova Jerusalém, Associação de Amigos do Jardim Novo Flamboyant, Associação Beneficente Direito de Ser.

Com essas filiações os projetos e obras da Fundação FEAC e as 95 entidades associadas atendiam, em junho de 1998, um universo de 40 mil pessoas de baixa renda, representando

18% da população considerada excluída de Campinas, confirmando a viabilidade, necessidade e força da integração de esforços. Uma força nascida da comunidade, inclusive considerando que o número de voluntários ligados à Fundação FEAC e suas filiadas chegou a 6 mil em 1998. Para incentivar ainda mais a participação voluntária da comunidade e em especial dos empresários, a Fundação FEAC criou o Programa Voluntários Gestores, com expressivas adesões a partir de então. O setor de voluntariado da FEAC também passou a realizar ações como a Gincana Social, visando estimular a integração de alunos de escolas públicas em ações comunitárias.

Uma tendência importante no início do século 21 é a de consolidação dos esforços direcionados para a inclusão social de portadores de deficiência e necessidades especiais. Em Campinas o Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e Necessidades Especiais (CMADENE) passou a aglutinar os esforços, debatendo as políticas públicas do setor. Fruto dos debates no CMADENE e no Orçamento Participativo foi o Centro de Referência de Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais.

A Fundação FEAC, entre outras iniciativas, criou o Projeto Vida Independente para Viver o Amanhã (Viva), voltado para aproximar empresas e organizações de pessoas com deficiência.

No início do século a FEAC também participou da organização e operação do Movimento Degrau em Campinas. O Movimento Degrau foi organizado com o objetivo de inserção do jovem no mercado de trabalho, nos termos do ECA.



Lançamento do Movimento Degrau em Campinas, com participação da FEAC (Foto Arquivo FEAC)

A diretoria executiva da FEAC para o período 2005-2006 era formada por Edmir Bertolaccini (presidente), Peter Graber (vice Administrativo-Financeiro), Luis Norberto Pascoal (vice Relações Externas), Flávio Eduardo Lopes (vice Área Social), Leôncio Menezes (vice Área Patrimonial) e Martinho José Veiga de Luna Alencar, presidente do Conselho de Entidades Filiadas.

Para o biênio 2007-2008, a diretoria executiva era composta por Peter Graber (presidente), Flávio Lopes (vice Social), Edmir Bertolaccini (vice Patrimonial), Luis Norberto Pascoal (vice Administrativo Financeira), Edgar Garbade (vice Relações Externas), André Luiz de Camargo Von Zuben (vice Relações com as Entidades). Leôncio Menezes foi presidente do Conselho Curador. A mesma diretoria foi reconduzida no biênio 2009-2010, com Marcos de Figueiredo Ebert como vice de Relações com Entidades.

A vocação solidária de Campinas foi reafirmada na primeira década do século 21. A cooperação entre comunidade, livre iniciativa e poder público parecia ser cada vez mais o caminho até uma cidade justa e fraterna.

CAPÍTULO IX

EDUCAÇÃO DÁ O TOM NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO 21

“Nós reafirmamos a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.” (Declaração de Dakar, Educação para Todos, adotada pela Cúpula Mundial da Educação, em Dakar, Senegal, 26 a 28 de abril de 2000).

As mudanças no panorama social, político e econômico no Brasil, acenadas nas décadas de 1990 e 2000, quando foram institucionalizadas várias transformações na legislação – com o ECA na área da Infância e Juventude e com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e Política Nacional da Assistência Social e Suas na esfera da ação social – foram consolidadas na década de 2010.

E nesta segunda década do novo século a FEAC consolidou a sua reestruturação interna, de forma a atuar do modo mais qualificado possível no novo cenário institucional brasileiro. Também nesta segunda década do século 21, a FEAC reforçou a sua participação em processos e iniciativas visando a melhoria da educação em Campinas, seguindo uma vocação que sempre esteve presente em sua trajetória.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Entre 2009 e 2010, foram criadas três novas áreas de trabalho e assessoria na FEAC. Em 2009 foi criada uma assessoria à Superintendência, denominada Compliance, com a responsabilidade de garantir a conformidade legal, compulsória e discricionária, tanto da FEAC quanto da rede de entidades conveniadas, frente aos marcos regulatórios nas áreas de assistência social e educação.



Apresentação do coral do Centro Promocional “Nossa Senhora da Visitação” (Foto Arquivo FEAC)



Em 2010 foi criada a área de Novos Negócios, com o propósito de ser um setor responsável por identificar e gerenciar financiamentos de projetos inéditos. Foi um marco em termos de inovação na atuação da instituição. A nova área foi inicialmente vinculada ao Departamento de Marketing.

A gestora do Departamento de Marketing, a jornalista Vanessa Taufic, explica que têm sido utilizadas as mais modernas ferramentas de comunicação e marketing no relacionamento da FEAC com os seus diferentes públicos, incluindo entidades conveniadas, parceiros, imprensa e sociedade em geral.

A administração do portal da FEAC, da conta aberta no Twitter, da página no Facebook, a produção de releases e do Jornal da FEAC está a cargo do Departamento. O Marketing também é responsável por eventos como a Noite Especial, importante fonte de captação de recursos para entidades conveniadas. O Prêmio FEAC de Jornalismo, que completou sua 16ª edição em 2013, também está a cargo do Departamento.

Ligado ao Marketing, os Novos Negócios evoluíram para o Escritório de Projetos (EDP), estruturado no segundo semestre de 2010. É competência do Escritório padronizar informações, cronogramas, estimativas, relatórios e planos, ser o elemento central de informações e centro de apoio aos

times de projetos. No Escritório são avaliadas oportunidades que estejam em consonância com a missão estatutária da FEAC e tenham potencial de valor agregado. O Escritório é responsável pela formulação de editais e seleção de projetos inovadores. A gestora Vanessa Taufic observa:

– Todos os programas e projetos com a participação da FEAC abrangem as fases de diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de impacto, visando a melhor e mais abrangente eficácia.

Uma das iniciativas do Escritório de Projetos é o Calendário Cultural, que incentiva e valoriza as ações artísticas realizadas por entidades conveniadas. Apresentações de crianças e adolescentes dessas entidades, em várias linguagens artísticas, como música, teatro e artes plásticas, passaram a ser realizadas no auditório da FEAC.

Uma das ações em 2012 foi o *happening* protagonizado em setembro por crianças da Escola Estadual “Manoel Alexandre Marcondes Machado”, que promoveram a montagem de dois painéis reproduzindo a obra “Guerra e Paz”, de Cândido Portinari. Todo um processo pedagógico foi seguido pela escola para a viabilização do *happening*, começando por uma visita dos estudantes ao Memorial da América Latina, em São Paulo, onde os painéis originais estavam expostos. O *happening* também incluía a leitura de passagens da vida de Portinari e poemas inspirados na vida do artista.

Como consequência do Calendário Cultural, foi montado um coral de 300 vozes com a participação de crianças usuárias das entidades participantes da iniciativa. “O Calendário também é uma forma de aprimorar a integração e o relacionamento entre as entidades conveniadas, que passam a conhecer melhor o trabalho de outras organizações”, afirma a gestora Vanessa Taufic.

Ainda como parte do processo de qualificação de sua atuação, a FEAC investiu, entre 2007 e 2010, R\$ 430 mil em Tecnologia da Informação (TI), de modo a dar mais agilidade e eficiência a todos os processos internos. Na aquisição de computadores, servidores e softwares foram investidos R\$ 280 mil. Em consultoria para implementação de sistemas, investidos R\$ 150 mil. A Fundação FEAC passou a utilizar o sistema ERP – *Enterprise Resource Plainning*, software de gestão empresarial para gerenciar e integrar os seus processos e a rede de informações.

A gestora da área de Controladoria e TI, Rita Barbosa, explica que todos os setores da FEAC foram atingidos pelas reformulações no sistema de Tecnologia de Informação implantado, por exemplo em termos de redefinição de parametrizações na área financeira, incluindo os módulos de compras e prestação de contas. Do mesmo modo em termos das relações com as entidades conveniadas, com a parametrização dos convênios de cooperação, também incluindo a prestação de contas.

A gestora nota que houve um avanço na informatização e no sistema de controle dos setores com os quais a FEAC e entidades conveniadas mantêm relações e para quem devem prestar contas, como Tribunal de Contas, Ministério Público e Prefeitura

Municipal. Neste sentido, houve a preocupação da FEAC em capacitar os profissionais da própria instituição e entidades conveniadas, no sentido de qualificação dos procedimentos adotados em relação a aqueles órgãos.

Consequência direta dos avanços na informação, observa Rita Barbosa, foi a significativa redução do uso de papéis nas operações da FEAC e das próprias conveniadas. Os aprimoramentos do setor de TI são permanentes, por meio de consultorias técnicas e eventuais aquisições pontuais de recursos.

Na mesma linha, a FEAC ampliou o investimento na formação acadêmica e técnica de seus colaboradores. Somente entre 2007 e 2010 foram investidos R\$ 98.915,86 no desenvolvimento de um programa de concessão de bolsas de estudo para profissionais do quadro remunerado da Fundação. Por meio do Programa de Educação Corporativa, como passou a ser conhecido a partir de 2009, foram concedidas nesses quatro anos 43 bolsas para graduação, pós-graduação e idiomas.

A gestora do Departamento de RH da FEAC, Maria José Fonseca Diniz, observa que a capacitação permanente tem sido uma das preocupações da instituição em relação a seus mais de 80 funcionários. Também está sob responsabilidade do Departamento a contratação de estagiários universitários para atuar na FEAC.

O RH também auxilia na contratação e capacitação de profissionais para as entidades conveniadas. Atuou diretamente, por exemplo, na contratação de profissionais de Contabilidade para as entidades, como resposta a uma das exigências do novo marco legal.

Cursos de capacitação em voluntariado também são oferecidos pelo Departamento de RH, que assumiu essa área histórica de atuação da FEAC. “O voluntariado é cada vez mais importante para a atuação de entidades sociais, sendo uma área que demanda uma visão ampla, atualizada”, diz a gestora Maria José Fonseca Diniz.

RELAÇÕES COM ENTIDADES

Foram intensificadas, do mesmo modo, as ações de capacitação para dirigentes e técnicos administrativos das entidades conveniadas, visando qualificar a sua gestão. Nos anos de 2007 e 2010 foram oferecidos cursos de capacitação para técnicos administrativos nas áreas de Recursos Humanos, Contabilidade e Financeiro. Por sua vez, o Curso de Capacitação de Dirigentes foi outra iniciativa inédita da FEAC, oferecido em encontros semanais entre maio e novembro de 2009.

Com o propósito de alinhar a atuação de profissionais de serviço social e psicólogos, que atuam no universo das entidades conveniadas, a FEAC criou, em 2010, dois grupos de estudos: o Grupo de Estudo de Psicologia (GEP) e o Grupo de Estudo de Serviço Social (Gess).

De modo que sua rede de conveniadas pudesse oferecer um atendimento cada vez mais qualificado ao público de usuários, foi lançado em abril de 2008 o Padrão de Atendimento FEAC, ferramenta inédita que permitiu às entidades a possibilidade de identificar parâmetros legais, éticos, teóricos e metodológicos em suas estruturas básicas, visando a qualificação das ações.

Neste mesmo contexto, a FEAC promoveu uma pesquisa também inédita para avaliar o relacionamento com as conveniadas. O Instituto GPP foi contratado para avaliar o grau de conhecimento dos presidentes das entidades em relação à FEAC e medir o grau de satisfação com os serviços prestados. Foi uma pesquisa que contribuiu para aprimorar os serviços prestados pela FEAC e o seu relacionamento com as conveniadas.

Entre 2007 e 2010 a FEAC repassou às entidades conveniadas um volume de cerca de R\$ 18 milhões, correspondendo a uma média de R\$ 4,4 milhões anuais. Em 2010 os repasses ultrapassaram R\$ 5,2 milhões. Foram repasses efetuados no marco do Convênio de Cooperação que regula as bases gerais da relação de parceria entre a FEAC e as entidades conveniadas.

Uma campanha bem-sucedida apoiada pela FEAC foi a promoção da Árvore dos Sonhos, no Iguatemi Campinas. Nas edições de 2008 a 2010, a iniciativa beneficiou a mais de 7000 crianças e adolescentes, que tiveram um Natal bem mais feliz. A Campanha consistia em espalhar árvores de Natal nos espaços do shopping com cartões de Natal com o nome, idade e entidade beneficente conveniada à FEAC que atende quem seria beneficiado. O público do Iguatemi foi então convidado a escolher um cartão e o devolver com um presente endereçado à respectiva criança ou adolescente.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Entre os serviços prestados pela FEAC a suas entidades conveniadas está o de engenharia e arquitetura. O departamento correspondente na FEAC contribui na adequação e mesmo construção de espaços nas entidades. Dezenas delas já se beneficiaram com essa assessoria.

Como explica o gestor do departamento, Walter Periotto Júnior, o projeto é discutido em conjunto com a entidade conveniada. Todos os aspectos são considerados. “Também é discutida a funcionalidade do espaço, qual a sua destinação, a quem ele vai servir. O espaço deve estar em afinidade com o plano de trabalho da instituição”, observa o gestor.

Eventualmente a entidade solicita apoio financeiro da FEAC para a reforma ou construção. Ela elabora o projeto e apresenta à FEAC, onde a solicitação será examinada pelo comitê de gestores.

Implantado em 1995 pelo próprio Walter Periotto, formado em Engenharia Civil pela PUC-Campinas, o Departamento de Engenharia e Arquitetura da FEAC



Atividade do Projeto Brincar é Coisa Séria no Ceas “Menino Jesus de Praga” (Foto Arquivo FEAC)

também presta assessoria em questões como o alvará do Corpo de Bombeiros para funcionamento da instituição. “Em função de eventos como o do incêndio de uma boate em Porto Alegre, as obrigações ficaram mais rígidas”, nota o gestor.

Entre outros projetos assinados pelo Departamento está o do ginásio poliesportivo do Educandário Eurípedes, a quadra do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia e a reforma do prédio histórico da Creche Bento Quirino.

O Departamento de Engenharia e Arquitetura também atua no desenvolvimento do patrimônio da FEAC, no caso, a ocupação da Fazenda Brandina. O Departamento cuida dos aspectos relacionados às edificações projetadas para o patrimônio, como em termos das licenças junto à Prefeitura e órgãos estaduais. Atuou diretamente no processo relacionado ao Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) elaborado para o desenvolvimento patrimonial da Fazenda Vila Brandina e terá papel importante na

execução desse desenvolvimento, um dos principais projetos da FEAC para os próximos anos.

EDUCAÇÃO: CONQUISTA COLETIVA

Vários projetos educacionais e sociais em 2009 e 2010. Na linha educacional e cultural, a FEAC firmou em agosto de 2009 parceria com a Universidade do Circo – Unicirco, comandada pelo ator Marcos Frota. A parceria beneficiou a toda rede de entidades conveniadas. Colaboradores, diretores e público atendido pelas parcerias receberam convites para participar dos espetáculos circenses no período em que a Unicirco ficou instalada no Parque Portugal (Lagoa do Taquaral), em Campinas.

O Projeto Brincar é Coisa Séria beneficiou em 2009 a sete entidades que contemplam espaço lúdico, sendo quatro de educação infantil, uma de educação infantil e atendimento socioeducativo de seis a 14 anos, uma de abrigo para crianças e adolescentes e uma de atendimento a pessoas com deficiência. Foram beneficiadas mais de 750 crianças pelo projeto que valorizou o lúdico como fundamental para o desenvolvimento integral da criança.

Também em 2009 foi promovido o Nutri&Educa, que teve como foco assegurar qualidade na execução e oferta de alimentação aos usuários de entidades sociais. Pelo projeto, profissionais de cozinha das entidades foram capacitados em questões e conceitos gerais ligados à nutrição, como higiene geral, armazenamento, manipulação e preparo de alimentos.

Através do Programa Educação: Conquista Coletiva, a Fundação FEAC deu apoio, em 2009 e 2010, a cinco projetos de instituições escolares e sociais de Campinas. O programa foi criado para contribuir com a educação integral de crianças e adolescentes de maneira criativa e prática. A equipe de suporte foi constituída pela pedagoga Cláudia Chebabi Andrade, a arte-educadora Nadir Semenzin Braga da Silva e a assistente social Maristela Lara Dante Wefoort.

Os cinco projetos contemplados tiveram como proponentes o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia (Momento Cidadão), Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada-Cepromm (Estudo com Tudo),





Assinatura dos Termos de Parceria do Projeto Educação: Conquista Coletiva 2014-2015 (Arquivo FEAC)

Núcleo Social Professora Cássia Rodrigues Lasca (Uma Família, um Violão), Emef “Padre Leão Vallerie” (Música para os Ouvidos, Alegria para a Alma) e Escola Estadual “Marcelino Velez” (Escola de Pais).

Em 2011, o Programa Educação: Conquista Coletiva deu apoio aos projetos “Inclusão Social e Digital, captando imagens, revisitando histórias, do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (Comec); “Teia – Tecendo Educação Integral Ampliada”, do Projeto Gente Nova (Progen); e “Esporte e Arte no Lar Construindo Sonhos”, da Associação Beneficente dos 13 Pais – Lar da Criança Feliz.

Outra iniciativa da FEAC, o Projeto Educação beneficiou em 2010 e 2011 a mais de 800 crianças, de 6 a 14 anos, de doze entidades conveniadas: Lar da Criança Feliz, Centro Social Romília Maria, Grupo Comunitário Criança Feliz, Núcleo Cássia Lasca, Núcleo Calvariano, Associação de Assistência Social São João Vianney, Núcleo de Ação Social, Creche Bento Quirino unidade II, Associação Evangélica Assistencial – Vila Formosa e Santa Rosa, Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa e Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada – Cidade Singer.

Uma parceria com o Sesi, da unidade do Jardim Itatinga, permitiu que essas crianças participassem duas vezes por semana, em horários alternados aos da escola, de atividades esportivas, lúdicas e educativas naquela instituição. Técnicos da FEAC promoveram um mapeamento dos espaços onde as crianças poderiam continuar as atividades quando o projeto fosse encerrado.

PROGRAMA PELA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Entre 2005 e 2010, a Fundação FEAC participou de uma iniciativa inovadora no Brasil na área educacional, o Programa pela Educação em Tempo Integral, do Fundo Juntos pela Educação, constituído em 2004 pelo Instituto Arcor Brasil, Instituto C&A e Vitae.

Na prática, o Programa pela Educação em Tempo Integral dava continuidade ao Programa de Apoio a Projetos de Atendimento a Crianças e Jovens de 7 a 16 anos, o Programa Vitae, que teve sete edições e promovia a parceria entre organizações comunitárias e escolas para a execução de ações de educação complementar à escola. Nas suas duas últimas edições, o Programa Vitae teve a participação de entidades conveniadas à FEAC.

E por essa participação a FEAC foi convidada a atuar como parceira técnica do Programa pela Educação em Tempo Integral, criado com o propósito de apoiar a formação de redes comunitárias, em territórios específicos, de alta vulnerabilidade social. Essas redes, compostas por escolas, outros órgãos públicos (como Cras e

Centros de Saúde), organizações sociais e outros ativos da comunidade, promoveriam a educação em tempo integral para crianças e adolescentes.

Em 2006 foram escolhidos os primeiros projetos que seriam apoiados, cinco na Paraíba (em João Pessoa, Santa Rita e Lucena) e quatro em Campinas, todos eles com a participação de entidades filiadas à FEAC. E entre 2006 e 2010 aconteceu então a Primeira Edição do Programa pela Educação em Tempo Integral, com a FEAC como parceira técnica.

As redes comunitárias tecidas e/ou fortalecidas por esses projetos apoiados pelo Fundo Juntos pela Educação continuam muito ativas na segunda década do século 21, como a Rede Abraço, na região dos Amarais, em Campinas. Entre 2011 e 2013 a iniciativa passou a receber o nome de Programa pela Educação Integral. A FEAC, portanto, participou de uma iniciativa pioneira em termos educacionais no país, ao criar condições para que comunidades inteiras se envolvessem em ações pela educação integral de suas crianças e adolescentes.

FEAC NA ESCOLA

No dia 21 de outubro de 2010 foi lançada a mais consistente e abrangente iniciativa própria da FEAC relacionada à qualificação da educação pública em Campinas. É o Projeto FEAC na Escola, uma ação que depois de três anos de execução resultou em sensíveis melhorias para as sete escolas participantes, somando mais de 5 mil alunos.

O Projeto FEAC na Escola começou a ser gestado durante o curso de extensão Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), fruto da parceria entre o Compromisso Campinas pela Educação e a Fundação Lemann. Gestores de escolas municipais e estaduais de Campinas participaram do curso, desde abril de 2009, com aulas a distância e presenciais.

Todos os gestores produziram trabalhos de conclusão de curso, caracterizados como projetos que gostariam de ver concretizados em suas escolas, e treze deles foram avaliados pela FEAC. Sete desses projetos foram então identificados para serem apoiados no contexto do Projeto FEAC na Escola.

A principal ferramenta utilizada para a implementação do projeto foi um dos mais completos instrumentos de avaliação da qualidade escolar já produzidos no país, mas na prática pouco utilizado, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola). Ferramenta de planejamento estratégico criada ainda em 1996 pelo MEC, mas efetivamente implantado em 2006, o PDE-Escola consiste em um conjunto de diretrizes e indicadores que auxiliam a unidade escolar a focar nas áreas prioritárias para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizado.

Do mesmo modo, o PDE inclui dinâmicas que contribuem para uma ação coordenada e conjunta, de toda comunidade escolar, em torno dos objetivos comuns.

E também permite uma avaliação e adequação permanente em um ambiente em constante mutação como é o escolar.

Uma equipe de três consultoras foi contratada pela FEAC, para acompanhar e auxiliar em todas as fases de execução do projeto nas sete escolas. Foi exatamente nesse sentido, de apoio e acompanhamento, pois as escolas sempre deram a última palavra nas ações que foram acordadas entre todos envolvidos, gestores, coordenadores, professores, alunos e pais. “Foi totalmente respeitada a autonomia das escolas, as reais protagonistas”, sintetiza a supervisora do projeto pela FEAC, Cláudia Chebabi Andrade.

O primeiro passo foi a realização, em novembro de 2010, de um curso de formação para os gestores e coordenadores das escolas, ministrado por consultores do MEC. Após o curso, os gestores coordenaram a estruturação de grupos de sistematização em todas as escolas. Os grupos foram montados com base nas prioridades de ação identificadas pelas comunidades das unidades escolares.

Na etapa seguinte, os grupos de sistematização preencheram o Capítulo III do PDE-Escola, um conjunto de questões relativas à análise situacional da escola. Após ajustes em parceria com a equipe de consultores da FEAC, foi então formulado o Plano de Ação para cada escola, correspondente ao Capítulo IV do PDE-Escola.

Em abril de 2011 começou a implementação do Plano de Ação para cada unidade escolar, com prazo de 24 meses para execução. De modo concomitante, a Fundação Getúlio Vargas foi contratada para aplicar um plano de avaliação de todas as etapas do Projeto FEAC na Escola.

Todas as escolas vivenciaram dinâmicas que resultaram em melhorias substanciais em pontos que influenciam diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A diretora da Escola Estadual Professor “Álvaro Cotomacci”, Ana Ladéia da Silva Anjos, por exemplo, destaca as melhorias no espaço físico, realizadas com o apoio da FEAC. A diretora observa que, entre sete critérios de avaliação apontados pelo PDE, e constantes do diagnóstico inicial, o critério em que a escola apresentou menor pontuação foi a de Infraestrutura. “As instalações da escola estavam inadequadas e não favoreciam o processo de ensino e aprendizagem”, assinala. Ela lembra ainda que a Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE) também destinou importantes recursos para a melhoria da infraestrutura da escola “Álvaro Cotomacci”, localizada na região do Campo Grande e que tem mais de 1000 alunos.

O alinhamento curricular, possibilitando que todos os professores tivessem facilitada a elaboração de seus planos de aula, é destacado pela professora Shalimar Máximo, coordenadora pedagógica da EE “Prof. Mário Junqueira da Silva”.

Por sua vez, a diretora da Escola Estadual São Judas Tadeu, Suzi Nunes, nota que, entre as diversas ações propostas no plano de suporte estratégico (elaborado por cada escola, a partir do diagnóstico inicial), encontrava-se a de definição de estratégias de

ensino. “Essa ação que faz parte do alinhamento curricular permite que os professores reflitam, troquem experiências acerca de suas práticas pedagógicas de sala de aula”, comenta a diretora. Na escola São Judas Tadeu, informou a diretora Suzi, o processo de definição das estratégias de ensino “fortaleceu a atuação coletiva, reflexiva e comprometida com o resultado”.

A melhoria substancial na relação entre a escola e a comunidade é sublinhada, por sua vez, pela diretora da EE “Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira”, da Vila Padre Anchieta, no distrito de Nova Aparecida, Marli Porfíria Campos Almeida. Ela cita as mudanças verificadas na relação da escola com o Centro de Saúde do bairro, no caso de encaminhamentos necessários de alunos. “Antes do Projeto os encaminhamentos eram feitos e entregues aos pais que iam ou não ao Centro de Saúde para agendar atendimento. Hoje os encaminhamentos são agendados pelos pais e há uma devolutiva da psicóloga para a escola informando os alunos que estão sendo atendidos”, afirma. Paralelamente, complementa a diretora, “com o apoio da rede de atendimento, a escola executa um plano de ação individual e pontual que atenda as necessidades de ensino e aprendizagem do aluno”, que é visto então em sua integralidade.

Para os diretores, o Projeto FEAC na Escola deixou muitas lições para todos os envolvidos. A diretora da EE “Prof. Álvaro Cotomacci”, Ana da Silva Anjos, ressalta que a iniciativa confirmou a viabilidade e a necessidade de um processo democrático para melhorar a qualidade da educação. “A tarefa de educar para e pela cidadania e democracia no contexto escolar não é tarefa fácil, mas possível”, afirma.

A diretora da EE “Prof. Mário Junqueira da Silva”, Roselena Candido da Silva, ressalta a relevância do trabalho coletivo. Para ela, o Projeto FEAC na Escola evidenciou que as diferenças “podem ser ponto de partida para a busca de soluções coletivas, compartilhadas de forma responsável a partir de ações combinadas, fruto de atitudes participativas”.

O Projeto mostrou que a sistematização de reuniões, envolvendo todos os setores da escola, é perfeitamente possível, acrescenta a diretora da EE “Prof. Luiz Gonzaga da Costa”, Mara Espaletta Cyrino. “Uma das grandes lições foi o desenvolvimento da habilidade de sistematizar não só através de registros escritos, mas do processo de realizar reuniões com os vários setores que integram a escola”, conta. Ela descreve o exemplo do setor do pessoal da limpeza, que se reúne semanalmente com a direção para avaliar a semana, trocar ideias, sugestões e avaliar os projetos que elas desenvolvem. “Todos na escola são educadores, o Projeto FEAC na Escola consolidou isso”, afirma a diretora.

Claro, um projeto desse porte também resulta em desafios. Um deles foi comentado pelo diretor da EE “Dr. Manoel Alexandre Marcondes Machado”, Adriano Caetano Rolindo. Trata-se do envolvimento da comunidade, da sociedade em geral, para possibilitar mudanças efetivas na escola. “Precisamos da sociedade. Escola pública de qualidade não se faz sem dinheiro, sem apoio técnico, sem vontade política e sem

amor ao próximo. Quero dizer que nosso maior desafio é continuar estabelecendo parcerias que extrapolem os muros da escola”, afirma o diretor, observando que não se trata apenas de apoio financeiro, mas também do técnico.

O professor Arnaldo Valentim Silva, coordenador pedagógico da EE Prof. Álvaro Cotomacci, diz que o Projeto FEAC na Escola deixou ainda mais clara a necessidade de tratar a formação inicial do professor como política pública. “Um das lições da cultura de análise da escola aprendida no desenvolvimento do Projeto FEAC é que é preciso considerar a política pública como forte fator de impacto no desempenho da escola. Isso deve levar-nos a pensar as coisas de forma sistêmica e não compartimentada como tem sido a prática vigente”, diz.

O coordenador lembra que o estado de São Paulo construiu um sistema de avaliação. Mas é preciso, defende, “avançar na construção/reconstrução de um sistema de ensino. Não há sistema de avaliação que fique de pé e tenha como princípio a equidade se não estiver ancorado num sistema de ensino. Ao pensar o sistema de ensino o papel do professor é central. Neste sentido é urgente pensar/repensar a formação inicial e continuada do professor. Repensar as licenciaturas. Repensar a carreira. Esse deve ser um esforço de toda a sociedade, mas principalmente dos governos e das universidades. É preciso a construção de uma política pública que forme bem, pague bem e cobre com equidade, incluindo formar, acompanhar e cobrar”, completa o professor Arnaldo Valentim Silva.

Melhorias resultantes do Projeto FEAC na Escola, que concluiu sua execução em abril de 2013, com prorrogação de seis meses para ajustes, foram identificadas pelo plano de avaliação aplicado pela Fundação Getúlio Vargas. Os resultados preliminares já indicaram o potencial de transformações importantes nas escolas, sobretudo em termos de gestão escolar, a partir da participação no Projeto FEAC na Escola.

A jornalista Vanessa Taufic, gestora do EDP, comenta o impacto da iniciativa na vida da própria instituição e das escolas envolvidas:

– Foi um processo muito importante para a FEAC avaliar o seu papel em termos de contribuir para a qualidade da educação. Os avanços verificados em todas as escolas envolvidas demonstram a validade do formato da parceria estabelecida, que consistiu basicamente no apoio técnico, além da destinação de recursos financeiros. O Projeto FEAC na Escola confirmou que a parceria da sociedade civil com as escolas públicas pode dar frutos concretos para a qualificação educacional.

CAPÍTULO X

FEAC E O SUAS, NOVA ERA DA AÇÃO SOCIAL NO BRASIL

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Artigo I).

A aprovação em 2004 da Política Nacional de Assistência Social, organizada pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), inaugurou uma nova era da ação social no Brasil. E naturalmente os impactos foram relevantes na estrutura e gestão da FEAC e entidades conveniadas, que em grande parte passaram a ter seu cotidiano regulamentado pelo novo modelo implementado pelo Suas.

Houve uma grande mobilização e reflexão internas na FEAC para que fosse promovida uma transição adequada ao novo ambiente legal criado pelo Suas. O resultado foi a reestruturação administrativa, com a criação de novos serviços para as entidades, visando a sua adaptação ao inovador modelo proposto pelo Sistema Único da Assistência Social. “Desde 2004 o grande eixo da FEAC e seu conjunto de conveniadas foi o caminho trilhado para chegar ao Suas”, afirma Arnaldo Rezende, superintendente executivo da FEAC.

AS MUDANÇAS COM O SUAS

O Suas é derivado das discussões sobre a ação social no Brasil, desencadeadas com a aprovação da Constituição de 1988, que mudou completamente o olhar do governo e da sociedade sobre o setor. A primeira iniciativa de regulamentação da assistência social no país veio com a criação, em 1938 (portanto há cinco décadas antes da Constituição Cidadã), do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), pelo governo Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo.

Em 1942 seria criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), braço social do governo social e que teria uma história marcada pelo viés assistencialista, com raras

exceções, uma vez que era uma grande estrutura, de abrangência nacional, e que permitia diversidades regionais e locais na forma de atuação.

No contexto das lutas pela redemocratização, houve um forte empenho de faculdades e profissionais de serviço social por tornar a ação social uma política pública, na linha da garantia de direitos intrínsecos de cidadania. As próprias Associações Nacionais dos Servidores da LBA (Asselbas e Anasselbas) se mobilizaram nesse sentido.

Com fruto dessa mobilização, que foi nacional e envolveu vários segmentos, foi então idealizada a Política de Assistência Social, prevista na Constituição de 1988, nos artigos 203 e 204:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130)

A Constituição já previa, portanto, um novo modelo de ação social, descentralizado e participativo. E um modelo que colocava a ação social na esfera da garantia dos direitos de cidadania, e não mais no âmbito da caridade, filantropia ou mesmo vitimização ou criminalização dos excluídos (Sposati, 2004, 42).

Para que fossem colocados em prática os princípios previstos na Constituição de 1988, eram necessárias leis orgânicas, e em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que teria na área social impacto semelhante ao ECA no segmento de crianças e adolescentes.

A Loas ratifica o conceito de assistência social como “Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo”. A Loas prevê então um sistema com gestão compartilhada no planejamento e controle social, cofinanciamento pelos governos Federal, Estadual e Municipal, descentralização e participação e, muito importante, a prioridade para a participação estatal no financiamento das ações, o que representava grande mudança no paradigma do assistencialismo e cartorialismo que muitas instituições ainda praticavam.

Entretanto, o sistema sinalizado na Constituição e previsto na Loas ainda demoraria a ser implantado, o que apenas aconteceria com a aprovação do Suas, em 2004, quando já existiam condições políticas mais favoráveis, no âmbito do Governo Federal e Congresso Nacional. O funcionamento do Suas foi detalhado pela Norma Operacional Básica/Suas/2005, prevendo entre outros pontos a atenção básica, de média e de alta complexidade aos usuários.

Entre outras ações, o Suas previa a criação, em nível municipal, dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), que seriam células de atendimento socioassistencial operando como verdadeiras portas de entrada no sistema. Somente entre 2003 e 2008 foram criados 3.910 Cras com financiamento continuado pelo Governo Federal, além de 1.200 unidades financiadas exclusivamente por governos Estaduais e Municipais. O Suas também consolidou e fortaleceu o mecanismo do Benefício da Proteção Continuada (BPC), para usuários em situação de risco social.

FEAC E O SUAS

Como ocorreu na área da infância e juventude, em função das mudanças introduzidas pelo ECA, a FEAC participou ativamente do processo que levou à criação e implementação do Suas. Esteve presente, por exemplo, nas Conferências Municipais de Assistência Social, fase inicial do processo que levou às Conferências Nacionais de Assistência Social, fundamentais para a viabilização política da Política Nacional da Assistência Social e do Suas.

Do mesmo modo, a FEAC tem participado, como titular, de todas as composições do Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). Nesta condição, acompanhou e participou da reestruturação também ocorrida na esfera do poder público municipal, para se adaptar ao modelo de ação social preconizado na Loas e assegurado pelo Suas.

Em 2005, a FEAC participou da discussão coletiva que levou ao primeiro Plano Plurianual da Política de Assistência Social do Município de Campinas. Plano que previa

um sistema único de assistência social no município, com a implantação de centros de referência em territórios de maior vulnerabilidade social e o reordenamento dos serviços prestados por entidades privadas, cofinanciadas pelo município.

Outra peculiaridade de Campinas é que ela foi a primeira cidade de grande porte no Brasil a assumir a gestão plena do Suas, o que implicava em grandes e importantes mudanças na ação social no município, por parte do poder público e da sociedade civil. Um desafio a mais no sentido da adaptação das entidades sociais à nova realidade estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social. “Com o Suas, entramos em um ambiente totalmente regulamentado na ação social, e a FEAC teve que se preparar para a nova realidade”, destaca o superintendente executivo Arnaldo Rezende.

Surgia neste momento um grande desafio, observa Silvia Elena Basetto Vilasboas, ex-gestora do Departamento de Gestão Social (DGS) da FEAC, aliás criado no contexto das modificações introduzidas pelo Suas. Diz Silvia:

– O desafio era deixar claro para as entidades conveniadas que a assistência social passou a ser uma política pública, de Estado, e que as organizações sociais deveriam se reordenar. Mas isso não significava que elas perdiam protagonismo ou relevância, pelo contrário, elas passavam a ser peças-chave na execução da política pública, em rede com outros atores.

As entidades sociais conveniadas à FEAC que atuam na área da assistência social deveriam, neste contexto, se adaptar às novas diretrizes estabelecidas pelo Suas. Os seus serviços deveriam estar alinhados com a política pública aprovada em âmbito municipal.

As entidades deveriam ser tipificadas, por exemplo, de acordo com os serviços que prestam, nas três modalidades de serviços previstas pela Política Nacional de Assistência Social:

- **Entidades de atendimento** – São aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, conforme Resolução CNAS nº 109/2005, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 34/2011.
- **Entidades de assessoramento** – Aquelas que prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011.
- **Entidades de defesa e garantia de direitos** – Prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos

públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 27/2011.

Para que pudesse atuar de forma adequada diante do novo ambiente criado pelo Suas, a FEAC reestruturou seus departamentos. E o Departamento de Gestão Social (DGS) foi então montado para que pudesse continuar prestando serviços às entidades conveniadas, nos termos do que prevê a Política Nacional de Assistência Social.

A FEAC passou a oferecer, entre outros, um serviço muito comum no universo corporativo, mas praticamente inexistente no setor social, que é uma assessoria de *compliance*, com o objetivo de acompanhar todas as normativas deliberadas pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) sobre o assunto. A ex-gestora do Departamento de Gestão Social (DGS) da FEAC, Silvia Elena Basetto Villas Boas explicou:

– Quando uma nova normativa é editada, imediatamente o setor responsável comunica às entidades. Quando é necessário, um seminário ou outra ação é planejada, para explicar melhor as mudanças. Esta é uma forma de ação proativa, direcionada ao reordenamento das entidades conveniadas, de acordo com o novo marco regulatório do setor.

Idealizador do serviço de *compliance* da FEAC, o superintendente Arnaldo Rezende completa:

– Em um ambiente totalmente regulamentado, e no qual existe o fluxo de recursos públicos, é fundamental que as organizações não fiquem vulneráveis e que a sua gestão não fique comprometida. Daí a necessidade de acompanhamento permanente das novas normativas e leis do setor.

De fato, uma das características do Suas é o repasse de recursos federais e públicos em geral para as entidades parceiras do sistema, e nesse cenário é essencial a transparência nos gastos, a contínua prestação de contas pelos gestores. Essa foi uma das preocupações da FEAC no momento de capacitação das entidades conveniadas para o momento novo inaugurado pelo Suas.

Foi necessária, igualmente, a adaptação estatutária das entidades, de modo que pudessem se adequar às normas do Suas. A assessoria foi feita pelo Departamento Jurídico da FEAC, em conjunto com os profissionais do DGS. Do mesmo modo, foi criada a certificação digital obrigatória para as entidades conveniadas poderem processar questões ligadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à Receita Federal, entre outras.

Entre 2009 e 2010, houve um importante esforço concentrado do Departamento Jurídico da FEAC para que as entidades conveniadas pudessem se adequar ao novo marco regulatório no tempo previsto, observa a gestora da área, Renata Gallo de Vasconcelos Rech.

Uma das principais preocupações é com a adequação da entidade para a manutenção ou obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). Com a publicação da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, os requerimentos de concessão ou renovação do (Cebas), antes solicitados ao Conselho Nacional de Assistência Social, passaram a ser responsabilidade dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, conforme a área de atuação da entidade. Houve então a necessidade de muitas modificações nos procedimentos adotados pelas entidades, e pela FEAC como instituição de assessoria, para reformatação ao novo cenário.

O Cebas é peça fundamental no novo marco regulatório da área social. As entidades que possuem o Cebas, e que preenchem os demais requisitos da legislação tributária, podem usufruir da isenção do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados e trabalhadores avulsos, assim como receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais. Ou seja, sem o Cebas a sustentabilidade de uma entidade social fica muito comprometida.

A gestora Renata Gallo de Vasconcelos Rech nota que o Departamento Jurídico está sempre alertando as entidades conveniadas sobre os procedimentos e prazos para os requisitos necessários à renovação do Cebas. Também está a cargo do Departamento a própria gestão dos pedidos de entidades para convênios com a FEAC. O Departamento está sempre atento aos critérios para que o convênio seja firmado, incluindo a adequação da entidade ao novo marco regulatório instaurado pelo Suas.

Entidades conveniadas à FEAC tiveram que se adaptar, do mesmo modo, para que pudessem assumir as funções de outras instâncias previstas no Suas, que são o Programa de Atenção Integral à Família (Paif) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Paif objetiva o acompanhamento socioassistencial de famílias de um determinado território, na medida em que, pelo Suas, as famílias são consideradas como unidades de referência, fundamentais para o fortalecimento dos vínculos internos e externos de solidariedade. O Paefi, por sua vez, viabiliza apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

A atuação de um Paif em determinada região é vinculada ao respectivo Cras regional. O objetivo é que o Paif desenvolva ações visando a autonomia da família, para que ela rompa o ciclo de pobreza a que eventualmente é submetida. São ações necessariamente preventivas, evitando que os direitos dos membros das famílias sejam violados.

Várias organizações filiadas à FEAC tinham esse perfil de trabalhar com famílias e se credenciaram para poder assumir serviços de Paif, enquanto o Município não pudesse executá-los. Foi o caso da Seta – Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência, no Jardim Santana.

A FEAC também se preparou, através do Departamento de Gestão Social (DGS), para continuar oferecendo a assessoria que sempre prestou às entidades conveniadas, agora no marco do funcionamento do Suas. Para isso, foram designados profissionais para atuar de forma regional, no âmbito dos cinco distritos em que o Município de Campinas foi dividido. Os profissionais prestam as consultorias necessárias para as entidades conveniadas que atuam nestes distritos, no marco do que estipula o Suas municipal.

O DGS também montou um banco de dados sobre cada entidade conveniada, de modo que possa acompanhar de forma permanente eventuais mudanças em termos de funcionários, o público atendido e outros elementos do cotidiano das organizações, com incidência direta nos serviços que prestam aos usuários. O banco de dados é alimentado regularmente, de modo que a FEAC tenha um retrato sempre atualizado sobre como as entidades conveniadas estão atuando nos termos do Suas.

– Outra providência da FEAC, visando a atuação adequada no cenário do Suas, mas também em outras situações, foi a elaboração de cartas técnicas para cada procedimento solicitado pelas entidades conveniadas. O superintendente Arnaldo Rezende explica:

– Quando a solicitação de uma entidade dá entrada no sistema da FEAC, imediatamente é acionado o departamento competente, que identifica a carta técnica com todos os processos que devem ser aplicados a respeito daquela solicitação. É uma forma de agilizar e qualificar os atendimentos.

Depois de 10 anos de criação do Suas, já foram implantados 12 Cras e um Creas centralizado, para atender a população de rua. Entretanto, com seu 1,1 milhão de habitantes, Campinas naturalmente enfrenta muitos desafios sociais, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade. Neste contexto, a implantação do Suas no município ainda representa um processo em construção em 2014, dez anos depois da aprovação do Sistema, e a FEAC continua atenta e participando desse cenário. Silvia Elena explica:

– Não são mais ações pulverizadas, dependendo do projeto de cada organização social. Agora se trata de um sistema organizado, hierarquizado, com demandas específicas atendidas por território. As organizações sociais passaram a atuar neste cenário. Se elas não se adequarem, enfrentarão dificuldades para sobreviver.

Mas importantes mudanças já aconteceram. A ação social vista como caridade, filantropia, está ficando para o passado. Os serviços públicos, oferecidos pelo Estado ou sob convênio por organizações da sociedade civil, agora são vistos como pertencentes ao campo dos direitos de cidadania. E a FEAC tem participado dessa mudança de paradigma, de olhar para a área que é o seu território originário, a ação social.

Um dos desafios para a implantação plena do Suas em Campinas, nota Silvia Elena, é a capacitação do Município para que ele possa assumir integralmente a gestão dos Paifs e Paefis. Outro desafio é a criação de novos Cras e outros componentes do Suas, o que depende de novos concursos públicos e recursos orçamentários para contratação de profissionais e oferecimento dos serviços necessários.



Professor Dalton Francisco de Andrade apresenta estudo na 4ª Semana da Educação de Campinas (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)



Evento no Sesi-Campinas, na 4ª Semana da Educação, discutiu situação atual e desafios para juventude na cidade (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)



Ivan Capelatto fala a educadores sobre o papel do professor na sociedade Pós-Moderna (Foto Ricardo Lima/Compromisso Campinas pela Educação)



Membros do Comitê do Observatório da Educação discutiram pesquisa do Instituto Paulo Montenegro sobre Alfabetismo Funcional em Campinas (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)

CAPÍTULO XI

COMPROMISSO CAMPINAS PELA EDUCAÇÃO E A FEAC

“Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes.” (Educação, um tesouro a descobrir, Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Paris, 1996).

O dia 27 de novembro de 2007 é uma data histórica para a recente trajetória da FEAC e para o futuro projetado para a instituição. Nesse dia, o Espaço Iguatemi, no Shopping Center Iguatemi, recebeu mais de mil convidados que participaram do lançamento do Compromisso Campinas pela Educação (CCE), célula local do movimento nacional Todos pela Educação.

O Todos pela Educação foi lançado em 2006, como um movimento da sociedade civil brasileira com a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade.

Os objetivos do movimento são propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos. Esses objetivos foram traduzidos em cinco Metas, que devem ser cumpridas até 2022. São elas:

Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.

Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano.

Meta 4 – Todo jovem de 19 anos com o Ensino Médio concluído.

Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

A partir da experiência acumulada com o monitoramento das Metas, o Todos Pela Educação definiu cinco Bandeiras em 2010:

- Formação e carreira do professor.
- Definição dos direitos de aprendizagem.
- Ampliação da exposição dos alunos ao ensino.
- Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional.
- Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação.

O COMPROMISSO CAMPINAS

A FEAC esteve envolvida diretamente na própria formulação do Todos pela Educação. Luis Norberto Pascoal, ex-presidente e membro do Conselho Curador da FEAC e também dirigente da Fundação Educar DPaschoal, participou de todas as etapas de preparação da iniciativa, ao lado de nomes como Viviane Senna, Milú Vilela, José Roberto Marinho e o educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, que atuou no Pacto de Minas pela Educação e Aliança de Campinas pela Educação. Outro dirigente da FEAC, Peter Graber, também integrou-se ao grupo fundador do movimento Todos pela Educação. Foi em sua gestão como presidente da FEAC que aconteceu o lançamento, em 2007, do Compromisso Campinas pela Educação (CCE), como célula local do Todos pela Educação. Desde o lançamento, o CCE tornou-se uma das mais ativas representações regionais do Todos pela Educação. Graber comenta:

– Desde o lançamento do movimento nacional Todos pela Educação, tornou-se uma obrigação Campinas ter uma representação local de destaque. Trata-se de um desafio gigantesco, e todos os esforços devem ser investidos. Para que a educação tenha qualidade, a sociedade civil deve atuar de modo permanente, efetivo e propositivo. Pelo seu papel na cidade e a sua própria história, a FEAC não poderia ficar de fora.

O então presidente do Todos pela Educação, Mozart Neves Ramos, participou do lançamento em Campinas, a 27 de novembro de 2007. “Campinas sempre representou referência no ensino superior, com suas universidades, na Ciência e Tecnologia, na República e, agora, queremos que seja na Educação de base”, ele disse.

A secretária estadual da Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, também presente, sublinhou o desafio para o Compromisso: “Assumimos que as escolas têm problemas, que os salários não são bons. Temos um problema monumental. E por isso temos que agir e trabalhar”, afirmou.

As peças publicitárias de lançamento da campanha foram confeccionadas pela agência Fabra Quintero. Outro que participou foi o ator Darlan Cunha, conhecido pelo personagem Laranjinha, do seriado de TV “Cidade dos Homens”. Ele comentou

a sua trajetória desde a Favela da Mangueira até a TV e cinema, destacando a relevância da educação para a transformação social.

Mais de 30 organizações assinaram os termos do Compromisso Campinas pela Educação. Posteriormente, outros parceiros se somaram à iniciativa:

Secretaria Estadual de Educação, Prefeitura de Campinas, Câmara Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, Fórum de Campinas, Vara da Infância e da Juventude em Campinas, Associação Comercial e Industrial de Campinas, Ciesp-Campinas, Câmara Americana de Comércio – Amcham Campinas, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – Ibef Campinas, Arquidiocese de Campinas, PUC-Campinas, Faculdades de Campinas (Facamp), Transcurc, Ordem dos Advogados do Brasil/3ª Subseção Campinas, Fundação FEAC, Graber Holding, Robert Bosch América Latina, CPFL Energia, Grupo DPaschoal, Iguatemi Empresa de Shopping Centers, Rádio e Televisão Bandeirantes de Campinas, TV Brasil, Rádio Central AM, Rádio Globo-CBN, Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV-Campinas), Diretorias de Ensino – Região Campinas Oeste e Região Campinas Leste, Movimento Todos pela Educação, Subsede Campinas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

A partir do lançamento, várias atividades foram promovidas pelo CCE, dentro de sua missão de mobilizar a sociedade civil visando chamar a atenção para a causa e o tema Educação, evidenciando dados, promovendo estudos, discussões e debates acerca da qualificação da educação, especialmente na cidade de Campinas/SP. A gestora do Departamento de Marketing e Novos Negócios, Vanessa Taufic, comenta:

– A FEAC tem atuado como catalisadora e aglutinadora de iniciativas pela educação de qualidade em Campinas. A instituição internalizou esse compromisso com a educação, entendendo que faz parte de sua missão.

O primeiro seminário do CCE, realizado no dia 24 de junho de 2008 no auditório da FEAC, mobilizou escolas, formadores de opinião e parceiros do Compromisso, para debater o tema “A violência nas escolas públicas”.

O debate foi enriquecido por dados de pesquisa inédita realizada pela subsede Campinas da Apeoesp. Entre outros, participou do seminário o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Campinas, Dr. Richard Pae Kim, que apresentou o Projeto Justiça Restaurativa.

No dia 19 de maio de 2009 entrou no ar o portal do Compromisso Campinas pela Educação, com informações sobre os oito núcleos de trabalho, destacando os projetos e ações de maior relevância. O portal EPTV.com inseriu em suas páginas banners de divulgação do CCE, com link remetendo para o novo portal.

Também em 2009, em abril, começou o curso de Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), promovido pelo CCE e Fundação Lemann. Cerca de 100 gestores educacionais e municipais participaram gratuitamente das capacitações, como parte de um curso *lato sensu* a distância, composto de conteúdo e dinâmica que permitiam a qualificação da gestão pedagógica da escola. Os gestores tiveram acesso exclusivo à ferramenta on line do programa, que contemplou 390 horas de atividades, divididas em sete módulos temáticos e seis encontros presenciais, além do suporte técnico-pedagógico de tutores especializados durante todo o curso. O curso de Gestão para o Sucesso Escolar foi a base para a formulação e execução do que seria o Projeto FEAC na Escola, lançado em 2010.

NOVA DIRETORIA

No dia 14 de março de 2011 tomaram posse as novas diretoria executiva e mesa diretora do Conselho Curador da FEAC para o biênio 2011-2012. A diretoria executiva foi composta por Antônio Carlos de Moraes Salles Filho, o Tuti (presidente), Leôncio Menezes (vice Patrimonial), Peter Graber (vice Administrativo-Financeiro), Luis Norberto Pascoal (Relações Externas), Flávio Eduardo Lopes (Social) e Maria Helena Novaes Rodriguez (Relações com Entidades). A mesma diretoria foi reconduzida para o biênio 2013-2014, com Rodrigo Otávio Teixeira Neto como vice de Relações com Entidades.

Pela segunda vez na história, a diretoria executiva da FEAC tinha a participação de uma mulher, Maria Helena Novaes Rodriguez, em Relações com as Entidades. Também foi a primeira mulher a ocupar a presidência do Conselho das Entidades Filiadas (CEF). Maria Helena é presidente da Associação de Educação do Homem do Amanhã, a Guardinha, fundada pelo seu pai, Ruy Rodriguez. Ela é ativa na área social em Campinas, tendo sido presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A mesa diretora do Conselho Curador para o biênio 2011-2012 foi composta por Edmir Bertolaccini (presidente), Arthur Pinto de Lemos Netto (primeiro secretário) e Marcos Haaland (segundo secretário).

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DE CAMPINAS

De novo o Shopping Iguatemi, agora no Teatro Brasil Kirin, foi o palco do lançamento, no dia 8 de maio de 2013, do Observatório da Educação de Campinas, iniciativa da Fundação FEAC, no âmbito do Compromisso Campinas pela Educação.



Arnaldo Rezende, superintendente executivo da Fundação FEAC, no lançamento do Observatório da Educação, do CCE (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)

O Observatório tem o propósito de reunir, analisar e disponibilizar de forma simples dados relevantes sobre a educação em Campinas, como subsídio para as políticas públicas construídas nesse setor, principalmente em termos de melhoria da qualidade educacional. “Entendo que nós já completamos o ciclo da inclusão, mas agora temos o desafio de cuidar da qualidade da educação”, destacou o presidente da diretoria executiva da FEAC, Antônio Carlos de Moraes Salles Filho, na abertura da cerimônia, que reuniu secretários municipais, vereadores e representantes de vários setores de Campinas e região, além do próprio prefeito, Jonas Donizette, e do reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge.

Os objetivos e conteúdo do Observatório foram detalhados pelo superintendente da FEAC, Arnaldo Rezende. Ele explicou que vários parceiros contribuíram e vão continuar contribuindo para a construção e manutenção do espaço do Observatório no site do Compromisso de Campinas (www.compromissocampinas.org.br). Entre os parceiros estão a Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Paulo Montenegro (organização sem fins lucrativos, vinculada ao Ibope) e Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp (NEPP).

Quatro parceiros foram citados por sua importante contribuição para a construção das ações do Compromisso de Campinas pela Educação: DPaschoal, Graber, Brasilinvest e o próprio Iguatemi Campinas.

Os primeiros números disponibilizados no Observatório da Educação de Campinas já provocaram polêmica entre o público, sinalizando o papel que a nova ferramenta teria em termos de subsidiar a formulação de políticas públicas no setor. O Observatório disponibilizou desde o seu lançamento, no site do CCE, os dados da Prova Brasil 2011, pelo link do QEDu, maior portal educacional do país. Em uma das cidades mais ricas do Brasil, com vários centros de ciência e tecnológica e reconhecidas Universidades, os índices de desempenho dos alunos de escolas públicas estão muito abaixo do considerado ideal.

COMITÊ DELIBERATIVO

Para conduzir tecnicamente os trabalhos do Observatório da Educação, foi constituído um Comitê Deliberativo, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Inês Fini, professora aposentada da Unicamp, coordenadora do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 1998 a 2002, junto ao Ministério da Educação, e coordenadora Geral da Proposta Curricular para o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio do Estado de São Paulo, implantada a partir de 2008.

Outra integrante é a Profa. Dra. Maria Helena Guimarães Castro, também professora aposentada da Unicamp e que foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC, de 1995 a 2002, e secretária estadual da Educação de São Paulo, de 2007 a 2009. Atualmente é diretora executiva da Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados, de São Paulo.

Outros integrantes do Comitê são o professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Centro de Microeconomia Aplicada (C-Micro) da mesma instituição, André Portela Souza; Angela Corrêa da Silva, professora e coordenadora da área de Ciências Humanas em escolas de ensino fundamental, médio e superior; Dalton Francisco de Andrade, Consultor do Inep e professor do Departamento de Informática e Estatística da Universidade Federal de Santa Catarina; o consultor em políticas de educação e sistemas educativos, Ismael Bravo; Samuel Mendonça, Coordenador de Mestrado em Educação pela PUC-Campinas.



Posse do Comitê Deliberativo do Observatório da Educação do CCE (Foto Divulgação Compromisso Campinas pela Educação)

Também fazem parte do Comitê: Nilson Robson Guedes Silva pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas e Norma Kerches de Oliveira Rogeri, supervisora de ensino pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Desde o final de novembro de 2013, o Comitê Deliberativo do Observatório da Educação passou a contar com novos representantes da Unicamp e PUC-Campinas: a doutora em demografia Stella Silva Telles, do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp; Cibele Yahn de Andrade, doutoranda em Economia, também é pesquisadora do NEPP-Unicamp; e o professor Adolfo Ignacio Calderón, do Programa de Mestrado em Educação da PUC-Campinas.

Trata-se, portanto, de um colegiado altamente qualificado e representativo, com a missão de contribuir para avanços na qualidade da educação pública, especialmente no município de Campinas. Representadas no Comitê, algumas das principais referências em educação no Brasil.

SEMANAS DA EDUCAÇÃO

Desde 2010, a Fundação FEAC passou a promover, no âmbito do CCE, as Semanas da Educação de Campinas, que se tornaram o momento mais importante de mobilização e reflexão comunitária sobre o status e o futuro educacional na cidade. A 4ª Semana da Educação de Campinas, de 4 a 8 de novembro de 2013, foi a primeira com o Observatório da Educação em funcionamento e abriu novas perspectivas para o Compromisso Campinas pela Educação.

A 4ª Semana foi precedida por três encontros mensais do CCE, idealizados para a apresentação de temas educacionais relevantes. Foram momentos de sensibilização e preparação da cidade para a 4ª Semana da Educação.



Mesa na primeira Semana da Educação de Campinas, em 2010, promovida pelo CCE (Foto Arquivo Compromisso Campinas pela Educação)

No dia 29 de agosto, o 1º Encontro Mensal do CCE apresentou o FEAC na Escola, um dos projetos desenvolvidos pelo Escritório de Projetos da Fundação FEAC. Participaram do encontro os próprios diretores das instituições de ensino integrantes desta primeira edição do FEAC na Escola, além de alguns coordenadores pedagógicos: Adriano Rolindo pela EE Dr. Manoel Alexandre Marcondes Machado, Marli Porfíria de Almeida pela EE Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, Ana Ladéia da Silva, diretora, e Arnaldo Valentim Silva, coordenador pedagógico, pela EE Prof. Álvaro Cotomacci, Mara Spaletta Cyrino pela EE Prof. Luiz Gonzaga da Costa, Roselena Cândido da Silva, diretora, e Shalimar Máximo, coordenadora pedagógica, pela EE Prof. Mário Junqueira da Silva e Suzaneide Nunes pela EE São Judas Tadeu. A apresentação contou ainda com a participação da supervisora do Escritório de Projetos da FEAC, Claudia Chebabi Andrade.

No dia 26 de setembro, o 2º Encontro Mensal do CCE teve a participação da secretária municipal de Educação, Solange Villon Kohn Pelicer, do novo Diretor Pedagógico da Secretaria, Júlio Moreto, e de Cármen Regina Bello Fournier e Rosângela de Cássia Lopes, profissionais da Informática de Municípios Associados (IMA), que desenvolveu a ferramenta de geoprocessamento utilizada na área educacional do município.

Um panorama dos avanços e desafios da rede municipal foi traçado pelo Diretor Pedagógico, Júlio Moreto. Ele destacou como uma das principais preocupações da Secretaria a formação continuada de professores, como medida fundamental para a melhoria da qualidade da educação pública. Informou que 89 formações estão em processo, envolvendo 125 turmas de educadores nos três períodos. As formações são realizadas no Cefortepe, e também de forma descentralizada nas regiões Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste.

Julio Moreto apontou entre os desafios para os próximos anos o equacionamento do déficit de vagas na educação infantil. Em agosto de 2013, a demanda não atendida na educação infantil era de 9.715 vagas.

O professor Ezequiel Theodoro da Silva foi o palestrante na noite de terça-feira, 15 de outubro, no 3º Encontro Mensal do CCE, realizado no Espaço Carlos Gomes da Livraria Saraiva do Shopping Iguatemi Campinas.

No dia em que foi comemorado mais um Dia do Professor, o especialista discutiu exatamente, como tema central, “As dimensões do trabalho do professor e a sua importância na atualidade”. Com vasto currículo e experiência na área educacional, o professor Ezequiel é docente aposentado da Unicamp e há anos trabalha com formação continuada e atualização dos professores para o ensino da leitura.

O especialista lembrou que o professor enfrenta, na atualidade, uma série de desafios, como aumento de exigências em relação ao seu trabalho, a menor valorização do profissional, a escassez de recursos em plena sociedade tecnológica e a mudança frequente de conteúdos curriculares. Apesar de tudo isso, concluiu, o professor continua como peça-chave, como um pilar insubstituível para a conquista de uma educação de qualidade.

4ª SEMANA DA EDUCAÇÃO



Antônio Carlos de Moraes Salles Filho, o Tuti, presidente da FEAC, abre 4ª Semana da Educação (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)



Mais de 2 mil pessoas nos 11 eventos, destinados a vários públicos. Um verdadeiro mutirão pela educação de qualidade, imperativo do complexo século 21. Este foi o saldo da 4ª Semana da Educação de Campinas, realizada de 4 a 8 de novembro de 2013, com eventos em diversos espaços e que abriu novos horizontes para o Compromisso Campinas pela Educação, pela dimensão que tomou, ao agregar novos parceiros. A Semana teve como lema “Aprender juntos para que a escola ensine”, e todos os eventos tiveram essa perspectiva.

Mais uma vez o Teatro Brasil Kirin do Shopping Iguatemi Campinas ficou lotado, na noite de 4 de novembro, na abertura da Semana. A cerimônia contou com a presença do prefeito Jonas Donizette, da secretária municipal da Educação, Solange Villon Kohn Pelicer, outras autoridades e um público diversificado e entusiasmado, no evento que sinalizou o que seria a 4ª Semana da Educação de Campinas: um momento privilegiado para a reflexão coletiva, para análise da escola pública e do processo educativo em geral e, também, para a discussão de caminhos, de propostas para uma qualificação crescente da educação.

A conferência de abertura foi feita pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, uma das referências para a Educação no Brasil atual. O que está havendo com a escola pública, disse o filósofo, é que ela assumiu papéis que não são dela, mas de outros segmentos da sociedade. “A escola pública hoje precisa cuidar dos valores, da alimentação, de prevenir e erradicar conflitos, entre outras funções, e também da escolarização, de ensinar português e matemática, que é o seu verdadeiro papel”, lamentou.



Mário Sérgio Cortella, na abertura da 4ª Semana da Educação de Campinas, no Teatro Brasil Kirin, do Shopping Iguatemi, a 4 de novembro de 2013 (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)



A educação, destacou o paranaense Cortella, é uma tarefa coletiva, sendo pela Constituição brasileira uma responsabilidade primária da família e, de modo subsidiário, do Estado. A escola, reiterou, deve fazer o seu papel, que é o de escolarização. A escola necessita, então, da “parceria de toda sociedade, do compromisso efetivo com a educação por parte de toda a comunidade”, completou, alertando que esse compromisso não deve ser retórico, “pictórico”.

Ainda na cerimônia de abertura da 4ª Semana da Educação de Campinas, o secretário estadual adjunto da Educação do Ceará, Maurício Holanda Maia, comentou como o município cearense de Sobral elevou o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino fundamental no município de 4,0 para 7,3, entre 2005 e 2011, enquanto o Ideb do Brasil aumentou de 3,4 para 4,7.

Tudo começou, explicou o conferencista, quando, ao final de 2000, Sobral teve “a coragem de olhar para si mesma com sinceridade”. Uma avaliação da Secretaria Municipal da Educação revelou que, entre as crianças de oito anos que estavam completando a segunda série (atual terceiro ano do ensino fundamental), 48% não eram leitores, ou seja, não sabiam ler e escrever. Foram tomadas várias medidas para reverter o quadro, como melhoria da infraestrutura na sala de aula, formação em serviço do professor, incentivo salarial (dentro de um sistema de incentivos), maior autonomia para os gestores e escolha dos diretores por mérito, não por indicação política. Mas a chave principal, ressaltou Maia, foi o pacto de cooperação que norteou todo o processo. “Foi uma ação coletiva, da comunidade, a partir da compreensão de que é inaceitável que uma criança de oito anos não saiba ler e escrever no terceiro ano do ensino fundamental”, disse. Com base no exemplo de Sobral, o governo cearense promoveu um pacote de medidas para os demais municípios do Estado, e os frutos já estão sendo colhidos.

Na manhã de 05 de novembro, o auditório da FEAC sediou o evento *Observando Campinas: novos dados do Observatório da Educação*, no segundo dia da 4ª Semana da Educação de Campinas. O evento foi pensado para a apresentação dos primeiros estudos do Observatório da Educação de Campinas. E os dados apresentados chocaram

o público presente e tiveram grande repercussão na imprensa local, regional e nacional.

O destaque ficou para a apresentação de Rosi Rosendo, que expôs os dados levantados pelo Instituto Paulo Montenegro, responsável pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) de Campinas em 2013, como pesquisa contratada pelo Observatório da Educação. O estudo do Instituto Paulo Montenegro apurou que 3% eram analfabetos e 27% estavam situados no grupo de alfabetismo rudimentar. Com isso, o universo de analfabetismo funcional em Campinas é de 30% na população de 15 a 64 anos de idade. O contingente com alfabetismo básico era de 43%, e o de alfabetismo pleno, de 28%, somando 70% da população pesquisada.





Diretores de escolas participantes do FEAC na Escola apresentam suas experiências (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)

Os dados sobre Campinas ficam ainda mais alarmantes, comparando-se com a média nacional. O Inaf de 2011 do Brasil, apurado pelo Instituto Paulo Montenegro, revelou que o contingente de analfabetos no país entre a população de 15 a 64 anos era de 6%, e o de alfabetismo rudimentar, de 21%. Com isso, o contingente de analfabetismo funcional no Brasil foi de 27%. O contingente com alfabetismo básico era de 47% da população, e o de alfabetismo pleno, de 26%, somando 73% da população pesquisada.

No mesmo evento, foi apresentada uma análise estatística da infraestrutura das escolas de Campinas entre 2007 e 2011, feita por Dalton Francisco de Andrade, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Joaquim José Soares Neto, da Universidade de Brasília. O Prof. Dr. Dalton é membro do Comitê Deliberativo do Observatório da Educação. O estudo indicou que a infraestrutura das escolas de Campinas é um pouco superior à média das escolas brasileiras, ficando pouco abaixo da média de São Paulo e da Região Sudeste. Em termos qualitativos, 31,1% das 727 escolas consideradas em Campinas tinham um nível apenas elementar de infraestrutura, enquanto 56,1% tinham infraestrutura básica e somente 12,8% uma infraestrutura adequada. Ou seja, muito ainda a caminhar para a adequação das escolas de Campinas em termos de infraestrutura, um dos ingredientes essenciais para uma educação de qualidade.

Outro estudo apresentado no mesmo evento da manhã de 05 de novembro, terça-feira, sob responsabilidade do Prof. Dalton, foi a análise estatística do desempenho dos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de Campinas, entre 2009 e 2011, nas áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática. Os autores do estudo são o Prof. Dalton e Adriano Ferreti Borgatto, ambos da UFSC.

A conclusão foi a de que está aumentando o número de alunos realizando o Enem (11.646 avaliados em Linguagens e Códigos em 2009 e 16.506 em 2011) e que o desempenho dos alunos de Campinas é na média superior à média do estado, da Região Sudeste e do Brasil, sempre considerando que se trata de um exame voluntário e, portanto, não representa a totalidade dos concluintes do ensino médio.

O mesmo auditório da FEAC sediou na noite de 5 de novembro a palestra do psicólogo Ivan Capelatto, sobre “O papel do professor na sociedade Pós-Moderna: educador ou ensinante?” Ele acentuou que a angústia que tomou conta do Ocidente no século 20, após a Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, “que aumentaram o sentimento de impotência do ser humano”, afetou o lugar e o papel da escola, que vem repensando o seu lugar até o momento.

Para Capelatto, o papel do educador como mediador assumiu uma dimensão central na escola de hoje. De acordo com o psicólogo, o educador assume para muitos alunos o papel de referência, de mediador para a sua angústia. E o especialista entende que, se conseguir estabelecer um elo com o aluno, se o aluno se sentir cuidado, de alguma forma protegido, o educador pode contribuir para a superação da angústia que o jovem porta.

OUTROS EVENTOS

A programação do dia 6 de novembro, o terceiro da 4ª Semana da Educação de Campinas, foi toda dedicada aos jovens. Pela manhã, o teatro do Sesi-Amoreiras recebeu mais de 300 jovens, de todas as regiões do Município, que participaram do evento “Trocando ideias sobre ideias trocadas: educação sob o olhar dos jovens”.

Foram apresentados dados sobre o jovem em Campinas, organizados por Maria Helena Guimarães de Castro, diretora-executiva da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e integrante do Comitê Deliberativo do Observatório da Educação de Campinas. Eram dados extraídos do Censo do IBGE e Censo Escolar do Inep. A cada bloco os dados eram comentados por jovens convidados, no palco e na plateia. De modo geral, os jovens pediram uma escola mais aberta à participação dos alunos e que esteja mais capacitada para ajudá-los a enfrentar os desafios do século 21.

No mesmo dia 6 de novembro, dois eventos relacionados à cultura Hip Hop. À tarde o professor Khrishna Gautama Improta Ferreira coordenou uma oficina na Academia Prodança. À noite, no Colégio Oficina do Estudante, o MC Thaíde comentou sua trajetória no Hip Hop, dos tempos pioneiros e de discos como “Hip Hop na veia” e “Assim caminha a humanidade” (com o DJ Hum) até sua participação em programas como A Liga, da Band. Após o bate-papo, *pocket show* com o MC Thaíde, agitando a todos presentes.



Conversa com MC Thaíde, outra atividade da 4ª Semana da Educação de Campinas (Foto José Pedro Martins/Compromisso Campinas pela Educação)

Na manhã do dia 7 de novembro, o auditório da FEAC recebeu o bate-papo “Aprender juntos”. Representantes de todos os setores envolvidos com a escola (gestores, educadores, alunos, pais) deram sua opinião, com pistas para que todos aprendam juntos.



Grande público na apresentação do Índice de Alfabetismo Funcional de Campinas, durante a 4ª Semana de Educação (Foto Valeria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)

Duas oficinas de formação, de jogos pedagógicos e de contação de histórias, também mobilizaram educadores de várias escolas durante a 4ª Semana da Educação de Campinas. Foram oficinas para incrementar o repertório dos educadores com novas possibilidades de ensino e aprendizado, dentro do espírito do lema “Aprender juntos para que a escola ensine”.

Na tarde do dia 5 de novembro, a oficina Ateliê Cerebrar, no auditório da Fundação FEAC, foi coordenada pelo psicólogo Eduardo Kopp, especialista em jogos cooperativos, e com a participação de Edson Vitor e Vitor Rodrigues. A oficina destacou o uso de jogos como meios auxiliares de ensino-aprendizagem em sala de aula.

A outra oficina, “Além do encantamento”, realizada em parceria com a Fundação Educar Dpaschoal, levou mais de 60 educadores ao Sesi-Amoreiras, na tarde de 7 de novembro. A oficina de contação de histórias foi coordenada por Juliana Furlanetti.

Na noite do dia 7 de novembro, foram premiados os vencedores do 4º Concurso Cultural de Redação Minha Família na Escola, também iniciativa da Fundação FEAC. Todos os 18 vencedores do concurso foram destacados num livreto, espécie coletânea, reunindo os textos vencedores da premiação. A edição de 2013 contou com a participação voluntária de fotógrafos de Campinas que aceitaram o convite para ilustrar com fotos cada uma das 18 redações vencedoras do concurso, além da capa da coletânea.

As projeções para 2014, do Compromisso Campinas pela Educação e do Observatório da Educação, foram feitas no almoço para convidados no dia 8 de novembro, que encerrou a 4ª Semana da Educação de Campinas. No evento, o superintendente-executivo da FEAC, Arnaldo Rezende, fez um balanço dos seis anos do CCE.

No mesmo evento, a coordenadora do Comitê Deliberativo do Observatório da Educação, Maria Inês Fini, anunciou alguns dos estudos que serão promovidos em 2014, como sobre Dados do Nível Socioeconômico das escolas de Campinas e o mapa das escolas de Campinas que possuem órgãos de participação como Associações de Pais e Mestres (APMs), Conselho de Classe e Grêmios Estudantil. Outra expectativa é a proposta de inovação na gestão escolar a partir dos resultados das avaliações feitas.

No ano em que a FEAC completa cinco décadas de atuação, em 2014 o tema central do Compromisso Campinas pela Educação é a “valorização do professor”. A prioridade foi apurada em enquete promovida no site do Compromisso e durante os eventos da 4ª Semana da Educação de Campinas. O item “Valorização do professor” foi escolhido por 38% dos cidadãos que participaram da enquete. Mais um passo para a qualificação do ensino e da aprendizagem no município, dentro das metas estabelecidas pelo Compromisso Campinas pela Educação, que tem tido a FEAC como grande animadora, ao lado de vários parceiros.

CAPÍTULO XII

FEAC PENSA O FUTURO, DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS DE CAMPINAS

“Assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada pessoa a oportunidade de realizar seu pleno potencial. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a obtenção de uma condição de vida significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.” (Carta da Terra, Princípio III: Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas).

Em 2014, ano em que a FEAC completa 50 anos de atividades, Campinas é uma síntese das contradições existentes no Brasil, país que é a sexta economia do mundo, mas ainda tem milhões de pessoa em situação de pobreza e é marcado por profundas desigualdades. É no cenário de uma Campinas que tem o décimo PIB Municipal do Brasil, conforme dados divulgados pelo IBGE no início de 2014, mas que também tem importantes bolsões de miséria e 30% de sua população de analfabetos funcionais que a FEAC terá que projetar a sua atuação nos próximos anos.

E a FEAC já está fazendo isso. Nos últimos dois anos a instituição, sob a coordenação do conselheiro e ex-presidente Luis Norberto Pascoal, vem debatendo intensamente o seu planejamento estratégico para as próximas duas décadas, considerando a sua inserção na realidade de Campinas e região. A discussão foi iniciada no Conselho Curador, mas será estendida a outros segmentos da organização.

“É fundamental pensar o futuro, pois a realidade está mudando muito rapidamente e a FEAC tem que estar atenta a essa dinâmica”, afirma o presidente da diretoria executiva, Antônio Carlos de Moraes Salles Filho, o Tuti. Os cofundadores da FEAC, Eduardo de Barros Pimentel e Darcy Paz de Pádua, são alguns dos mais entusiasmados com a dedicação ao planejamento para os próximos anos. Os ex-presidentes da diretoria executiva, Luis Norberto Pascoal, Peter Graber, Leôncio Menezes e Edmir Bertolaccini, também estão muito envolvidos com o debate, que pretende colocar a FEAC de forma adequada diante dos múltiplos dilemas de um cenário e de um século cada vez mais mutantes e complexos.

O debate em torno do planejamento estratégico da FEAC para as próximas décadas considera a formulação de cenários futuros para Campinas e região e sobre ações que

deveriam ser tomadas para equacionar os desafios previstos. É uma discussão alinhada com uma linha emergente nas ciências sociais, em torno dos estudos do futuro.

Como disse o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, “a vida é uma série de colisões com o futuro; não é uma soma do que temos sido, mas sim o que projetamos ser”. Pensar o futuro seria, então, adotar uma visão prospectiva, considerando a conjuntura da globalização, das rápidas mudanças tecnológicas, das questões culturais e de valores que marcam a vida de uma sociedade. A ética, a preocupação com a sustentabilidade, a tolerância, a solidariedade e a cooperação são alguns desses valores considerados pelo corpo diretivo da FEAC.

“Apenas a mudança é permanente”, observou o grego Heráclito, um filósofo cada vez mais importante e citado, considerando a rapidez das transformações atuais. A FEAC está preocupada com essa característica do mundo contemporâneo e, por isso, considera imperativo pensar o futuro.



Lançamento do Observatório da Educação, em maio de 2013 (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)



Reitor da Unicamp, Tadeu Jorge, no lançamento do Observatório da Educação (Foto Valéria Abras/Compromisso Campinas pela Educação)

DESAFIOS NAS ÁREAS SOCIAL E AMBIENTAL

Os dados do Censo de 2010 mostraram o tamanho de alguns dos desafios sociais enfrentados por Campinas na segunda década do século 21. Um deles é o crescimento da população idosa, que representava 9,6% da população em 2000 e já somava 12,4% da população em 2010.

Campinas segue portanto a tendência brasileira e mundial, de envelhecimento da população, o que gera a urgência de políticas públicas específicas para a faixa etária idosa. Apesar da prioridade histórica para o cuidado com as crianças e adolescentes em situação de risco social, a FEAC também tende a intensificar suas ações no segmento dos idosos.

“Dentro de 20 anos teremos mais idosos que jovens. Essa mudança demográfica terá importantes impactos sociais e econômicos e é preciso estar muito atento e preparado para isso”, observa o Dr. Eduardo de Barros Pimentel.

Em contrapartida, a faixa etária de 0 a 14 anos diminuiu sua participação na população total. Era de 24% do contingente populacional em 2000, correspondendo a uma população de 232.609 habitantes, e somava 19,3% da população em 2010, ou 208.236 habitantes.

Diminuiu portanto a proporção da faixa etária jovem na população total, mas ainda assim é um grupo muito numeroso e importante. E a FEAC continuará atenta para o setor, como sempre fez de forma prioritária, e nesse sentido pretende intensificar as ações de qualificação das próprias entidades conveniadas e outras instituições, visando o respeito cada vez mais amplo e sustentado dos direitos básicos dessa faixa etária. A maior incidência em políticas públicas direcionadas para a criança e o adolescente também é uma inquietação permanente e deve ser acentuada na FEAC nos próximos anos, com grande atenção por exemplos aos planos municipais, à atuação intersetorial, à participação nos Conselhos Municipais e outros órgãos importantes de participação e prática da democracia ativa.

E, claro, a atenção será igualmente forte para a população em situação de vulnerabilidade social, que também sempre foi uma das marcas da FEAC. Segundo o Censo de 2010, a população em situação de pobreza extrema em Campinas era de 2,2% da população total. Em 2010, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 10 anos ou mais de idade era de 3,1%.

As contradições nos indicadores sociais de Campinas foram ratificadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado em julho de 2013 pelo PNUD Brasil. De acordo com o Atlas, os indicadores sociais melhoraram no município nos últimos 20 anos, embora a concentração de renda tenha aumentado.

De acordo com o Atlas, entre 1991 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Campinas cresceu de 0,618 para 0,805, correspondendo a um aumento de 30,26% no período, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da

média de crescimento estadual (35,47%). Isto porque a base inicial de Campinas, ou seja, em 1991, já era superior à da maioria dos municípios brasileiros e paulistas.

A mortalidade infantil, segundo o Atlas, declinou mais da metade em duas décadas, de 23,6 bebês de até um ano por mil nascidos vivos em 1991 para 11,8 por mil em 2010. E a esperança de vida cresceu, de 69,7 anos para 76,6 anos no mesmo período. Com certeza essa melhoria da qualidade de vida deve muito à atenção propiciada pela FEAC e seu conjunto de entidades conveniadas.

Na faixa de 5 a 17 anos, houve aumento em todos os grupos etários em termos de acesso à escola. Em 2010, 67,34% dos alunos entre 6 e 14 anos de Campinas estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Isto significa um contingente ainda expressivo de 33% de crianças e adolescentes em séries não corretas para a idade. A proporção é ainda maior entre os jovens de 15 a 17 anos: apenas 42,19% deles estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Números em termos gerais demonstrando melhoria, mas muito ainda a fazer, principalmente na faixa de 15 a 17 anos.

Entre os alunos de 18 a 24 anos, 21,46% estavam cursando o ensino superior em 2010, mais do que o dobro do que os 10,24% em 1991. Claro, o Atlas não questiona a qualidade do ensino ministrado em qualquer nível de ensino, apenas a taxa de acesso aos bancos escolares. E infelizmente, como mostraram os indicadores divulgados na 4ª Semana da Educação de Campinas, a qualidade educacional no município não tem estado à altura de sua condição de polo científico e tecnológico. Daí a relevância do Compromisso Campinas pela Educação e do seu Observatório da Educação, que estão direcionados a contribuir para qualificar a educação no município, sempre em parceria entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil.

Ainda conforme o Atlas, a renda per capita média de Campinas aumentou 39,76% no período, subindo de R\$995,15 em 1991 para R\$1.223,77 em 2000 e R\$1.390,83 em 2010. A taxa média anual de crescimento registrada foi de 22,97% no primeiro período e 13,65% no segundo.

A concentração de renda e, em consequência, a desigualdade aumentaram, apesar da melhoria dos indicadores sociais em geral. O Índice de Gini (que mede a diferença de renda entre os mais ricos e mais pobres, sendo maior a desigualdade à medida que mais próximo de 1) cresceu de 0,53 em 1991 para 0,57 em 2000 e para 0,56 em 2010.

Isto porque a concentração de renda cresceu. Os 80% mais pobres tinham 41,97% da renda em 1991 e 39,26% em 2010. Por outro lado, os 20% mais ricos concentravam 58,03% da renda em 1991 e 60,74% em 2010. Políticas públicas de geração de forma sustentada de renda e emprego também são, neste cenário, fundamentais para pensar o futuro de Campinas nas próximas décadas.

Alguns projetos na área de logística terão grande impacto na vida de Campinas e região nos próximos anos. É o caso da ampliação do Aeroporto Internacional de

Viracopos, cuja primeira fase foi inaugurada no primeiro semestre de 2014. O novo Viracopos e outros projetos que devem ser implementados na região, por exemplo na área do transporte ferroviário, despertarão novas dinâmicas sociais e econômicas importantes. Será fundamental que a cidade e região se preparem para que as oportunidades abertas com esses grandes projetos sejam aproveitadas da melhor forma, na linha de construção de uma sociedade justa, inclusiva e sustentável, e que não sejam agravados os problemas e desafios que Campinas e região já enfrentam, por exemplo em segurança pública, saúde, moradia, transporte e saneamento básico.

EVOLUÇÃO NA GESTÃO E PLANEJAMENTO

Diante dos novos desafios sociais despertados pela realidade campineira, do Brasil e internacional, a Fundação FEAC tem procurado aprimorar a sua gestão, de modo a atuar de uma forma cada vez mais qualificada, eficiente e proativa. O presidente da diretoria executiva nos 50 anos da instituição, Antônio Carlos de Moraes Salles Filho, o Tuti, comenta:

– Como o Brasil e o mundo, a FEAC vive um momento de transição. E ela procurou se preparar para os novos tempos. Hoje a FEAC está muito bem organizada do ponto de vista da administração e da operação.

O presidente cita as mudanças administrativas no início da segunda década do século 21, como a criação do serviço de *Compliance*, como exemplo da preocupação da FEAC em desenvolver ferramentas adequadas ao novo cenário social, político e econômico de Campinas e do Brasil.

Como consequência natural dessa visão moderna, contemporânea, Tuti lembra o já citado empenho da FEAC em fazer o seu planejamento estratégico para os próximos 20 anos:

– É uma obrigação da FEAC olhar com coragem e clareza o futuro. Sem nenhum juízo de valor, o mundo está mudando muito rapidamente e a FEAC não pode ficar para trás.

O presidente observa que o planejamento estratégico deve ser revisto periodicamente, em função das mudanças conjunturais em Campinas, no Brasil, no mundo cada vez mais globalizado. Tuti considera que, dentro dos novos marcos regulatórios nas áreas social e educacional, a FEAC tem muito a contribuir, com iniciativas próprias ou em parceria e no apoio e assessoria às entidades conveniadas. Ele acredita sobretudo no potencial representado pelo desenvolvimento das habilidades e competências da juventude. “Existe um enorme capital social que pode ser construído, e a FEAC pode dar importante contribuição, como sempre fez ao longo de sua história”, complementa Tuti.



Peter Graber, ex-presidente da Diretoria Executiva, um dos entusiastas do planejamento estratégico e da educação (Foto Arquivo FEAC)

Como parte do planejamento estratégico, a FEAC estuda a possibilidade de contribuir para a estruturação de um organismo de planejamento permanente da própria cidade de Campinas e região, nos moldes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que foi fundamental para tornar a capital paranaense um modelo de urbanismo.

A direção da FEAC tem entendido que essa visão do planejamento urbano, que sempre foi importante, é cada vez mais essencial para assegurar a qualidade de vida em uma área metropolitana e internacionalizada como Campinas. Uma Campinas que, com a já referida ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e outros projetos, deve crescer ainda mais em termos demográficos e econômicos, com maior inserção internacional, mas que deve seguir um planejamento sistêmico eficiente, de modo que o crescimento ocorra em bases inclusivas, justas e sustentáveis. “Esse planejamento sistêmico deve considerar um horizonte superior ao dos períodos eleitorais, para que seja eficaz”, nota o ex-presidente Peter Graber.

FEAC E OS DESAFIOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

De fato, como demonstrou ao longo de toda a sua história de 50 anos, a FEAC sempre esteve atenta aos desafios sociais e educacionais de Campinas, procurando atuar de forma planejada, organizada e proativa, prevenindo situações para melhor incidir nas diferentes situações. Faz o mesmo em relação a suas entidades conveniadas, procurando capacitá-las para a atuação da forma mais adequada diante dos cenários criados pelos novos marcos regulatórios.

A FEAC tem sido muito ativa, por exemplo, na área da infância e juventude, desde a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Contribuiu por exemplo com a própria estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), onde continua atuando intensamente. A ex-gestora do DGS da FEAC, Silvia Elena Basetto Vilas Boas, foi presidente do CMDCA entre 2008 e 2009, e conselheira entre 2010 e 2011. As composições do CMDCA sempre têm a participação da FEAC.

O mesmo na área da assistência social, onde a FEAC atua de modo intenso desde a edição da Loas em 1993, até a aprovação do Suas, em 2004. A implantação do Suas em Campinas tem a participação direta da FEAC e de suas entidades conveniadas. E o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) sempre teve a presença da FEAC. A mesma Silvia Elena Basetto Vilas Boas foi conselheira do CMAS no período 2011 a 2014.

E agora a FEAC mantém um foco cada vez maior e mais qualificado na área da educação, por considerar que uma educação de qualidade representa um enorme potencial para o desenvolvimento humano integral e sustentável no Brasil.

O ex-presidente Peter Graber comenta:

– O papel da FEAC está mudando. Antes era basicamente de apoio técnico e financeiro às entidades. Agora, em função de uma nova realidade, ela passa a atuar na construção de políticas públicas, e conjunto com o poder público e a sociedade em geral.

Os cocriadores da FEAC também expressam suas opiniões. O Dr. Eduardo de Barros Pimentel entende que as obras sociais devem ser fortalecidas, ampliadas e modernizadas em termos de gestão, e que a FEAC tem um papel importante nesse sentido.

– E devem ser estimuladas coisas que não existem. O foco não deve ser apenas a gestão do patrimônio.

Pimentel diz que “sente falta” na comunidade de Campinas atual o mesmo espírito de solidariedade que presidiu a criação da FEAC. Entende, então, que um dos objetivos da instituição deveria ser resgatar aquele sentido comunitário, solidário, que de algum modo é uma vocação campineira.



Para o Dr. Eduardo Pimentel, um dos desafios da FEAC é resgatar o sentido comunitário presente na criação da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Foto Arquivo FEAC)

O cofundador da FEAC considera que a comunidade não pode ver a instituição somente como uma doadora de recursos, derivados do uso racional do seu patrimônio:

– O que é importante é fortalecer o espírito comunitário, de solidariedade e participação.

O Dr. Darcy Paz de Pádua reitera:

– O sentido de solidariedade, que sempre presidiu a história da FEAC, deve permanecer e ser disseminado.

Ele considera que a FEAC ainda tem uma importante contribuição a dar em termos da formação e fortalecimento de uma cultura de cidadania, de participação e desenvolvimento humano em Campinas. Ingredientes presentes nas cinco décadas de atuação da FEAC.

DESENVOLVIMENTO PATRIMONIAL

De modo a garantir a sustentabilidade de suas ações próprias ou em parceria, nas áreas social e educacional, e de assegurar a continuidade do apoio técnico, gerencial e financeiro às entidades conveniadas, a FEAC projeta o desenvolvimento patrimonial da Fazenda Vila Brandina.

A área resultante da doação do casal Odila e Lafayette Álvaro deve receber novos empreendimentos, de acordo com um plano de uso racional e sustentável da fazenda, em conformidade com o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) formulado a respeito, com a respectiva legislação ambiental e de uso do solo e o zoneamento da região.

Também será construída na área a nova sede da FEAC, de acordo com moderno e arrojado projeto arquitetônico assinado por Gilberto Pascoal. Na área de vocação para a vida, onde tantas ações educacionais, sociais e de cunho espiritual já foram realizadas, novas esperanças projetadas para a construção de uma cidade inclusiva, de desenvolvimento integral, justa e feliz.

UTOPIA, NOS 50 ANOS DA FEAC

A utopia, a construção de um mundo novo, marcado pela justiça, a igualdade e a solidariedade, faz parte dos sonhos imemoriais da humanidade. Os esboços de uma sociedade fraterna e igualitária constam de obras que se tornaram clássicas como “Utopia”, de Tomas Morus; “O Contrato Social”, de Jean-Jacques Rousseau; “A comunidade de Oceana”, de James Harrington; “A Cidade do Sol”, de Tommaso Campanella; ou “Da Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville.

Pensadores ou grupos de diferentes orientações religiosas ou políticas também formularam e apresentaram propostas de sociedades ideais, algumas com resultados nada

humanistas. Mas o sonho de uma sociedade de igualdade e liberdade, uma sociedade feliz, permanece como um dos anseios mais nobres da humanidade.

Em sua trajetória de 50 anos, a Fundação FEAC implementou um modelo inovador na ação social no Brasil, configurado pela união de diferentes, pela soma de esforços e afetos, acima de posições políticas ou religiosas, que na prática representa a projeção de sonhos utópicos para uma Campinas que, na área social e educacional, brilhe tanto como já ocorre na esfera da ciência e tecnologia ou da produção industrial.

Na segunda década do complexo século 21, e em uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, são muitos os desafios para que as projeções utópicas sejam concretizadas. Mas o que a FEAC obteve em cinco décadas de atuação, em parceria com toda a comunidade, permite vislumbrar novos dias, novos tempos para a Campinas da vocação solidária.

MESAS DIRETORAS DO CONSELHO DELIBERATIVO (ATUAL CONSELHO CURADOR) DA FUNDAÇÃO FEAC

1958-1964

Presidente: Edmundo Barreto

Secretário: Sylvio do Amaral

1965-1967

Presidente: Carlos Foot Guimarães

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1968-1970

Presidente: Eduardo de Barros Pimentel

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1971-1974

Presidente: Heitor Nascimento

Secretário: Mário Cândido Pedroso

1975-1980

Presidente: Edmundo Barreto

Secretário: Sérgio Barros Barreto

1980 (falecimento do Sr. Edmundo Barreto)

Presidente: Sérgio Barros Barreto

Secretário: Rubens Duarte Segurado

1983-1984

Presidente: Raul Guedes de Melo

1º Secretário: José Carlos Penteado de Freitas

2º Secretário: Ricardo Tupinambá Freire

1985-1986

Presidente: Gilberto Prado

1º Secretário: Octávio Bierrembach de Castro

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

1987-1988

Presidente: Gilberto Prado

1º Secretário: Saulo Monte Serrat

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

1989-1990

Presidente: Darcy Paz de Pádua

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Wilmar Feliz Trombeta

1991-1992

Presidente: Roberto Mário R. Martins

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Gilberto Prado

1993-1994

Presidente: Roberto Mário R. Martins

1º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2º Secretário: Gilberto Prado

1995-1996

Presidente: Osmar Gonçalves

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Gilberto Prado

1997-1998

Presidente: José Carlos Penteado de Freitas

1º Secretário: Saulo Monte Serrat

2º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

1999-2000

Presidente: Saulo Monte Serrat

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2001-2002

Presidente: Saulo Monte Serrat

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: Rubens Duarte Segurado

2003-2004

Presidente: Darcy Paz de Pádua

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: João Loureiro

2005-2006

Presidente: Darcy Paz de Pádua

1º Secretário: Rubens Andrade de Noronha

2º Secretário: João Loureiro

2007-2008

Presidente: Leôncio Menezes

1º Secretário: Roberto Mário Rodrigues Martins

2º Secretário: José Augusto Marin

2009-2010

Presidente: Leôncio Menezes

1º Secretário: Roberto Mário Rodrigues Martins

2º Secretário: José Augusto Marin

2011-2012

Presidente: Edmir Bertolaccini

1º Secretário: Arthur Pinto de Lemos Netto

2º Secretário: Marcos Haaland

2013-2014

Presidente: Edmir Bertolaccini

1º Secretário: José Luiz Nadalin

2º Secretário: Arthur Pinto de Lemos Neto

DIRETORIAS EXECUTIVAS

1964

Presidente – Edmundo Barreto

1º vice-presidente – Eduardo de Barros Pimentel

2º vice-presidente – Darcy Paz de Pádua

1º tesoureiro – Nivaldo Novaes

2º tesoureiro – José Maria Xavier

1º secretário – Sérgio Barros Barreto

2º secretário – Rubens Duarte Segurado

1965-1967

Presidente – Eduardo de Barros Pimentel

1º vice-presidente – Darcy Paz de Pádua

2º vice-presidente – Antônio Orlando

1º secretário – Gilberto Prado

2º secretário – Mário Cândido Pedroso

1º tesoureiro – Jorge de La Torre

2º tesoureiro – José Pugliesi Filho

1968-1970

Presidente – Darcy Paz de Pádua

1º vice-presidente – Jorge de La Torre

2º vice-presidente – Antônio Orlando

1º secretário – Walter Gabetta

2º secretário – Múcio Drummond Murgel

1º tesoureiro – Gilberto Prado

2º tesoureiro – Avelino Anthero de Oliveira Valente

1971-1972

Presidente – Darcy Paz de Pádua

1º vice-presidente – Sérgio Barros Barreto

2º vice-presidente – Afrânio Affonso Ferreira

1º secretário – Antônio Orlando

2º secretário – Mário Demário Santos

1º tesoureiro – Gilberto Prado

2º tesoureiro – Carlos Novaes

1973-1974

Presidente – Gilberto Prado

1º vice-presidente – Sérgio Barros Barreto

2º vice-presidente – Antônio Orlando

3º vice-presidente – Saulo Monte Serrat

Secretário – Lino Tatto

Tesoureiro – Hilário Vannucci Netto

Financeiro – Trento Coluccini

Serviço Social – Darcy Paz de Pádua

Patrimônio – Carlos Novaes

Relações Públicas e Divulgação – Ruy Rodriguez

1975-1976

Presidente – Gilberto Prado

1º vice-presidente – Sérgio Barros Barreto

2º vice-presidente – Antônio Orlando

3º vice-presidente – Saulo Monte Serrat

Secretário – Lino Tatto

Tesoureiro – Hilário Vannucci Netto

Financeiro – Trento Coluccini

Serviço Social – Darcy Paz de Pádua

Patrimônio – Carlos Novaes

Relações Públicas e Divulgação – Ruy Rodriguez

1977-1978

Presidente – José Francisco Bento Homem de Mello

1º vice-presidente – Ângelo Mendes Correa

2º vice-presidente – Raul Guedes de Melo

3º vice-presidente – José Carlos Valente da Cunha

Secretário – Renato Schroeder

Tesoureiro – Osmar Gonçalves

Financeiro – Plínio Junqueira de Castro

Promoção Social – Darcy Paz de Pádua
Patrimônio – Carlos Novaes
Relações Públicas e Divulgação – Agostinho Toffoli Tavoraro
Jurídico – Sérgio Barros Barreto

1979-1980

Presidente – Raul Guedes de Melo
1º vice-presidente – Gilberto Prado
2º vice-presidente – Saulo Monte Serrat
3º vice-presidente – Carlos Eduardo Müller
Secretário – Antônio Xavier de Lima Netto
Financeiro – Osmar Gonçalves
Promoção Social – Darcy Paz de Pádua
Patrimônio – Carlos Novaes
Relações Públicas e Divulgação – Alberto Alexandre Nassralla
Administrativo – Renato Schroeder

1981-1982

Presidente – Gilberto Prado
1º vice-presidente – Saulo Monte Serrat
2º vice-presidente – Carlos Eduardo Müller (depois, José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho)
3º vice – João Baptista Calixto
Secretária – Maria do Carmo de Arruda Toledo
Financeiro – Osmar Gonçalves
Promoção Social – Darcy Paz de Pádua
Patrimônio – Carlos Novaes
Relações Públicas e Divulgação – Emílio Fernandez Olmos
Administrativo – Renato Schroeder

1983-1984

Presidente – Gilberto Prado
1º vice-presidente – Saulo Monte Serrat
2º vice-presidente – Osmar Gonçalves
3º vice-presidente – Sérgio Barros

Vice Social – Darcy Paz de Pádua
Vice Administrativo – José Carlos
Vannucchi
Vice Relações Externas – Peter
Graber

1997-1998

Presidente – Luis Norberto Pascoal
Vice Patrimonial – Leôncio
Menezes
Vice Social – Darcy Paz de Pádua
Vice Administrativo – José Carlos
Vannucchi
Vice Relações Externas – Peter
Graber

1999-2000

Presidente – Leôncio Menezes
Vice Patrimonial – Edmir
Bertolaccini
Vice Social – Darcy Paz de Pádua
Vice Administrativo – Peter
Graber
Vice Relações Externas – Luis
Norberto Pascoal
Vice Entidades Filiadas – Flávio
Eduardo Lopes

2001-2002

Presidente – Leôncio Menezes
Vice Patrimonial – Edmir Bertolaccini
Vice Social – Darcy Paz de Pádua
Vice Administrativo – Peter Graber
Vice Relações Externas – Luis Norberto
Pascoal
Vice Entidades Filiadas – Flávio
Eduardo Lopes

2003-2004

Presidente – Edmir Bertolaccini

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente da Área Patrimonial – Leôncio Menezes

Vice-Presidente da Área Administrativa / Financ. – Peter Graber

Vice-Presidente da Área Relações Externas – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente das Relações com Entidades – René Rickli Ficker

2005-2006

Presidente – Edmir Bertolaccini

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente da Área Patrimonial – Leôncio Menezes

Vice-Presidente da Área Administrativa / Financ. – Peter Graber

Vice-Presidente da Área Relações Externas – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente das Relações com Entidades – Martinho José Veiga de Luna Alencar

2007-2008

Presidente – Peter Graber

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente Administrativo-Financeiro – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente Área Patrimonial – Edmir Bertolaccini

Vice-Presidente de Relações Externas – Edgar Silva Garbade

Vice-Presidente das Relações com Entidades – André Luiz de Camargo Von Zuben

2009-2010

Presidente – Peter Graber

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente Administrativo-Financeiro – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente Área Patrimonial – Edmir Bertolaccini

Vice-Presidente de Relações Externas – Edgar Silva Garbade

Vice-Presidente das Relações com Entidades – Marcos de Figueiredo Ebert

2011-2012

Presidente – Antonio Carlos de Moraes Salles Filho

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente Administrativo-Financeiro – Peter Graber

Vice-Presidente Área Patrimonial – Leôncio Menezes

Vice-Presidente de Relações Externas – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente das Relações com Entidades – Maria Helena Novaes Rodríguez

BIÊNIO: 2013-2014

Presidente – Antonio Carlos de Moraes Salles Filho

Vice-Presidente da Área Social – Flávio Eduardo Lopes

Vice-Presidente Administrativo-Financeiro – Peter Graber

Vice-Presidente Área Patrimonial – Leôncio Menezes

Vice-Presidente de Relações Externas – Luis Norberto Pascoal

Vice-Presidente das Relações com Entidades – Rodrigo Otávio Teixeira Neto





O AUTOR

José Pedro Soares Martins é jornalista e escritor, autor de livros em meio ambiente, cidadania, história e cultura, como “Depois do Arco-Íris – Uma proposta ecológica” (FTD, 1991), “FEAC, biografia de um pacto social” (Átomo, 2005), “Terra Cantata, uma história da Sustentabilidade” (Komedi, 2007), “Festas Populares do Brasil” (Komedi, 2011), “Capoeira, um patrimônio cultural” (Komedi, 2011) e “Carnaval Encantado” (Komedi, 2013). Recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo de 2003, International Media Awards (1992 e 1995) e Prêmio Amizade Norte-Sul em 1992, entre outros prêmios.



Patrocinador Master

IGUATEMI
CAMPINAS

Apoiador

